

# ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

2026-2030

*Votado na  
Assembleia da  
Comunidade Intermunicipal  
dos Terras de Trás-os-Montes  
em 09/01/2025, por  
consenso unânime*



**Terras de  
Trás-os-Montes**  
Comunidade Intermunicipal  
**CIM-TTM**

**APROVADO**

PELO CONSELHO INTERMUNICIPAL NA REUNIÃO DE 10/12/2025

PELA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL NA REUNIÃO DE 09/01/2026

G  
P  
W  
S  
A

## ÍNDICE

<b>1</b>	<b>Introdução</b> .....	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>Enquadramento Geral</b> .....	<b>9</b>
<b>3</b>	<b>Atividades Relevantes</b> .....	<b>11</b>
3.1	Conhecimento, Inovação e Competitividade .....	16
3.2	Turismo, Cultura e Património .....	18
3.2.1	PROVERE .....	18
3.2.2	Turismo Inteligente nas Terras de Trás-os-Montes .....	19
3.2.3	TMQ – Trás-os-Montes Qualifica .....	19
3.2.4	Certificar o Artesanato das Terras de Trás-os-Montes.....	21
3.3	Desenvolvimento Rural.....	22
3.3.1	Regadio .....	22
3.3.2	BUPI .....	22
3.4	Ambiente e Ecossistemas.....	24
3.4.1	Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal.....	24
3.4.2	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas .....	25
3.4.3	ECO-SMART TTM.....	26
3.4.4	Pathways2Resilience (P2R).....	27
3.4.5	Estação Móvel de Medição da Qualidade do Ar (EMQAR) .....	28
3.5	Energia.....	30
3.6	Conetividades e Acessibilidades .....	30
3.6.1	Linha de Alta Velocidade de Trás-os-Montes .....	30
3.6.2	Conetividade digital .....	31
3.7	Desenvolvimento Urbano.....	31
3.7.1	Transportes .....	31
3.7.2	<i>Smart Region</i> Trás-os-Montes .....	33
3.8	Educação e Formação.....	34
3.8.1	Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar (PIPSE).....	34
3.8.2	Projeto “Turmas de Responsabilidade Partilhada” .....	36

3.8.3	Rede Intermunicipal das Bibliotecas das Terras de Trás-os-Montes (RIB-TTM) .....	37
3.9	Capacitação e Modernização da Administração Local e Intermunicipal .....	39
3.9.1	Formação para a Modernização e Capacitação da Administração Local nas Terras de Trás-os-Montes .....	41
3.9.2	Digitalização da Administração Local.....	43
3.9.3	Estratégia Nacional dos Territórios Inteligentes.....	45
3.9.4	Marketing Territorial.....	46
3.10	Cooperação Transfronteiriça e Transnacional .....	47
3.10.1	Projetos Aprovados .....	47
3.10.1.1	AgroHub.....	47
3.10.1.2	OET_DURIUS .....	49
3.10.1.3	In Genios .....	50
3.10.1.4	DIH_SE.....	52
3.10.1.5	USE4FOREST.....	52
3.10.1.6	Resilient Vines.....	54
3.10.2	Projetos candidatados.....	55
3.10.2.1	DrIH - Drone Innovation HUB – Centro de Inovação e capacitação associada a aplicações con Drones .....	55
3.10.2.2	NORCYL_Cultura – Corredor do Património Cultural do espaço Norte-Castilla y léon	56
3.10.2.3	Sensorialiment – Melhoria da competitividade das PME agroalimentares do território	56
3.10.2.4	OETERRA – Estratégia do Observatório Ecológico do Douro para infraestruturas verdes.....	57
3.10.2.5	ZAMM TTM - Comunidade de trabalho Zamora – Trás-os-Montes.....	58
3.10.2.6	TRANSTOURSOCIAL - Inovação social e inclusiva para o emprego verde e o turismo sustentável transfronteiriço no meio rural .....	59
3.10.2.7	Transnatura – Restauo da natureza e adaptação às alterações climáticas ...	60
3.10.2.8	ESGROWTH - Critérios Ambientais, Sociais e de Governação (ESG) nas PME	60
3.11	Outras Atividades.....	61

*[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]*

<b>4</b>	<b>Orçamento .....</b>	<b>63</b>
4.1	Apresentação Global do Orçamento para 2026 .....	64
4.1.1	Orçamento da Receita.....	64
4.1.2	Orçamento da Despesa.....	65
4.2	Plano Plurianual de Investimentos .....	67
4.3	Recursos Humanos/Mapa de Pessoal .....	67
<b>5</b>	<b>Anexos .....</b>	<b>71</b>

9  
1  
A  
by  
gg

Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including a large stylized signature, a '9', and various smaller initials.

# 1 Introdução

O Orçamento de Estado para 2026 pretende dar continuidade à agenda iniciada em abril de 2024 com a tomada de posse do XXIV Governo, assentando em dez eixos principais:

- “Uma política de rendimentos que valoriza o trabalho e a poupança, o mérito e a Justiça Social;
- Reforma do Estado e guerra à burocracia: descomplicar a vida dos cidadãos e das empresas;
- Criar riqueza, acelerar a economia e aumentar o valor acrescentado;
- Imigração regulada e humanista;
- Serviços essenciais a funcionar para todos e com qualidade, com complementaridade entre oferta pública, privada e social;
- Segurança mais próxima, justiça mais rápida e combate à corrupção;
- Construir Portugal: mobilização de todos para ultrapassar a crise da habitação;
- Novas infraestruturas que projetam o País;
- Água que Une: salvaguardar o futuro;
- Plano de reforço estratégico de investimento em defesa.”

Para 2026, o Orçamento de Estado prevê um crescimento da economia portuguesa de 2,3%, um excedente orçamental de 0,1% do PIB, prevê-se que a taxa de desemprego se situe nos 6% e uma redução da dívida pública situada em 87,8% do PIB. Este Orçamento de Estado contempla um aumento de cerca de 2,40% no montante a transferir para a CIM TTM no ano de 2026.

No que diz respeito à Administração Local, em especial à Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), o orçamento para o ano de 2026 foi elaborado no âmbito da competência do Conselho Intermunicipal prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Aviso n.º 9659/2014, de 26 de agosto – Estatutos da CIM-TTM. Para o ano económico de 2026, o orçamento ascende a 18.979.132,49€, onde a previsão da receita e da despesa teve como suporte o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Neste documento será feito um Enquadramento Geral dos objetivos e atividades da CIM-TTM, serão explicitadas as principais Atividades/Projetos a desenvolver ao longo do próximo ano, na parte final será apresentado o Orçamento Global para 2026 e respetivo Plano Plurianual de Investimentos que está em consonância com os objetivos estratégicos, bem como a organização em termos de Recursos Humanos e respetivo mapa de pessoal para 2026.

Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

## 2 Enquadramento Geral

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

A CIM-TTM é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram, sendo composta pelos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais. O ano 2026 representará o décimo terceiro ano completo de atividade da CIM-TTM.

A Figura 1 representa a estrutura organizacional da CIM-TTM onde é possível constatar que a mesma é constituída pela Assembleia Intermunicipal, pelo Conselho Intermunicipal que é coadjuvado pelo Conselho Estratégico para o Desenvolvimento (em fase de constituição), pelo Secretariado Executivo Intermunicipal e pela Estrutura de Apoio Técnico.

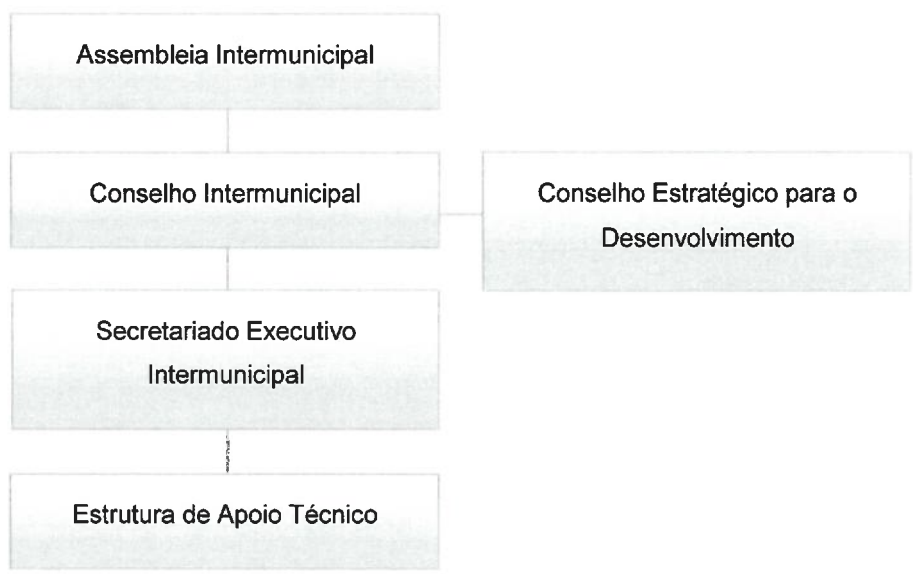


Figura 1. Estrutura Organizacional

Um objetivo do Conselho Intermunicipal é reivindicar junto das instituições governamentais para que a região seja dotada de infraestruturas, de meios e recursos financeiros capazes de proporcionar um desenvolvimento mais sustentável, promover a qualificação jovem, capacitar a administração local, promover o empreendedorismo, garantir o transporte público de passageiros e o reforço da atividade agrária a fim de garantir maior coesão territorial.

Outro objetivo é ser um veículo de promoção e valorização dos recursos do território, do que a região tem de diferenciador, pelo que, pretende continuar o ciclo de presenças em certames temáticos a realizar no território nacional e no estrangeiro.

Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including a large stylized signature and several smaller initials.

### 3 Atividades Relevantes



Em 2023, foi elaborado um Plano de Ação que operacionaliza a Estratégia das Terras de Trás-os-Montes 2030. Com este Plano de Ação, a CIM-TTM ficou munida de um referencial estratégico que constitui a Estratégia das Terras de Trás-os-Montes para o período 2030, mas também da sistematização e identificação de um conjunto coerente de Linhas de Ação e de instrumentos de apoio que poderão ser mobilizados para traduzir essas Linhas de Ação em investimentos, ao longo de todo o período de programação do PT2030.

Na vigência do quadro comunitário 21/27 as “Terras de Trás-os-Montes afirmar-se-ão como um território de excelência ambiental e com um quadro de vida atrativo para novas gerações. Serão também um novo espaço de competitividade, com base em recursos e ativos crescentes ao nível do conhecimento, da tecnologia e das qualificações, e centrado em atividades das fileiras agroindustriais, do turismo e do ambiente”. Neste sentido, o Plano de Ação considera os seguintes 10 Domínios Temáticos:

- Conhecimento, Inovação e Competitividade;
- Turismo, Cultura e Património;
- Desenvolvimento Rural;
- Ambiente e Ecossistemas;
- Energia;
- Conetividades e Acessibilidades;
- Desenvolvimento Urbano;
- Educação e Formação;
- Saúde e Respostas Sociais;
- Capacitação e Modernização da Administração Local e Intermunicipal.

O Plano de Ação ITI Terras de Trás-os-Montes gerará um impulso decisivo nas seguintes dimensões:

- Qualificação do espaço público e dos equipamentos coletivos, bem como dos serviços da Administração Local, reforçando a atratividade do território para quem nele vive e para os visitantes;
- Reforço da coesão social e territorial, através de investimentos complementares nos serviços de interesse geral, de ações dirigidas a grupos vulneráveis e a população isolada e da discriminação positiva dos concelhos com menores índices de desenvolvimento;
- Reforço da excelência ambiental, com serviços mais qualificados e eficientes ao nível do ciclo urbano da água e dos resíduos, da eliminação de passivos ambientais, da preservação do património natural, da proteção civil e da eficiência energética;

– O Plano de Ação ITI TTM contribuirá ainda para a dinamização das prioridades em matéria de competitividade (ambiente e economia circular, turismo e fileiras agroindustriais), através do apoio a investimentos empresariais de pequena dimensão, à criação de empresas e à expansão de micro e pequenas empresas, bem como ações coletivas de qualificação e de internacionalização, contribuindo igualmente para a qualificação e manutenção do emprego e a modernização e resiliência das economias locais.

Um objetivo primordial da CIM-TTM consiste no desenvolvimento de atividades de âmbito supramunicipal, sempre que possível com recurso a Fundos Comunitários, por entender ser esta a melhor forma de maximizar os Fundos Próprios e conseguir mais recursos financeiros públicos do Portugal 2030, com o intuito de apoiar o investimento na região e, conseqüentemente, o desenvolvimento da mesma.

Deste modo, apresenta-se de seguida o Plano de Financiamento dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI) para as Terras de Trás-os-Montes contratualizado a 24 de abril de 2024 através do Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (CDCT) celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Regional do Norte 2021-2027 e a CIM-TTM, cujo objeto consiste na definição dos termos e condições em que a AG do NORTE 2030, programa financiador, apoia o Plano de Ação do ITI acordado com esta entidade intermunicipal, bem como os compromissos da CIM-TTM em termos de funções ou tarefas de gestão, montantes, compromissos assumidos em termos de investimentos e instrumentos e mecanismos de governação, participação, prestação de contas, acompanhamento, monitorização, avaliação e auditoria. Para financiamento do Contrato, foi aprovada uma dotação global de Fundo que totaliza 109.578.690,00€, dos quais 97.272.511,00€ de FEDER e 12.306.179,00€ de FSE+, repartido da seguinte forma:

PLANO DE FINANCIAMENTO DO ITI Terras de Trás-os-Montes																	
OP	OK	EIXO	Fundo	Tipologia de Intervenção	Dotação CIM-TTM (€)	Supramunicipal - CIM e Outros	MUNICÍPIOS										TOTAL
							Alfândega da Fé	Bragança	Alcobaça de Cavaleiros	Miranda do Douro	Mirandela	Magalhães	Vila Flor	Vimioso	Vinhais		
					FED		7,25%	18,50%	12,99%	8,89%	11,85%	11,56%	7,96%	11,71%	100,00%		
OP1	RS01.2	1	FEDER	3010- Digitalização para a eficiência de serviços aos cidadãos e empresas	3 630 862	3 630 862											
	RS01.3	3		3012- Investimentos de base territorial	6 289 541	6 289 541											
				Viveiros de empresas	386 829		43 277		77 541	57 769	82 675		43 934	226 833	69 900		
				Ações coletivas para as associações de base local	521 061	521 061											
OP2	RS02.1	1		3023- Eficiência energética na AP Regional e Local	6 129 899		444 417	1 124 030	796 273	541 883	842 990	708 616	451 360	486 734	717 810		
	RS02.2	2		3025- Autocuidados e Comunidades de Energia Renovável	883 333			360 425	25 077		269 832				883 333		
	RS02.4	1		3028- Meios materiais para a proteção civil	9 360 183	2 500 000	497 363	1 269 134	891 138	606 440	950 135	793 037	504 909	544 699	803 327		
	RS02.5			3032- CIM em baixa (sistemas municipais)	11 094 559		800 006	2 041 391	1 433 389	975 455	1 528 284	1 275 595	812 144	876 144	1 292 147		
	RS02.6			3036- Gestão de resíduos: Subinvestimentos em baixa	2 650 659	2 650 659											
	RS02.8	2		3044- Outros projetos de mobilidade urbana sustentável	795 580			324 619	227 935		243 026				795 580		
OP4	ES04.1	1	FSE	3095- Apoio ao emprego e ao empreendedorismo	4 130 452	4 130 452											
	ES04.4	1		3099- Qualificação de serviços territoriais	720 789	720 789											
	ES04.8			3112- Inclusão ativa de grupos vulneráveis	1 485 308	100 000	101 160	368 919	181 100	123 945	193 250	161 298	102 695		1 395 157		
	ES04.11			3120- Promoção do serviço e educativo	5 227 918	1 050 000	302 899	772 915	542 712	369 328	578 642	482 967	307 495	331 727	480 234		
				3124- Serviços e redes de intervenção social e de saúde	741 718		53 775	137 218	96 349	65 568	102 728	144 635	54 590		86 855		
OP5	RS05.1	1	FEDER	3065- Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário (IT)	55 979 091		4 014 984	30 245 132	7 193 704	4 895 512	7 620 004	6 401 823	4 075 901	4 397 300	6 484 892		
				3066- Infraestruturas e Equipamentos Sociais (IT)	0												
				3067- Saúde - cuidados saúde primários (IT)	0												
				3068- Equipamentos Desportivos (IT)	0												
				3069- Mobilidade a pedido (IT)	0												
				3070- Habitação Social (IT)	0												
				3071- Habitação a custos acessíveis (IT)	0												
		2		3074- Reabilitação e regeneração urbanas (IT)	0												
		3		3076- Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação do	0												
				3077- Património cultural e natural (IT)	0												
				3078- Produtos turísticos subregionais e locais (IT)	0												
				3079- Reforço do papel da cultura, incluindo a valorização e conservação	0												
				3080- Apoio à estruturação de produtos turísticos locais e sustentáveis	0												
				3081- Apoio à estruturação e requalificação de produtos turísticos e p	0												
				3082- Infraestruturas rodoviárias (nos termos do Acordo de Parceria)	0												
				3072- Relações de cooperação transfronteiriça (IT)	0												
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>109 578 690</b>		<b>21 584 176</b>	<b>6 257 881</b>	<b>16 653 785</b>	<b>11 693 256</b>	<b>7 630 299</b>	<b>12 467 568</b>	<b>9 967 970</b>	<b>6 352 828</b>	<b>6 863 216</b>	<b>10 107 557</b>	<b>87 994 512</b>

CIM	8 533 526,00 €
Empresas	10 399 993,00 €
Resíduos Nord.	2 650 659,00 €
Municípios	87 994 512,00 €

Pela análise do Plano de Financiamento, constata-se que cabe à CIM-TTM um investimento total de 8.533.526,00€ para a realização de projetos de âmbito supramunicipal. O Plano de Financiamento está dividido em Objetivos Prioritários (OP), tendo sido elaborado para cada um, um Quadro de Investimentos Prioritário (QIP), todos aprovados pela Autoridade de Gestão do NORTE2030.

Relativamente ao **QIP da OP1**, cuja tipologia de intervenção é a “Digitalização para a eficiência de serviços aos cidadãos e empresas” e a designação da operação da CIM é “Digitalização da administração local em Terras de Trás-os-Montes”.

Esta tipologia de intervenção tem a seguinte repartição:

OP1				2024	2025	2026	2027	2028	2029	Indicador de Realização (Designação)	Meta	Indicador de Resultado (Designação)	Meta
Tipologia de Operação (TO)	Investimento Total (€)	Dotação UE (€)	Taxa de Co-financiamento										
Infraestruturas, desmaterialização de processos internos, serviços web/móveis aos cidadãos e empresas e cibersegurança	4 271 625,88	3 630 862,00	85%	256 297,55 €	667 041,44 €	1 281 487,76 €	1 281 487,76 €	427 162,50 €	128 148,78 €	RCO 14 (M) - Instituições públicas apoiadas para desenvolvimento de serviços, produtos e processos digitais		RCR11 (M) - Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais públicos novos e melhorados	44180

A candidatura foi submetida em 2025, encontrando-se no estado “Aceite pela Entidade” com um investimento elegível de 4.271.625,88 €, financiado à taxa de 85%, cujo início foi a 01-04-2025 e fim previsto a 31-03-2027.

Nesta OP1 encontra-se também contratualizada uma verba para a concretização de ações coletivas das associações de base local, nos seguintes termos:

OP1				2024	2025	2026	2027	2028	2029	Indicador de Realização (Designação)	Meta
Tipologia de Operação (TO)	Investimento Total (€)	Dotação UE (€)	Taxa de Co-financiamento								
Ações coletivas - Qualificação das empresas	613 954,12 €	521 861,00 €	85%	36 637,25 €	128 930,36 €	184 186,24 €	184 186,24 €	61 365,41 €	18 418,62 €	RSO15 (M) - Projetos de capacitação de qualificação e internacionalização	3

A candidatura foi submetida em 2025, encontrando-se no estado “Aceite pela Entidade” com um investimento total elegível de 613.935,12€, financiado à taxa de 85%, cujo início a 29-09-2025 e fim previsto a 31-12-2027.

Também nesta OP1 está contratualizada uma verba de 6.289.541€ (dotação UE) para apoio em investimentos de base territorial de natureza privada.

Quanto ao **QIP da OP2**, cuja tipologia de intervenção é “Meios materiais para a proteção civil” e a designação da operação é “Proteção civil e gestão integrada de riscos em Terras de Trás-os-Montes: Ações intermunicipais” foram submetidas duas candidaturas: numa pretende-se o reforço do sistema de apoio à decisão operacional com a instalação de 16 novas torres de videovigilância florestal com deteção automática de incêndios e dois videowalls nos Centros de controle de Bragança; na outra pretende-se a aquisição de meios de apoio operacional para situações de emergência no território e outros meios necessários à implementação de projetos de intervenção na região identificados no Plano Subregional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais. Esta tipologia de intervenção tem a seguinte repartição:



OP2										
Tipologia de Operação (TO)	Investimento Total (€)	Dotação UE (€)	Taxa de Co-financiamento	2025	2026	2027	Indicador de Realização (Designação)	Meta	Indicador de Resultado (Designação)	Meta
2018: Ações materiais de proteção civil e gestão integrada de riscos	2 941 176,47 €	2 500 000,00 €	85%	1 176 470,59 €	1 470 588,24 €	294 117,65 €	RCO28 - Área abrangida por medidas de proteção contra incêndios florestais (ha)	9 765,6	RCR36 - População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios florestais (Pessoas)	107 272,0

Nestes termos, foi submetida, em 2025, a candidatura com a designação “Proteção civil e gestão integrada de riscos em Terras de Trás-os-Montes: Ações Intermunicipais (videovigilância florestal)”, encontrando-se aprovada com um investimento elegível de 1.890.636,08 €, financiado à taxa de 85%, com início a 01-05-2025 e fim previsto a 01-05-2027. Foi também submetida a candidatura com a designação “Módulo Móvel de Vigilância e Detecção Florestal” com um custo total de 512.785,00€. Espera-se que a mesma seja aprovada no primeiro trimestre de 2026.

Ainda nesta OP2, a CIM-TTM delegou na empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste a execução do projeto relacionado com investimento na gestão de resíduos em baixa, abrangendo toda a área geográfica da CIM-TTM. O Fundo Comunitário contratualizado é de 2.650.659,00€.

No que concerne ao QIP da OP4, as tipologias de intervenção de âmbito supramunicipal são as seguintes:

- “Programas (inter)municipais de promoção do sucesso escolar” que tem subjacente duas operações, a saber: (1) “Capacitação e Recursos de Apoio” e (2) “Planeamento, Monitorização e avaliação do PIPSE de Trás-os-Montes”;
- “Formação da Administração pública regional e local”, cuja designação da operação é a (3) “Qualificação de quadros da CIM e Municípios”;
- “Planos de Ação (Inter)Municipais para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis”, cuja designação da operação é (4) “Jogos tradicionais nas Terras de Trás-os-Montes”.

As operações encontram-se aprovadas, em execução e têm a seguinte repartição, respetivamente no QIP:

OP4															
Tipologia de Operação (TO)	Investimento Total (€)	Dotação UE (€)	Taxa de Co-financiamento	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Indicador de Realização (Designação)	Meta	Indicador de Realização (Designação)	Meta	Indicador de Resultado (Designação)	Meta
Programas (inter)municipais de promoção do sucesso escolar	468 727,72 €	415 418,56 €	85%		111 575,91 €	113 575,91 €	162 575,90 €	71 000,00 €		EES007 - Agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidos por intervenções para a promoção do sucesso educativo (Entidades)	11	EES030 - Crianças e alunos abrangidos pelos Planos Integrados e Combate ao Insucesso Escolar (N.º)	5638	EESR17 - Alunos dos agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidos por intervenções de promoção do sucesso educativo que concluem em tempo normal os ciclos de estudos	85%
Programas (inter)municipais de promoção do sucesso escolar	746 565,22 €	634 560,44 €	85%	41 094,77 €	232 106,55 €	229 533,35 €	243 840,55 €			EES007 - Agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidos por intervenções para a promoção do sucesso educativo (Entidades)	12	EES030 - Crianças e alunos abrangidos pelos Planos Integrados e Combate ao Insucesso Escolar (N.º)	5764	EESR17 - Alunos dos agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidos por intervenções de promoção do sucesso educativo que concluem em tempo normal os ciclos de estudos	85%
Formação da Administração pública regional e local	859 744,71 €	730 783,00 €	85%	85 974,47 €	214 836,18 €	171 848,94 €	171 848,94 €	128 961,71 €	85 974,47 €	EEO05 - Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria (N.º)	104			EESR03 - Trabalhadores em funções públicas que se considerem mais aptos após a frequência da formação	75%
Planos de Ação (inter)Municipais para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis	117 823,53 €	100 150,88 €	85%	19 637,26 €	19 637,26 €	19 637,26 €	19 637,26 €	19 637,26 €	19 637,26 €	EES018 - Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social (N.º)	6			EESR32 - Pessoas de grupos vulneráveis abrangidas pelas operações	350

Esta OP4 contempla também uma tipologia de apoio ao emprego e empreendedorismo com uma dotação de 3.699.406,80€, tendo a CIM-TTM alocado a verba de 411.045,00€ às Associações de Desenvolvimento Local, CoraNE, Desteque e Douro Superior para efetuarem a dinamização desta medida.

No âmbito do CDCT, a CIM-TTM deverá assegurar o cumprimento das seguintes Metas:

– Metas de realização e de resultado do quadro de desempenho do NORTE2030, constantes da seguinte Tabela:

– Metas anuais de aprovação e de execução financeiras constantes da Tabela infra:

Metas	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Aprovação	35%	70%	90%	100%	100%	100%
Execução	6%	21%	43%	65%	85%	100%

De seguida serão explicitadas as principais atividades/projetos a desenvolver no ano de 2026 de acordo com os domínios temáticos expressos na Estratégia das Terras de Trás-os-Montes 2030.

### 3.1 Conhecimento, Inovação e Competitividade

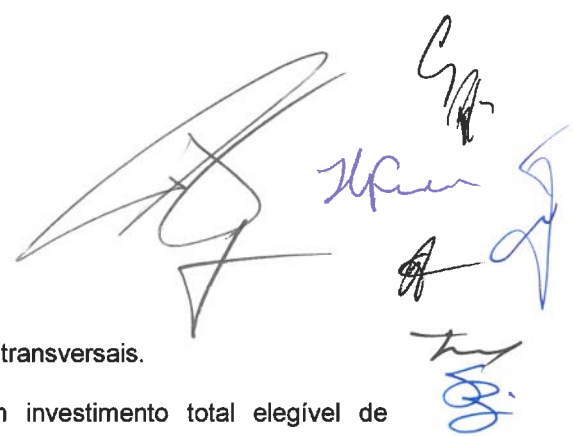
O documento da Estratégia das Terras de Trás-os-Montes 2030 identifica como desafio crucial a inversão da regressão demográfica e também como um dos grandes desafios a transformação digital do setor empresarial e, nomeadamente nas fileiras agroindustriais. Para a concretização da estratégia é fundamental a contribuição das unidades de investigação do IPB (CIMO, CEDRI), o Brigantia Ecopark, o Laboratório colaborativo MORE e o Centro Nacional de Competências de Frutos Secos. A fileira do turismo tem um potencial acrescido na economia da região.

Em termos de serviços e de infraestruturas de apoio ao setor empresarial de referir a existência de uma rede alargada de zonas industriais oferecendo solo industrial loteado e um conjunto de infraestruturas básicas.

#### Terras de Trás-os-Montes 2030

O projeto “Terras de Trás-os-Montes 2030: Ações coletivas para a dinamização do investimento empresarial, da empregabilidade e do turismo”, integra de forma coerente um conjunto de ações coletivas nos domínios da dinamização do investimento empresarial, do acolhimento empresarial, da empregabilidade e da qualificação e promoção turística. O projeto desenvolve-se em 7 ações:

- 1 – Atração, apoio e acompanhamento do investimento empresarial;
- 2 – Rede sub-regional de promoção do empreendedorismo local;
- 3 – Mapeamento das AAE existentes, das necessidades adicionais e de ações de qualificação;
- 4 – Qualificação energética e ambiental das Áreas de Acolhimento Empresarial;
- 5 – Empregabilidade, oferta e procura de qualificações;



6 – Qualificação e promoção turística;

7 – Gestão, monitorização e avaliação da operação e atividades transversais.

Com uma duração de 36 meses, o projeto apresenta um investimento total elegível de 693.627,36€, com taxa de financiamento de 85%.

A Ação 1, Atração, apoio e acompanhamento do investimento empresarial, engloba um conjunto coerente de atividades de dinamização do investimento empresarial nas Terras de Trás-os-Montes, nas dimensões de aumento da atratividade do território, de apoio e acolhimento aos investidores e de acompanhamento e *after care*.

A Ação 2, Rede sub-regional de promoção do empreendedorismo local, engloba um conjunto coerente de atividades visando promover uma oferta estruturada de espaços para acolhimento de pequenas iniciativas empresariais (viveiros de empresas e espaços de *coworking*), qualificando a oferta municipal existente e a sua gestão em rede.

A Ação 3, Mapeamento das AAE existentes, das necessidades adicionais e de ações de qualificação, engloba um conjunto coerente de atividades visando prosseguir uma política de oferta organizada de “solo industrial” nas Terras de Trás-os-Montes, contribuindo para o ordenamento do território e para a competitividade empresarial, com a expansão e qualificação da rede de áreas de acolhimento empresarial.

A Ação 4, Qualificação energética e ambiental das Áreas de Acolhimento Empresarial, engloba um conjunto coerente de atividades visando aprofundar a dimensão transição climática na qualificação das Áreas de Acolhimento Empresarial, através de auditorias na dimensão energia e na dimensão ambiente, e da disseminação dos resultados obtidos pelos decisores e técnicos municipais e empresários.

A Ação 5, Empregabilidade, oferta e procura de qualificações, engloba um conjunto coerente de atividades visando promover a empregabilidade através de uma concertação de nível sub-regional entre a oferta e procura de qualificações, pretendendo a CIM assumir esse papel de concertação, incidindo em perfis de qualificação profissional a 3 níveis: Cursos Profissionais, Cursos de Especialização Tecnológica (CET) e Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP).

A Ação 6, Qualificação e promoção turística, engloba ações de marketing turístico, visando os mercados nacional, ibérico e, acessoriamente, outros mercados emissores externos. Adicionalmente, pretende-se realizar eventos temáticos para mobilizar os diferentes atores do desenvolvimento turístico e aprofundar uma visão comum ao nível sub-regional.

A Ação 7, Gestão, monitorização e avaliação da operação e atividades transversais, visa assegurar uma adequada execução e gestão da operação bem como responder ao disposto no Aviso no que respeita à obrigatoriedade da existência de uma Comissão de Acompanhamento e de um Relator. Engloba ainda atividades transversais de conceção gráfica e de atualização das plataformas digitais.

### 3.2 Turismo, Cultura e Património

O Turismo assume-se cada vez mais como um setor determinante para o desenvolvimento do território. A riqueza patrimonial, cultural e gastronómica confere à região fatores de diferenciação que importa promover de forma concertada com os diferentes agentes do território.

A CIM tem orientado muito do seu esforço e recursos na promoção e valorização dos recursos turísticos assente numa estratégia onde a Marca "Terras de Trás-os-Montes" se assume como uma marca chapéu, não só para os produtos endógenos como também para os serviços.

A Agenda Cultural Intermunicipal lançada no ano de 2023, com periodicidade trimestral, constitui um excelente mecanismo de divulgação dos eventos e espaços culturais da região, elaborada com o envolvimento dos principais agentes turísticos do território, principalmente os técnicos dos municípios.

A estratégia a seguir no futuro passa pelo reforço das atividades de promoção integrada dos recursos endógenos, uma maior qualificação da oferta, capacitação dos agentes turísticos e uma criteriosa participação em feiras e certames. Pretende-se vir a conseguir os recursos humanos e financeiros necessários para concretizar as principais ações contempladas no Plano de Marketing Territorial mandado elaborar pela CIM para a próxima década. Para isso esperamos ver contemplados os meios necessários no Programa PROVERE.

#### 3.2.1 PROVERE

A candidatura da Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC) do Provere das Terras de Trás-os-Montes (Provere TTM) ao Norte 2030 dá continuidade ao Provere promovido pela CIM-TTM no anterior período de programação, dinamizando projetos âncora e complementares que apresentaram resultados positivos na valorização do potencial endógeno, com base nas duas EEC de primeira geração executadas no âmbito do QREN: o Provere INOVARURAL, na Terra Quente Transmontana, e o Provere da Terra Fria Transmontana.

A candidatura do atual PROVERE foi submetida no último trimestre de 2025, havendo de seguida uma fase de negociação com a Autoridade de Gestão, sendo expectável que após essa fase sejam abertos os avisos para as candidaturas dos projetos âncora que assumem uma importância extrema na concretização da estratégia cujos focos temáticos no turismo e nos produtos tradicionais. Em termos gerais a CIM-TTM mantém os projetos âncora, registando-se um reforço na afirmação da marca Trás-os-Montes que engloba todas as atividades de marketing e comunicação da marca.

A dinamização da ecopista do Tua e a ampliação do E-Mob à antiga linha do Sabor é um projeto com a ambição de ser um produto turístico que permita aumentar os visitantes/turistas relacionados com o cicloturismo na região. A Rota Transmontana, como atrativo turístico agregador da Rota da Terra Fria Transmontana e Rota da Terra Quente Transmontana, pretende estimular e alavancar os serviços e agentes turísticos regionais através de uma

organização e estruturação de produtos/experiências que promovam o aproveitamento dos atrativos regionais para aumentar a estada média dos turistas e diminuir a sazonalidade.

Neste PROVERE, destaca-se a inclusão de um novo projeto âncora: Centro de Investigação da Alimentação Sustentável direcionado para o foco temático dos produtos tradicionais, que nasce da necessidade diagnosticada de promoção das raças, produtos e produtores regionais de forma a gerar melhores condições de negócio e aprofundar o conhecimento da população sobre os produtos de elevada qualidade que a região possui, aumentando o consumo interno dos produtos regionais, transformando-os em efetivos embaixadores do turismo.

Para fazer a gestão e acompanhamento de todo o PROVERE há ainda a candidatura da Gestão e Dinamização do Consórcio do PROVERE TTM.

O investimento dos projetos âncora da CIM-TTM rondam os 3.9K € e os municipais no valor de 14.5K € para executar num período de 24 a 36 meses.

### **3.2.2 Turismo Inteligente nas Terras de Trás-os-Montes**

O projeto consiste no desenvolvimento de uma solução tecnológica baseada num assistente virtual com inteligência artificial (IA), destinado à divulgação e à promoção das Terras de Trás-os-Montes. Trata-se de uma solução inovadora que reforça a promoção turística, social e económica do território, tirando partido de IA generativa associada a um avatar interativo capaz de criar conteúdos a partir de uma base de dados certificada. O assistente irá proporcionar uma experiência de interação simples, agradável e atrativa para qualquer utilizador.

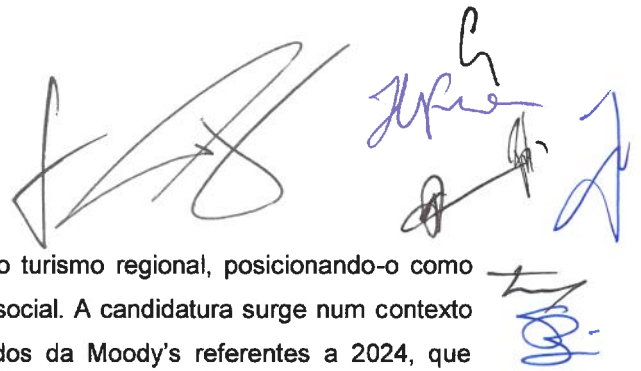
O projeto irá permitir a promoção integrada dos nove municípios da CIM-TTM através de um guia turístico virtual permanentemente disponível. Este guia assume a forma de um avatar capaz de conversar no idioma do próprio turista sobre todos os temas turísticos da região, incentivando a descoberta de todo o território.

O visitante poderá aceder à aplicação através da página de internet das Terras de Trás-os-Montes e a interação com o assistente poderá ocorrer através de conversa por texto ou por voz. Será disponibilizada informação sobre Cultura e Património; Atividades ao ar livre (caminhadas, trilhos, miradouros, natureza, etc.); Gastronomia; Festas e eventos; alojamento e restauração, entre outros, sempre ajustados às preferências do utilizador.

Com este projeto pretende-se reforçar a atratividade turística das Terras de Trás-os-Montes, promover a mobilidade inteligente e sustentável e oferecer ao turista um meio simples, rápido, fiável e cómodo de aceder a informação relevante — disponível 365 dias por ano.

### **3.2.3 TMQ – Trás-os-Montes Qualifica**

O projeto TMQ – Trás-os-Montes Qualifica: Qualificação para a Competitividade no Cluster do Turismo constitui uma iniciativa estruturante da CIM-TTM, concebida para reforçar a



competitividade, a diferenciação e a sustentabilidade do turismo regional, posicionando-o como um verdadeiro motor de desenvolvimento económico e social. A candidatura surge num contexto de diagnóstico aprofundado do setor, apoiado em dados da Moody's referentes a 2024, que revelam tanto o potencial como as fragilidades do cluster ATST (Ativos Territoriais e Serviços de Turismo) na região.

### **Objetivos**

O projeto TMQ – Trás-os-Montes Qualifica: Qualificação para a Competitividade no Cluster do Turismo assume como missão central reforçar a competitividade do tecido empresarial regional ligado ao turismo, através da valorização das suas especificidades culturais, patrimoniais e territoriais, e da capacitação das empresas para responder de forma inovadora e sustentável às exigências de um mercado em transformação.

Um primeiro objetivo estratégico consiste em valorizar e consolidar a identidade territorial das Terras de Trás-os-Montes como destino turístico qualificado e distintivo. O turismo contemporâneo privilegia experiências autênticas, enraizadas em patrimónios culturais, gastronómicos e naturais. Contudo, o tecido empresarial regional encontra-se ainda marcado por forte fragmentação e reduzida articulação coletiva. O projeto pretende colmatar esta lacuna, promovendo a adesão e apropriação da marca regional pelas empresas, incentivando a criação de narrativas partilhadas que reforcem a notoriedade do destino e potenciem a sua diferenciação face a regiões concorrentes.

Um segundo objetivo estratégico é promover a capacitação e modernização das empresas da restauração, alojamento e animação turística, setores que representam mais de dois terços do tecido empresarial do cluster ATST mas que revelam margens reduzidas, baixa produtividade e frágil qualificação em áreas críticas de gestão, inovação e digitalização. O projeto procura, assim, estimular a incorporação de práticas modernas de gestão, a integração de ferramentas digitais de promoção e comercialização, e a adoção de estratégias de eficiência e sustentabilidade ambiental e económica.

O terceiro objetivo estratégico passa por estimular a cooperação empresarial e a criação de dinâmicas coletivas de oferta turística. A região carece de instrumentos que promovam a integração de produtos e serviços em pacotes conjuntos, capazes de valorizar a complementaridade entre diferentes empresas e setores. Ao incentivar a atuação conjunta, o projeto cria condições para reforçar a atratividade da região, aumentar o tempo médio de permanência dos visitantes e gerar economias de escala que favoreçam a sustentabilidade das empresas.

Um quarto objetivo estratégico prende-se com a promoção da sustentabilidade e da inovação enquanto eixos transversais de desenvolvimento do cluster turístico. A incorporação de práticas sustentáveis, desde a eficiência energética à valorização de recursos locais e à gestão responsável, é hoje determinante para responder às exigências dos consumidores e aos

compromissos de transição ecológica. Paralelamente, a aposta na inovação – seja na conceção de novos produtos, na utilização de tecnologias digitais ou na integração de experiências culturais emergentes – constitui uma via fundamental para reposicionar o turismo transmontano em cadeias de valor mais qualificadas e globais.

Por fim, o quinto objetivo estratégico é assegurar a comunicação, a notoriedade e a disseminação dos resultados do projeto, garantindo que as aprendizagens, práticas e instrumentos produzidos não se esgotam no período de execução. Pretende-se criar mecanismos de impacto duradouro, capazes de influenciar o comportamento das empresas, inspirar novas iniciativas e consolidar a imagem da região como território de inovação e qualidade no turismo.

A concretização deste projeto terá o envolvimento das Associações de base local existentes no território.

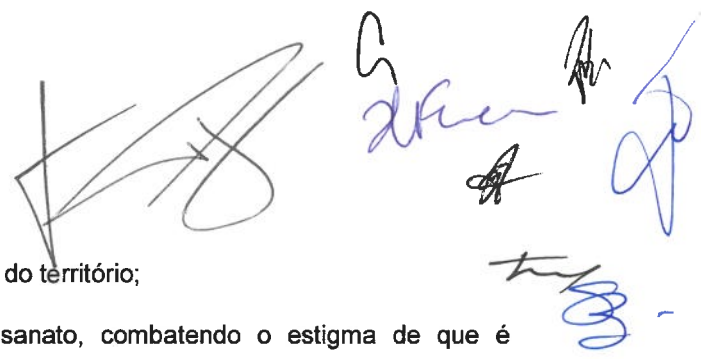
O projeto tem subjacente um valor de investimento total elegível de 613.935,12€, com taxa de financiamento de 85%.

#### **3.2.4 Certificar o Artesanato das Terras de Trás-os-Montes**

As Terras de Trás-os-Montes são um território com uma forte identidade cultural, vincadamente rural, com tradições e saberes que as suas gentes souberam preservar ao longo dos tempos. Hoje, esta identidade associada às suas tradições culturais, ao Saber Fazer vinculado à gastronomia tradicional e à produção artesanal, são um forte ativo com potencial económico e turístico que é necessário proteger, preservar, salvaguardar e valorizar. Em alguns dos casos com urgência. É a consciencialização desta necessidade de atuar no artesanato, protegendo-o e valorizando, tanto os artesãos como as unidades de produção artesanais tradicionais, que instigou a apresentar uma candidatura ao programa com aviso NORTE2030-2024-91, “Certificação e valorização de Artesanato Local e Regional”, designada “Certificar o Artesanato das Terras de Trás-os-Montes”, que é um projeto que visa “a certificação e a valorização social e económica, simbólica e cultural de Produções Artesanais Tradicionais” da região das Terras de Trás-os-Montes.

Com este investimento o promotor tem como principal objetivo certificar produções artesanais de qualidade e representativas da identidade cultural local, que possam valorizar socioeconomicamente as unidades de produção, os produtores e as comunidades onde estão inseridos. A este objetivo principal, diretamente relacionado com o investimento e dele dependente, estão associados outros objetivos que embora relacionados com o investimento, não dependem só desse investimento, são os objetivos secundários:

- Contribuir para o alcance dos objetivos e metas dos documentos estratégicos da política territorial;
- Contribuir para a valorização do território;

- 
- Contribuir para a resiliência das comunidades do território;
  - Valorizar a atividade de produção de artesanato, combatendo o estigma de que é atividade de pobres;
  - Contribuir para o aumento do número de visitantes da região.

Para atingir estes objetivos são definidas 2 ações, cada uma das quais com objetivos e metas associadas.

#### Ação 1 – Plano de comunicação

Objetivos: comunicar ao público-alvo que as instituições estão a intervir na salvaguarda do seu património e comunicar os resultados da Certificação.

#### Ação 2 – Certificação de Produtos

Objetivos: certificar produções artesanais de qualidade e representativas da identidade cultural local, contribuir para o aumento do número de visitantes da região, contribuir para a valorização do território, contribuir para a resiliência das comunidades do território, valorizar a atividade de produção de artesanato, combatendo o estigma de que é atividade de pobres e contribuir para o alcance dos objetivos e metas dos documentos estratégicos da política territorial.

O projeto tem subjacente um valor de investimento total elegível de 89.175,00€, com taxa de financiamento de 70%.

### 3.3 Desenvolvimento Rural

A grande maioria das atividades no setor agrário são financiadas através do programa Operacional da Agricultura – PEPAC.

#### 3.3.1 Regadio

A CIM contratou em 2023 a elaboração do Estudo da Valorização do Potencial Hidroagrícola, estudo este considerado da maior importância para o futuro da agricultura e consequentemente da sustentabilidade do meio rural. Este documento dotou a CIM, os municípios e outras entidades de conhecimento técnico fundamentado considerado imprescindível para definir e priorizar os investimentos a realizar no futuro.

Espera-se que no ano de 2026 haja enquadramento na estratégia do Governo, para a próxima década, dos investimentos necessários nas Terras de Trás-os-Montes no setor do regadio sob pena de comprometer a competitividade do setor agrícola na região.

#### 3.3.2 BUPi

Sendo objetivo da CIM-TTM e Municípios parceiros operacionalizar o BUPi enquanto plataforma única de relacionamento com o cidadão e empresas, bem como destes com a Administração

Pública e o sistema de cadastro simplificado e de forma a dar continuidade à operação Norte-09-5762-FSE-000075 designada por "Cadastra & Capacita TTM – Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificada (SICS) nas Terras de Trás-os-Montes foi aprovada no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) a candidatura ao investimento RE-C08-i02 "Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo", enquadrado na Reforma RE-r20: Reorganização do sistema de cadastro da propriedade rústica e do Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo.

Assim, pretende-se, através da implementação da operação candidatada, designada por "Cadastra & Capacita TTM – Fase II – Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo nas Terras de Trás-os-Montes", dar continuidade à operacionalização do BUPi enquanto plataforma única de registo, assente nos três pilares de promoção do registo da propriedade, de aquisição expedita de dados relativos à geometria dos prédios e de harmonização da informação tributária.

Pretende-se ainda com esta candidatura desenvolver uma resposta estrutural na prevenção e combate de incêndios rurais capaz de proteger Portugal de incêndios rurais graves num contexto de alterações climáticas e com impacto duradouro ao nível da resiliência, sustentabilidade e coesão territorial.

A candidatura contempla a concretização de duas grandes atividades que definem as linhas orientadoras para as tarefas em desenvolvimento, sendo:

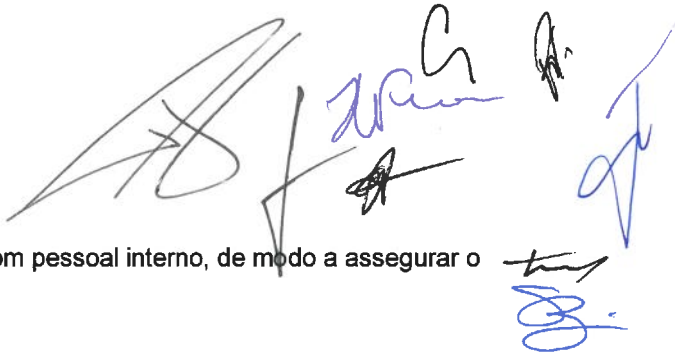
Atividade 1 – "A1 – Aproximar, capacitar e cadastrar no território das Terras de Trás-os-Montes", que procura enquadrar os principais aspetos-chave da execução da operação, designadamente a aproximação dos serviços da administração pública ao cidadão e a simplificação dos processos bem como a capacitação dos serviços da administração pública no âmbito da implementação do Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo no território das Terras de Trás-os-Montes;

Atividade 2 – "A2 – Comunicar a operação "Cadastra & Capacita TTM" no território das Terras de Trás-os-Montes" que pretende operacionalizar o plano de comunicação da operação.

Esta candidatura tem um investimento total de 1.142.844,00€, integrando encargos com pessoal e aquisição de serviços a terceiros bem como encargos com promoção e divulgação da operação.

A CIM-TTM assume a coordenação da operação e estabelece uma parceria formal com os municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, dando continuidade à representação gráfica georreferenciada do cadastro simplificado assim como a divulgação e promoção da operação através dos meios de comunicação locais/regionais, permitindo alcançar as metas propostas em cada concelho.

Em relação às ações destinadas aos municípios, estão previstas para o ano 2026, dar continuidade ao serviço municipal "balcão BUPI" já implementado, tendo como encargos manter a



aquisição de serviços a terceiros bem como encargos com pessoal interno, de modo a assegurar o bom desempenho do sistema cadastral simplificado.

### **3.4 Ambiente e Ecossistemas**

No PR NORTE2030 estão contempladas verbas para a gestão dos sistemas municipais do ciclo urbano da água em baixa no montante de 11.034.559,00€ para a realização de muitas intervenções no setor a serem efetuadas pelos municípios. Trata-se de verbas de montante muito reduzido face às necessidades dos municípios.

#### **3.4.1 Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal**

O Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal tem como missão contribuir para uma melhor articulação e funcionamento integrado dos Gabinetes Técnicos Florestais Municipais na sua área de intervenção, através da divulgação das políticas florestais, disponibilização e difusão de informação técnica de âmbito florestal.

Para o ano 2026, perspetiva-se a realização das seguintes atividades:

- Acompanhar a implementação das ações previstas nos diversos diplomas legais e planos relativos a políticas florestais;
- Apoiar tecnicamente e administrativamente a Comissão Sub-regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, participando nas respetivas reuniões e apoiando o desenvolvimento da sua atividade;
- Apoiar tecnicamente a Comissão regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, participando nas respetivas reuniões e apoiando o desenvolvimento da sua atividade;
- Elaborar em conjunto com os municípios, a proposta de planeamento do nível sub-regional para a rede secundária de Faixas de Gestão de Combustível, das infraestruturas da responsabilidade dos municípios;
- Produzir e disponibilizar informação agregada de âmbito florestal, nomeadamente as peças que compõem os Planos Operacionais Municipais;
- Difundir informação de âmbito florestal pelos Gabinetes Técnicos Florestais Municipais, designadamente legislação aplicável ao setor, atividades promovidas e desenvolvidas, eventos revelantes de âmbito florestal e boas práticas;
- Prestar apoio técnico ao processo de adaptação à escala municipal (Programa Municipal Execução de Gestão Integrada de Fogos Rurais) do programa sub-regional de ação;
- Compilar os diferentes Programas Municipais de Execução e supervisionar a calendarização da sua execução;

- Promover a capacidade dos Gabinetes Técnicos Florestais Municipais no âmbito dos Sistemas de Informação Geográfica e assegurar a utilização articulada de informação geográfica por aqueles;
- Colaboração na revisão do Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais;
- Colaboração na adaptação das Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança à sub-região em conjunto com os municípios das Terras de Trás-os-Montes.

### 3.4.2 Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas

As alterações climáticas são uma realidade mundial e a sua extensão e rapidez torna-se cada vez mais evidente. O aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos tem causado a perda de vidas e graves consequências na sociedade, na economia e nos ecossistemas.

No atual panorama de escalada dos desafios associados às alterações climáticas, urge promover a adoção de medidas adicionais de mitigação, que combatam as causas, e de adaptação, que minimizem os impactos, com vista a uma sociedade neutra em carbono e resiliente ao clima, adaptada às suas consequências, reduzindo a vulnerabilidade e alcançando o desenvolvimento sustentável.

A urgência de ação é ainda realçada pelo facto de diversos estudos indicarem que, no contexto europeu, os países do Sul e a Península Ibérica são os que apresentam maiores vulnerabilidades e menores oportunidades com as alterações climáticas. Consequentemente, os custos da inação face aos impactos das alterações climáticas assumem uma expressão significativa para Portugal (Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019).

Com esta preocupação, em 2017, as Associações de Municípios da Terra Quente Transmontana e da Terra Fria do Nordeste Transmontano tomaram a decisão de elaborar o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas – PIAAC, para as suas áreas de intervenção, de forma a identificar as vulnerabilidades da região e adaptá-la para os efeitos das alterações climáticas.

As principais vulnerabilidades identificadas para a região e comuns às duas Associações, foram as seguintes:

- Precipitação excessiva;
- Secas e escassez de água;
- Ondas de calor e nevões.

Conscientes de que a adaptação é o rumo a seguir, a CIM-TTM, resultante de uma candidatura ao POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, viu aprovado, em 2019, o estudo para “Avaliação de Riscos Associados às Alterações Climáticas e Produção da Cartografia Intermunicipal” para o território da CIM-TTM que teve por base uma

metodologia integrada e comum a todo o território intermunicipal, tendo em conta as vulnerabilidades climáticas identificadas pelos PIAAC de cada Associação e que permitiu identificar locais particularmente vulneráveis.

Recentemente, a Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021), aprovada pela Assembleia da República em 31 de dezembro de 2021, vem consolidar objetivos, princípios e obrigações, para os diferentes níveis de governação, através de políticas públicas, bem como estabelecer novas disposições em termos de política climática e um conjunto de obrigações relativas à necessidade de desenvolvimento de novos instrumentos da política climática, entre os quais se destacam os Planos Municipais de Ação Climática - PMAC (Art.º 14.º - Políticas Climáticas regionais e locais).

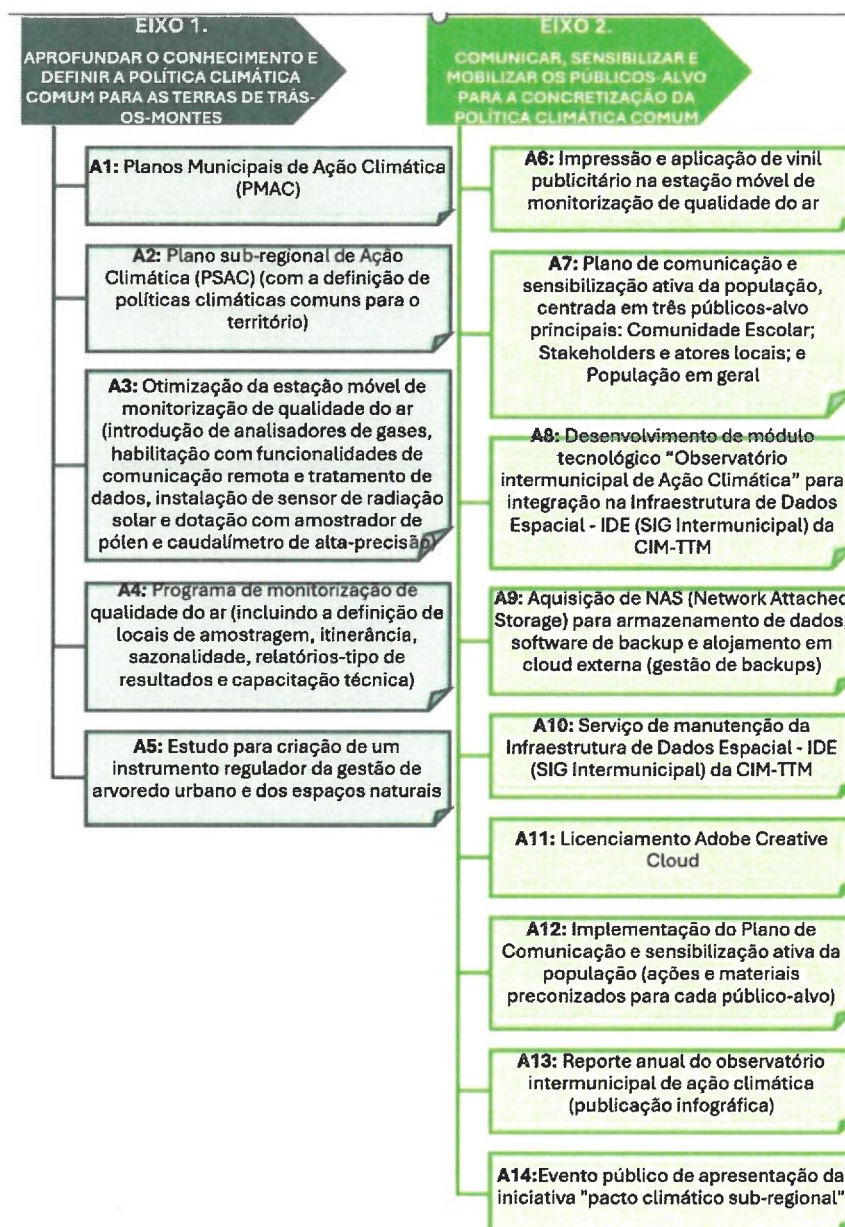
Tendo em conta a estrutura agregadora da CIM-TTM, todos os seus objetivos são no sentido de uniformizar o território, criando assim uma maior coesão da região, pelo que foi adjudicado a elaboração dos PMAC's para os 9 municípios.

Os PMAC foram aprovados durante o ano de 2025 em assembleia municipal de cada um dos municípios. No entanto, sendo um plano com necessidade de constante atualização e monitorização, a CIM-TTM vai integrar uma equipa de apoio à monitorização do plano de forma a apoiar os municípios na identificação de medidas de adaptação e mitigação no território.

### **3.4.3 ECO-SMART TTM**

A CIM-TTM tem vindo a trabalhar no sentido de potenciar os valores económicos, sociais, ambientais e culturais da região, de forma a fazer deste território uma eco região de excelência, reconhecida nacional e internacionalmente, utilizando os valores naturais e produtos de excelência como principal alavanca.

No âmbito da candidatura ao Aviso NORTE2030-2023-12 "Planos territoriais de adaptação às alterações climáticas (NUTS II, NUTS III e Municípios)", foi aprovada a candidatura com a designação "ECO-SMART TTM Ação Climática Comum Rumo à Resiliência e Desenvolvimento Sustentável das Terras de Trás-os-Montes". Aprovada em 2024, e com seu término previsto para 31/08/2026 num valor total de 369.356,11€, estão previstas 14 atividades, organizadas em 2 eixos estratégicos:



O objetivo geral passa por dotar o território sub-regional de instrumentos de políticas públicas adequados para suporte à decisão e resposta em diferentes dimensões, de prevenção, de adaptação e de reação, num contexto de alterações climáticas.

A CIM-TTM gere cada uma das atividades previstas, estando atualmente executadas as atividades A1, A6, A9 e A11 e em execução as atividades A2, A4, A5, A7 e A12. As restantes atividades estão previstas para 2026.

### 3.4.4 Pathways2Resilience (P2R)

A CIM-TTM juntamente com a IPI Consulting e a Bable viram aprovada uma candidatura, no âmbito de fundos da União Europeia, cujo objetivo consiste num reforço das condições

institucionais e técnicas para potenciar a adaptação e resiliência às alterações climáticas na região das Terras de Trás-os-Montes. Com um financiamento de 210.000,00€, participado a 100%, distribuídos de igual forma pelos três parceiros, tendo como objetivo principal a promoção de uma abordagem transformadora e inovadora para reforçar a resiliência climática na região. A CIM-TTM assumiu-se como líder do projeto e enquadra um conjunto de 40 candidaturas/projetos aprovados na Europa, das quais duas pertencem a Portugal, com término a março de 2026.

Ao longo do ano de 2025 tiveram início sessões de capacitação técnica para técnicos municipais e *stakeholders* identificados ao longo das reuniões de trabalho entre consórcio e municípios e que terão continuidade ao longo do ano de 2026.

No âmbito deste projeto estão previstas ações de conhecimento de boas práticas em medidas de resiliência às alterações climáticas a nível nacional e internacional.

#### **3.4.5 Estação Móvel de Medição da Qualidade do Ar (EMQAR)**

No âmbito de candidatura ao Programa *Smart Regions Trás-os-Montes*, a CIM-TTM propõe-se monitorizar o nível de poluição atmosférica e em particular a concentração de partículas atmosféricas (PM), a realizar em tempo real, com considerável economia de tempo e dinheiro, de forma móvel, contemplando assim todos os municípios que a integram.

A qualidade do ar e as alterações climáticas estão intrinsecamente ligadas, uma vez que a poluição atmosférica contribui significativamente para o aquecimento global e, por sua vez, as mudanças climáticas podem agravar os níveis de poluentes no ar. Este ciclo de interdependência reforça a necessidade de medidas concretas para monitorizar e gerir a qualidade do ar, promovendo simultaneamente a mitigação dos efeitos das alterações climáticas e dos poluentes atmosféricos.

Reconhecendo esta realidade e com o objetivo de capacitar a região de Trás-os-Montes com instrumentos e políticas públicas adequadas à tomada de decisão em contextos de prevenção, adaptação e reação, a CIM-TTM investiu na aquisição de uma Estação Móvel de Medição da Qualidade do Ar (EMQAR). Este sistema de monitorização permite avaliar a qualidade do ar em diferentes pontos do território, com especial enfoque na medição de partículas em suspensão na atmosfera e outros parâmetros críticos da qualidade do ar, de natureza gasosa. Para maximizar o potencial e a eficácia desta estação, a CIM-TTM convidou o Instituto Politécnico de Bragança (IPB) a assumir a responsabilidade pela elaboração de um plano de monitorização e avaliação da qualidade do ar para a região.

Neste sentido, criou-se o "Plano de Monitorização e Avaliação da Qualidade do Ar das Terras de Trás-os-Montes 2025-2029", pretendendo-se atingir os seguintes objetivos:

**Caracterizar os Níveis de Poluentes Atmosféricos:**

Monitorizar continuamente os níveis de poluentes do ar, como partículas em suspensão (PM e PM<sub>10</sub>), monóxido de carbono (CO), óxidos de azoto (NO<sub>x</sub>), ozono (O<sub>3</sub>) e ainda de carbono negro (*black carbon*). Além destes parâmetros químicos da atmosfera, serão também monitorizados os parâmetros meteorológicos convencionais e parâmetros biológicos como grãos de pólen e esporos fúngicos.

**Identificar/Avaliar Fontes Locais de Poluição:**

Identificar e caracterizar as principais fontes de poluição do ar na região, como queima de biomassa e de resíduos agrícolas, emissões do setor agropecuário, tráfego rodoviário e de pequenas indústrias, o que contribuirá para a implementação de estratégias de redução das emissões.

**Avaliar o Cumprimento da Legislação Ambiental:**

Assegurar que a qualidade do ar na região cumpra os limites e diretrizes estabelecidos pela Diretiva 2008/50/CE da União Europeia e pela legislação portuguesa, como o Decreto-Lei n.º 102/2020, de 23 de setembro, que define os objetivos de qualidade do ar para proteger a saúde pública e o ambiente.

**Proteger a Saúde Pública Local:**

Monitorizar e analisar a qualidade do ar para proteger a saúde da população, com especial atenção para as populações vulneráveis (idosos, crianças, pessoas com doenças respiratórias ou cardiovasculares), minimizando os impactos negativos da poluição do ar sobre a saúde pública.

**Analisar os Efeitos Ambientais da Poluição do Ar:**

Avaliar os efeitos da poluição do ar sobre a biodiversidade e os ecossistemas naturais da região, como as florestas e áreas protegidas, além de investigar o impacto da poluição sobre os recursos hídricos e a qualidade do solo.

**Fornecer Informações e Sensibilizar a Comunidade Local:**

Estabelecer uma comunicação eficiente com a população e os *stakeholders* locais (agricultores, autoridades locais, empresas), para promover boas práticas que ajudem a reduzir as emissões de poluentes, como o uso eficiente de biomassa, o controle de emissões agrícolas e a adoção de tecnologias limpas.

**Avaliar Políticas e Medidas de Mitigação:**

Elaborar estratégias e políticas públicas baseadas nos dados de monitorização, com o objetivo de reduzir a poluição do ar e melhorar a qualidade do ar, como incentivar o uso de tecnologias menos poluentes nas indústrias e promover o uso de energias renováveis e alternativas ao aquecimento a lenha.

### **Apoiar o Planeamento Territorial e a Mobilidade Sustentável:**

Integrar os dados de qualidade do ar com o planeamento urbano e rural, promovendo o desenvolvimento sustentável da região e incentivando modos de transporte menos poluentes, como o transporte público, a mobilidade ativa (caminhada, ciclismo) e o uso de veículos elétricos.

### **Apoiar a Investigação e Inovação na Gestão da Qualidade do Ar:**

Fomentar a investigação local sobre a qualidade do ar, a origem dos poluentes e os seus impactos, e incentivar o uso de tecnologias inovadoras para melhorar a monitorização e a gestão da qualidade do ar, como sensores de baixo custo, monitorização remota via satélite e técnicas de modelação da qualidade do ar. Estabelecer parcerias e colaborações, criar parcerias estratégicas entre as autarquias, instituições de investigação, empresas locais e organizações da sociedade civil para coordenar as ações de monitorização, reduzir a poluição do ar e implementar políticas públicas eficazes.

Por forma a dar seguimento a estes objetivos, no decorrer do ano de 2026, a CIM-TTM pretende adquirir novos equipamentos de forma a aumentar as valências da sua estação, prevendo-se a abertura de concurso público para a aquisição de Aetalometro, um sistema de calibração de gases, um Piranómetro (monitorização da radiação solar), um captador de pólen e esporos fúngicos e um sistema de transmissão remota e processamento dos dados recolhidos na estação com um custo máximo de 88.098,00 euros.

## **3.5 Energia**

A eficiência energética nos edifícios e equipamentos da Administração Local será uma aposta no presente Quadro Comunitário, estando contemplado no CDCT o montante de 6.129.893,00€ para os municípios.

No CDCT está aprovada também uma verba de 883.333,00€ para a implementação de comunidades de energia renováveis nos municípios de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela.

Neste âmbito a CIM estabeleceu uma parceria com a Agência de Energia do Porto da qual obteve o apoio técnico para o estudo do potencial e requisitos técnicos necessários para os três municípios apresentarem a sua candidatura.

## **3.6 Conetividades e Acessibilidades**

### **3.6.1 Linha de Alta Velocidade de Trás-os-Montes**

No âmbito da candidatura dos Planos de Ação dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI) do Programa Regional do Norte2030 - Redes Urbanas Intra-regionais, que a CIM apresentou em 2024, estão previstos estudos necessários para a concretização da ligação ferroviária e futura

linha de Alta Velocidade Porto-Bragança-Zamora-Madrid, via Vila Real com ramal de ligação a Chaves, nomeadamente:

- Avaliação do impacto económico da linha de Alta Velocidade Porto-Zamora-Madrid na Região Norte de Portugal;
- Estudo de Procura;
- Estudo de Viabilidade Técnica;
- Análise Custo-Benefício.

No decurso desta estratégia defendida pela CIM foi assinado no dia 23 de julho de 2025, em Bragança, com a presença do Ministro das Infraestruturas, o Acordo de Colaboração para a Elaboração dos Estudos de Viabilidade da Linha de Alta Velocidade de Trás-os-Montes envolvendo a CIM-TTM, as Infraestruturas de Portugal e a CCDRN.

No dia 29 de setembro foi realizada a primeira reunião do Grupo de trabalho com o objetivo de definir a metodologia de trabalho conjunto tendo em vista a concretização da Linha de Alta Velocidade de Trás-os-Montes (LAVTM) que compreende a ligação ferroviária do Porto a Bragança/Zamora.

### **3.6.2 Conetividade digital**

A CIM é parceira de um projeto designado de 5G.CONNECT candidatado ao programa CEF-Digital, da União Europeia.

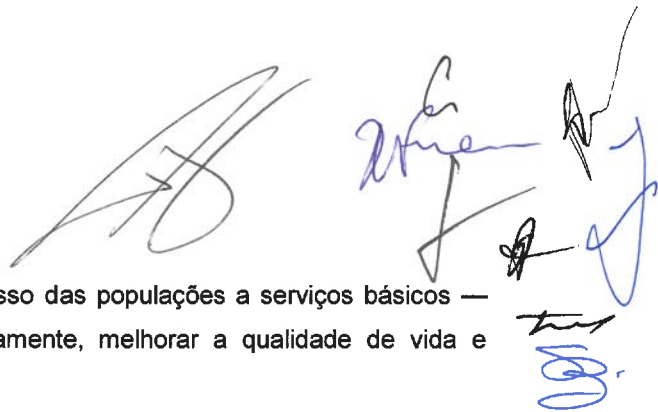
O 5G.CONNECT tem como principal objetivo melhorar a conectividade digital em territórios de baixa densidade populacional, promovendo a transformação digital em áreas críticas como a ação climática, proteção civil, valorização do património e ação social. Além das operadoras de comunicações Dstelecom e a NOS também integram a parceria as Comunidades Intermunicipais do Douro, do Tâmega e Sousa e do Alto Tâmega e Barroso bem como a APDL.

## **3.7 Desenvolvimento Urbano**

### **3.7.1 Transportes**

O setor dos transportes públicos rodoviários assume um papel vital na promoção da mobilidade urbana e rural, garantindo acessibilidade, coesão territorial e conectividade entre populações e serviços. No contexto atual, marcado pelo decréscimo populacional a que a Região tem estado exposta, a necessidade de serviços de transporte mais eficientes e ajustados às novas realidades demográficas torna-se cada vez mais premente.

A mobilidade em territórios de baixa densidade populacional apresenta desafios únicos, resultantes da dispersão geográfica, da escassez de recursos e da dificuldade em assegurar a viabilidade económica de serviços regulares. Ainda assim, a implementação de sistemas de



transporte adequados é essencial para garantir o acesso das populações a serviços básicos — como saúde, educação e emprego — e, simultaneamente, melhorar a qualidade de vida e promover a inclusão social.

Para incentivar o uso do transporte público, é indispensável adotar políticas que tornem o serviço mais atrativo, fiável e economicamente acessível. Entre as estratégias prioritárias destacam-se:

- Tarifas Acessíveis: manutenção de tarifas reduzidas, ou mesmo gratuitas, para determinados grupos da população, como estudantes, idosos e pessoas com menores rendimentos;
- Campanhas de Sensibilização: ações de comunicação que evidenciem as vantagens do transporte público, nomeadamente a redução de custos familiares, a diminuição do tráfego automóvel e o contributo ambiental positivo.
- Aumentar a oferta em Concelhos: fruto da sua baixa densidade populacional deixou de ser atrativo para os operadores, suportando a CIM-TTM, todos os encargos monetários.

A criação de soluções eficazes em áreas de baixa densidade populacional exige um planeamento rigoroso e uma abordagem inovadora, assente na flexibilidade dos modelos de transporte, no fortalecimento das parcerias locais e no aproveitamento das potencialidades da tecnologia digital. Estas medidas permitem desenvolver redes mais eficientes e sustentáveis, ajustadas às necessidades reais das comunidades.

A problemática da acessibilidade e dos transportes públicos nas zonas rurais não é nova. O crescimento da motorização individual, aliado à degradação progressiva dos serviços públicos de transporte, teve como consequência direta o agravamento dos custos operacionais e a redução da sua viabilidade económica. Este cenário reforça a urgência de encontrar novos modelos de gestão e financiamento que garantam a continuidade e qualidade do serviço público.

Com a extinção do acordo relativo à entrada em atividade de um novo operador para todo o território da CIM-TTM, foi necessário desencadear um conjunto de diligências para preparar o lançamento de um novo procedimento concursal. Este processo requereu um esforço coordenado entre os diferentes municípios, que serão também os principais financiadores da operacionalização da rede municipal e intermunicipal, implicando um trabalho técnico e administrativo de grande complexidade, fundamental para assegurar que o concurso decorresse de forma eficaz e transparente.

O procedimento de novo concurso foi terminado no ano de 2025, obteve o visto do Tribunal de Contas e foi notificado o operador vencedor que tem no máximo 6 meses (até ao dia 1 de junho de 2026), de acordo com a lei, para colocar em funcionamento o novo sistema de transporte público de passageiros nas Terras de Trás-os-Montes.

No Orçamento para 2026, estão também previstas verbas destinadas a compensar os operadores pela realização do serviço público de transporte de passageiros, abrangendo os oito municípios

que delegaram na CIM-TTM a competência nesta matéria. Esta medida mantém-se necessária, uma vez que o novo serviço só deverá ter início em junho de 2026.

Ainda no âmbito dos transportes, e dando continuidade à execução do Programa Incentiva + TP, através do qual a CIM-TTM beneficiou de um apoio de 1.589.867,80 €, estima-se que em 2026 os montantes atribuídos se mantenham em valores equivalentes, atualizados à taxa de atualização tarifária que vier a ser definida pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), reforçando o compromisso com a melhoria da mobilidade pública e da coesão territorial.

Um dos desafios adicionais para o ano de 2026, é conseguir uma interligação eficiente entre os municípios e os estabelecimentos de ensino, assegurando uma estrutura organizada e sustentável no que respeita à gestão dos passes escolares. A Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro, que introduziu novas exigências administrativas, obrigou a CIM-TTM a reunir informação detalhada por aluno, de acordo com os enquadramentos definidos para jovens até aos 23 anos independentemente da sua condição de estudante ou não, tendo a denominação de passes SUB\_23.

Face a estas obrigações e à complexidade do sistema, 2026 apresentar-se-á como um ano determinante para o reforço da organização e eficiência da rede de transportes no território da CIM-TTM, consolidando uma estratégia orientada para a sustentabilidade, a inclusão social e a melhoria contínua dos serviços públicos.

### **3.7.2 Smart Region Trás-os-Montes**

Para que a CIM-TTM possa futuramente identificar-se como “Smart Region” deve orientar as premissas de desenvolvimento através da medição da gestão de desempenho da região, permitindo um planeamento estratégico mais eficaz e suportar a tomada de decisão para o desenvolvimento de políticas públicas e de definição de prioridades para a região, com a possibilidade de partilha das melhores práticas implementadas, integrada numa política de transparência com os cidadãos.

No seguimento dos trabalhos preconizados, encontra-se elaborado o Relatório do documento estratégico elencado, desenvolvido no âmbito da sua afirmação da região enquanto *Smart Region* e do desenvolvimento estratégico e eficaz das suas políticas e prioridades para o respetivo território, que detalha e aprofunda a matriz de 100 indicadores padronizados de desenvolvimento sustentável e qualidade de vida, de acordo com a Norma Portuguesa NP ISO37120.

Este exercício metodológico permite acompanhar e monitorizar o desenvolvimento e progresso dos municípios desta região, garantindo-se uma avaliação e análise dos seus desempenhos e a definição de medidas para melhorar a qualidade de vida urbana e potenciar o fortalecimento de uma cultura valorizadora desta região e dos princípios do seu ordenamento.

Nesse seguimento, pretende-se para o ano de 2026, no sentido de efetuar o acompanhamento dos mais de 100 indicadores associados a cada um dos Municípios, coletados de diversas fontes

de dados estatísticos, implementar uma plataforma informática de acompanhamento e monitorização da evolução desses resultados, permitindo assim moldar as políticas públicas dos decisores, de acordo com os défices em que determinadas áreas se reportam.

Ainda permitir que a recolha dos indicadores referenciados na NP ISSO 37120 sejam de forma clara e inequívoca analisados através de entidades externas certificadas, permitindo um acompanhamento isento através da certificação ao abrigo da norma.

Paralelamente, e de modo a aferir de forma mais eficiente alguns parâmetros constantes na referida norma, encontra-se desenvolvido e operacionalizado um sistema que permita a coleção, de forma local, dos indicadores da seção "Ambiente".

Para alimentar esta grande área de indicadores, a CIM conta com a Estação Móvel de Monitorização da Qualidade do Ar (descrita acima neste relatório) que integra analisadores de partículas finas e uma estação de meteorologia, que irá circular pelo território por forma a ferir os dados de forma mais concreta e eficiente.

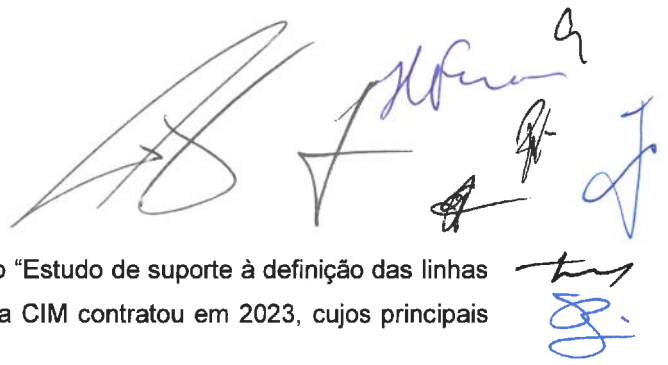
A operacionalização destas ações permitirá cumprir os objetivos preconizados no PDCT-TTM, designadamente a implementação de uma plataforma *Smart* por forma a medir o desempenho dos serviços urbanos e mensurar a sua qualidade de vida ao longo do tempo, acompanhando e monitorizando o progresso do desempenho da Eco Região e apoiando a tomada de decisão dos principais atores da Região, moldando a atual utilização e eficiência dos recursos de modo a planear melhor o amanhã.

Este projeto terá em 2026 uma sinergia com o projeto de instalação dos Territórios Inteligentes promovido pela AMA, sendo que a CIM-TTM irá centralizar numa única Plataforma de gestão urbana todos os indicadores deste e de outros projetos.

### **3.8 Educação e Formação**

#### **3.8.1 Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar (PIPSE)**

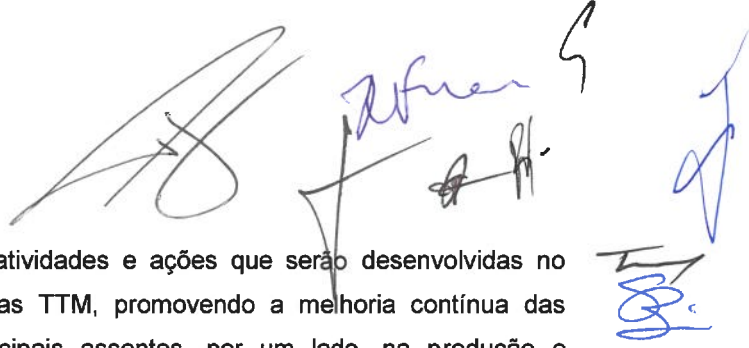
Na vertente da Educação foi implementado, no PO Norte 2020, o Plano Integrado Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) cujo objetivo foi a implementação de medidas que permitissem melhorar os indicadores relativos ao sucesso escolar. No quadro comunitário 21/27 estão contemplados apoios para a execução de projetos integrados no Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar (PIPSE) para promover a equidade e a inclusão pela educação e dar continuidade ao PIICIE, cujas verbas estão contempladas no CDCT. Nesse sentido, submeteu uma candidatura compreendendo várias ações de natureza intermunicipal, candidatura esta que foi elaborada juntamente com os municípios seus e os agrupamentos de escolas, à semelhança do que foi feito no quadro comunitário anterior com o PIICIE.



O PIPSE das Terras de Trás-os-Montes tem por base o “Estudo de suporte à definição das linhas de ação para a promoção do sucesso educativo” que a CIM contratou em 2023, cujos principais objetivos são os seguintes:

- Apoiar a trajetória de melhoria da retenção e do abandono precoce, reduzindo as assimetrias intrarregionais e reforçando a convergência com a realidade da região do Norte;
- Responder aos desafios da inclusão das crianças e jovens com situações de desfavorecimento mais acentuadas, garantindo a intervenção precoce e multidisciplinar;
- Promover o sucesso educativo como pilar dos resultados escolares e da formação integral das crianças e jovens, atuando na qualidade dos resultados e na equidade do acesso à educação.

O Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar das Terras de Trás-os-Montes – Operação Intermunicipal (PIPSE TTM) encontra-se estruturado em duas Atividades: I. Capacitação e Recursos de Apoio II. Planeamento, Monitorização e Avaliação do PIPSE TTM. Através da 1ª Atividade – Capacitação e Recursos de Apoio, pretende-se dar continuidade ao trabalho que vem sendo realizado pelas equipas multidisciplinares desde o anterior Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) e robustecer a sua atuação junto dos alunos e da comunidade. Trata-se de uma Atividade que visa um trabalho de intervenção precoce e quotidiana nas escolas, com vista à dinamização de um conjunto de ações de forma articulada, que se pretende que tenham um impacto positivo e de relevo em prol da promoção do sucesso escolar e educativo das crianças e jovens dos Agrupamentos de Escolas do território. Neste sentido, serão realizadas ações de capacitação quer dos técnicos envolvidos nas equipas multidisciplinares previstas nos PIPSE dos diferentes municípios das TTM, quer dos gestores dos projetos municipais. Simultaneamente, serão desenvolvidas ações que visam dar a conhecer e disseminar boas práticas no combate ao insucesso e ao abandono escolares. Com este fim, será realizado um ciclo de encontros e intercâmbios e visitas, que irá proporcionar aos decisores institucionais e aos políticos locais a partilha de experiências e a observação in loco do que está a ser feito noutros contextos escolares, nacionais e internacionais, em prol do sucesso escolar e das medidas e iniciativas que aí se desenvolvem para combater o abandono escolar e promover o sucesso escolar. Pretende-se ainda proporcionar, num ambiente informal e não formal, oportunidades de aprendizagem da língua portuguesa para alunos estrangeiros e suas famílias, complementando as atividades desenvolvidas pelas escolas e criando um espaço de convivência e de partilha. E, por último, pretende-se promover o aprofundamento do envolvimento dos Agrupamentos de Escolas das TTM no Plano Nacional das Artes (PNA), ao qual todos já aderiram, criando a possibilidade da presença em meio escolar de Artistas em Residência, que serão corresponsáveis pela conceção, pelo desenvolvimento e realização de um projeto em cada um destes territórios educativos, de acordo com os respetivos Projetos Culturais de Escola, já existentes, privilegiando o desenvolvimento de processos artísticos, culturais e criativos nas comunidades educativas, incluindo o envolvimento das famílias. Através da 2ª Atividade – Planeamento, Monitorização e Avaliação do PIPSE de Trás-os-Montes, pretende-se garantir a



eficiência, eficácia e impacto do conjunto de atividades e ações que serão desenvolvidas no conjunto do PIPSE que se irão desenrolar nas TTM, promovendo a melhoria contínua das estratégias educativas municipais e intermunicipais assentes, por um lado, na produção e disponibilização de conhecimento aos principais intervenientes do sistema educativo do território, e, por outro lado, promover a adoção de instrumentos de monitorização, evitando assim uma dispersão e multiplicação de atividades, procurando um enfoque preciso, claro e definido que facilitará o tratamento quantitativo e qualitativo de resultados conducentes à avaliação operacional e estratégica do PIPSE, de modo a permitir identificar oportunidades e desafios futuros decorrentes do trabalho realizado pelo Plano. Neste sentido, integram esta atividade um conjunto de ações e iniciativas que contemplam a recolha, tratamento e disseminação de relevante informação de suporte ao planeamento, monitorização e avaliação, incluindo, nomeadamente, a elaboração de uma Carta Educativa Intermunicipal para o território das TTM; a elaboração e dinamização de um Observatório Local do Sucesso Escolar nas TTM; a renovação da aplicação do instrumento PISA For Shools (OCDE) no território das TTM; a atualização e aprofundamento do estudo SANQ – Sistema de Antecipação de necessidades de Qualificação para a CIM TTM, também já realizado no âmbito do anterior PIICIE, o qual será agora devidamente articulado com um conjunto de ações de informação e promoção do acesso e valorização da educação e formação de dupla certificação, promovendo sinergias entre empregadores, escolas e alunos do ensino profissional; a implementação de um sistema de coordenação e de Monitorização e Avaliação dos PIPSE nas TTM, abrangendo este Plano Intermunicipal, coordenado pela CIM TTM, e os Planos coordenados pelos Municípios; e, por fim, a realização de um conjunto de ações de comunicação e divulgação do PIPSE TTM, que visam fomentar a partilha de conhecimento entre os agentes e instituições do setor educativo e a disseminação de boas práticas junto das comunidades e educativas do território TTM.

A candidatura está aprovada e será executada até ao fim do ano de 2028.

### **3.8.2 Projeto “Turmas de Responsabilidade Partilhada”**

O Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE-TTM) implementou no ano letivo de 2021/22 o projeto piloto “Turmas de Responsabilidade Partilhada”, um projeto inovador a nível nacional que redesenha o acesso ao ensino profissional na região, permitindo não só uma resposta mais adequada às necessidades dos alunos e das famílias, mas também uma mais diversificada oferta formativa.

Este projeto permite que os alunos possam escolher o curso da sua preferência sem abandonar o seio familiar e a sua escola de origem. Desta forma, os alunos deslocam-se três dias até à escola de destino, onde lhes é ministrada a componente de formação tecnológica, permanecendo os restantes dois dias nas suas escolas de origem onde são asseguradas as componentes sociocultural e científica.

A implementação desta nova dinâmica tem exigido um forte investimento no transporte dos alunos até às suas escolas de destino; um investimento que foi em parte, no primeiro ano do projeto, cofinanciado pela operação “Plano de Ação para a Valorização da Educação-Formação Jovem”, no PICIIE. Contudo, com o fim daquela operação, em agosto de 2022, a responsabilidade financeira da totalidade do financiamento do transporte passou a ser encargo para a CIM-TTM. O projeto tem sido desafiante na logística envolvida e tem recebido o reconhecimento do Ministério da Educação e da comunidade educativa da região, que o reconhecem como uma mais-valia essencial para a diminuição do abandono escolar e a melhoria do sucesso educativo, o que se traduziu numa crescente adesão de agrupamentos e escolas profissionais públicas e privadas, bem como de alunos, ao longo dos quatro anos de implementação do projeto (anos letivos de 21/22, 22/23, 23/24 e 24/25), incrementando, assim, os valores associados à prestação do serviço do transporte, visto que as linhas criadas, apesar de rentabilizadas, têm vindo a aumentar.

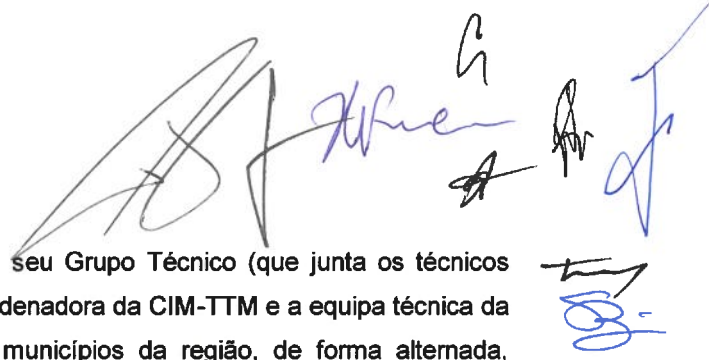
Assim, no ano letivo 2025/26, o projeto entrou no seu quinto ano de funcionamento. A novembro de 2025 participam no projeto 53 alunos. Para este ano letivo o custo total com o transporte é superior a 290 mil euros.

Atendendo às características únicas deste projeto inovador e resultado das diligências da CIM junto das várias instituições envolvidas com o funcionamento e financiamento da formação profissional dos jovens com idade inferior a 18 anos, nomeadamente com o Ministério da Educação, a CCDRN, a ADC e o Programa Pessoas2030, no sentido de obter financiamento público para o transporte dos alunos envolvidos neste projeto piloto, foi consignada, na 2ª alteração ao Regulamento Específico da Área Temática Demografia, Qualificação e Inclusão (REDQI), na Portaria n.º 268/2025/1 de 15 de julho a elegibilidade das despesas com o encargo dos formandos “Em montante equivalente ao custo das viagens realizadas quando esteja em causa encargos relacionados com o projeto piloto de Partilha de Turmas no âmbito do ensino profissional”. Como o processo de contratação do transporte é de muita complexidade e moroso, a comunicação das despesas às Escolas foi efetuado mesmo na data do início das aulas o que para a as escolas que já haviam submetido a candidatura não puderam incluir despesa.

### **3.8.3 Rede Intermunicipal das Bibliotecas das Terras de Trás-os-Montes (RIB-TTM)**

No dia 14 de dezembro de 2022, o Conselho Intermunicipal aprovou a criação da Rede Intermunicipal das Bibliotecas das Terras de Trás-os-Montes com a assinatura de um Acordo de Cooperação entre a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) e os nove municípios que integram a CIM-TTM.

O Acordo fixa as responsabilidades de cada uma das partes, colocando as bibliotecas públicas da região a trabalhar em rede “numa lógica de otimização de recursos, visando a oferta de serviços partilhados para a Comunidade Intermunicipal, contribuindo para a prestação de um serviço de biblioteca pública de qualidade, promotor da identidade regional, com vista a promoção e desenvolvimento das literacias, incluindo a digital, junto da população do seu território”.



A RIBTTM é coordenada pela CIM-TTM através do seu Grupo Técnico (que junta os técnicos superiores das Bibliotecas Públicas da região, a Coordenadora da CIM-TTM e a equipa técnica da DGLAB) e que reúne mensalmente, nos diversos municípios da região, de forma alternada, seguindo a ordem alfabética.

O Grupo Técnico desenvolveu já vários documentos técnicos e normativos, produziu documentos de gestão diversificados (Plano Anual de Atividades, Relatórios semestrais relativos ao trabalho desenvolvido pelo Grupo Técnico, Bolsa de Atividades Partilhadas, Plano de Formação), garantiu a sua presença no digital, através de um separador na página web da CIM-TTM, criou uma linha de material de divulgação da Rede e promoveu eventos públicos de forma a divulgar a Rede.

De modo a que as Bibliotecas Públicas da Rede beneficiassem de um apoio financeiro, aos 7 dias do mês de setembro de 2023, foi celebrado o contrato de financiamento, no âmbito do PRR, entre o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (BI) e a CIM-TTM, no valor de 185.530,46€, enquadrado na OT N° 127C04-i01/2022, destinado à aquisição de software de gestão, equipamento informático (computadores) e agregador de catálogos. O referido contrato foi alvo de uma primeira adenda aos 14 dias do mês de dezembro de 2023 com alteração do valor do investimento para 205.530,46€ e com prorrogação do prazo de execução do mesmo para 30 de junho de 2024. Contudo, não foi possível iniciar a contratação pública dentro dos prazos definidos no contrato, pelo que foi articulado a 5 de junho de 2024 uma 2.ª adenda contratual por forma a promover a prorrogação dos prazos de execução até ao término do ano de 2024.

A CIM-TTM iniciou os procedimentos de contratação pública associados à despesa prevista no cronograma físico e financeiro, tendo, até ao momento adjudicado a "Aquisição de equipamento informático para a rede de bibliotecas dos municípios da CIM-TTM no âmbito da medida PRR - C04-i01-m01 – Modernização da infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais", com respetiva e correta implementação física nas Bibliotecas alvo;

Por outro lado, os técnicos responsáveis pela execução do contrato de financiamento continuaram com dificuldades técnicas devido à complexidade do processo que exige vários contactos junto dos municípios e das bibliotecas e a correção das informações anteriormente facultadas para a elaboração das peças dos procedimentos associados à aquisição e à atualização dos softwares de gestão e, consequentemente, do agregador de catálogos e para a realização das consultas preliminares.

Ainda assim, apesar de todas as dificuldades, foi possível até ao mês de agosto de 2025 implementar a componente e adquirir os equipamentos informático para as bibliotecas, instalar os softwares (ainda que com pequenos pormenores de migração de alguns dados de softwares mais antigos), e instalar o agregador de catálogos em Servidor e exposto ao exterior em <https://bibliotecas.cim-ttm.pt/>, ainda que, a interligação aos softwares ainda não se encontre totalmente concluída, apesar da componente aplicacional estar concluída por parte do

adjudicatário, devido a questões de conectividade entre os diversos servidores e da necessidade de exposição ao exterior dos links associados aos serviços dos protocolos OAI-PMH.

O Grupo Técnico promoveu 24 sessões de narração oral de contos, com a presença da contadora de histórias Cristina Taquelim, alimentando o imaginário infantil e sénior, aproximando-os em torno da tradição oral portuguesa e criando laços afetivos entre quem conta e quem ouve.

Em setembro, foi promovido o I Encontro da Rede Intermunicipal das Bibliotecas das Terras de Trás-os-Montes, o primeiro grande evento realizado pela RIBTTM, que teve lugar no Auditório Paulo Quintela, em Bragança e contou com a participação de aproximadamente 70 pessoas. Sob o tema "Novos desafios do trabalho em rede – contributos das Bibliotecas Públicas", este encontro reuniu profissionais das áreas das bibliotecas, da gestão cultural e da educação, numa iniciativa que visava a promoção do acesso à informação e da partilha de experiências.

Foi ainda implementada pela RIBTTM a BiblioLED, uma biblioteca pública para leitura e empréstimo digital que presta um serviço de empréstimo gratuito de livros digitais e audiolivros.

Está em fase de preparação uma candidatura ao Aviso NORTE2030-2025-13 – "Rede de Bibliotecas e Arquivos do Futuro" com o objetivo de obter financiamento para a digitalização e disponibilização de acervos de grande importância existentes nas bibliotecas e arquivos dos municípios.

### **3.9 Capacitação e Modernização da Administração Local e Intermunicipal**

No decorrer dos últimos anos tem-se intensificado a discussão sobre o papel da administração pública e a sua proximidade ao cidadão. Estamos numa época em que se promove a desburocratização dos serviços prestados pelas administrações à sociedade com a descentralização do atendimento, através de meios informáticos, daí que se tornou comum ouvir falar em "modernização administrativa na administração pública". A expectativa é que a implementação destes mecanismos permitirá melhorar a eficiência das instituições públicas e aproximá-las dos cidadãos e das empresas.

Consciente deste desafio e de forma completamente alinhada com os objetivos dos fundos comunitários para esta temática, a CIM-TTM compromete-se a continuar a desenvolver, efetuar manutenções e operacionalizações dos investimentos realizados nos últimos anos, por forma a continuar a aumentar o acesso aos serviços públicos digitais, promover e melhorar a eficiência interna das administrações/organismos públicos.

Neste sentido, as verbas contratualizadas no anterior Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Norte2020 para esta temática assentaram no desenvolvimento de diversos projetos, nomeadamente as seguintes ações que continuaremos a monitorizar, melhorar e desenvolver:

- Cloud TTM (Cloud privada das Terras de Trás-os-Montes): Apoio diário na criação de máquinas virtuais e gestão de configurações e apoio na interconexão da rede Cloud TTM com as redes internas dos municípios;
- Disponibilização de rede wi-fi nos municípios: Apoio na renovação do licenciamento associado e expansão da rede wi-fi, através do apoio técnico direto aos municípios na aquisição de equipamentos e integração com a controladora wi-fi existente na CIM-TTM;
- Solução MPLS para o backbone da RCBL: Necessidade de reforço e substituição, tanto de licenciamento, como de componentes datados, com respetiva manutenção;
- Solução VDI para os Municípios: Continua-se a prever o apoio diário na reconfiguração de VDIs existentes para ir ao encontro das necessidades revistas dos municípios;
- Segurança: Aquisição de Firewall: Necessidade de renovação de licenciamento e respetiva manutenção e integração com novos serviços a disponibilizar em 2026;
- Implementação do Regulamento (EU) 2016/679: Apoio na revisão da implementação do RGPD na área informática, principalmente no reforço da formação contínua dos colaboradores municipais com apoio do Centro Nacional de Cibersegurança, bem como adaptação das políticas de segurança aos novos paradigmas NIS2 a entrar em 2026;
- Modernização no Planeamento e Gestão do Território: Existe a contínua necessidade de integração com outros projetos na área SIG, nomeadamente com a Cadastra e Capacita e balcões BUPI, recentemente refinanciados pelo Programa de Recuperação e Resiliência;
- Faturação Eletrónica: Tendo sido revista a sua operacionalização em 2022 e 2023, existe a necessidade de adaptação constante aos novos e diversos canais de faturação eletrónica para respetiva integração com as aplicações internas de contabilidade dos municípios, bem como gestão dos novos certificados de segurança associados à conexão entre os diversos sistemas municipais. Prevê-se ainda a disponibilização, fruto de obrigatoriedade legal, da emissão de faturas em formato eletrónico, seja através de integração com brokers EDI de terceiros, ou a certificação digital das faturas a emitir em nome dos municípios.
- Aplicações SIGMA: Prevê-se a continuidade de apoio às aplicações SIGMA Medidata durante o ano de 2026, havendo necessidade de executar manutenções programadas, apoios nas transições de ano e prestação de contas, bem como continuidade de updates às aplicações. Aplica-se à entidade CIM-TTM, AMTQT e AMTFNT;
- Aplicação de comunicação para com o cidadão: Existe a necessidade em 2026 da renovação de licenciamento da utilização das aplicações móveis, bem como renovar a imagem e funcionalidades das aplicações, tornando-as mais próximas dos serviços prestados aos cidadãos. Ainda, reforçar as atualizações referentes às formas de comunicação para com os Municípios presentes dos sites institucionais dos municípios, por forma a permitir uma resposta mais célebre e eficaz no atendimento municipal.

No ano de 2026 continuam também com necessidade de apoio, manutenção e intervenções diárias a “Solução VDI para os Municípios”, “Segurança: Aquisição de manutenções de Firewall”, “Modernização no Planeamento e Gestão do Território” e renovação de “Solução de Colaboração de Comunicação” e ainda contínuo apoio aos Balcões Móveis que circulam pelos 9 concelhos da CIM-TTM.

O ano de 2026 será ainda de estabilização do projeto de criação de Espaços CoWork nos municípios de Alfandega da Fé, Mogadouro e Vinhais, onde estes locais encontram-se totalmente equipados com mobiliário e equipamento informático de apoio, que foram alvo de reprogramação física e financeira para melhor equipamento e intervenções em infraestruturas de edifícios.

Pretende-se continuar a fomentar a diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial, objetivando especificamente promover a eficiência das administrações e organismos público, assim como o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional, melhorando a eficiência interna da administração pública através de TIC's.

Aliado ainda ao protocolo estabelecido entre a CIM-TTM e o Centro Nacional de Cibersegurança, continuaremos a promover curso avançados de Cibersegurança através do programa C-ACADEMY.

### **3.9.1 Formação para a Modernização e Capacitação da Administração Local nas Terras de Trás-os-Montes**

O investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, tendo em vista a realização de reformas, uma melhor regulamentação e uma boa governação, associado ao objetivo específico de qualificar a prestação do serviço público, através da capacitação dos serviços e da formação dos trabalhadores, são tidos como fundamentais na promoção da redução dos custos de contexto e criação um ambiente favorável ao desenvolvimento regional e local.

Consciente desse propósito, a CIM das Terras de Trás-os-Montes desenvolveu, em conjunto com os municípios, um Plano de Formação Intermunicipal plurianual, através do levantamento prévio das necessidades de qualificação e formação dos colaboradores dos nove municípios integrantes, da própria CIM-TTM e das Associações de Municípios respetivas, assegurando um alinhamento rigoroso com as exigências da modernização administrativa e com as competências descentralizadas.

O Objetivo do Plano de Formação cuja implementação inicia em 2025 e se estenderá até 2029, é promover a aquisição de novas competências e melhoria das competências já existentes, no âmbito da formação e na área da consultoria, e capacitar os trabalhadores em funções públicas dos municípios da CIM-TTM, daqueles afetos à própria CIM- TTM e das associações de municípios (AMTQT e AMTFNT), em áreas como a educação e ação social, Informática e

Competências Digitais, Cultura e Turismo, Gestão e Organização dos Serviços, Direito e Contabilidade, Engenharia e Arquitetura.

A oferta formativa estrutura-se em diferentes modalidades, garantindo uma abordagem diversificada e ajustada às necessidades dos trabalhadores da administração local: 19 cursos em modalidade de Formação "à medida", 8 cursos na modalidade de Formação-ação, 3 Pós-graduações e 8 Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD's), resultando num total de 38 cursos que correspondem a 98 ações de formação.

O projeto formativo está alinhado com os objetivos estratégicos do Aviso de Concurso respetivo, visando capacitar os trabalhadores da administração local para responder aos desafios atuais e futuros da governação municipal:

#### Objetivo Geral

Reforçar as competências técnicas e organizacionais dos trabalhadores da administração local, promovendo a eficiência, a eficácia e a inovação na prestação do serviço público, em alinhamento com as transições digital e climática, a modernização administrativa e a descentralização de competências.

#### Objetivos Específicos

##### 1. Capacitação para a transição digital

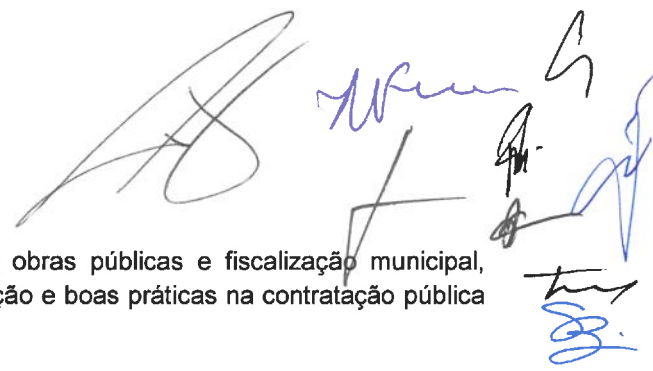
- Desenvolver competências em gestão documental e arquivo, garantindo uma transição eficaz para sistemas digitais nas bibliotecas municipais, escolares e arquivos municipais.
- Formar técnicos municipais para a implementação e gestão de serviços digitais, promovendo a acessibilidade e a cibersegurança na administração local.
- Reforçar a utilização de ferramentas digitais na gestão de projetos municipais e na simplificação dos processos administrativos.

##### 2. Capacitação para a modernização administrativa e inovação

- Qualificar os trabalhadores para a gestão eficiente de projetos de modernização administrativa, nomeadamente na reorganização de serviços, simplificação regulamentar e implementação de serviços partilhados.
- Formar técnicos para a gestão e monitorização de fundos comunitários, assegurando o correto planeamento, execução e avaliação de candidaturas.
- Dotar os trabalhadores de conhecimentos em Sistemas de Gestão Anticorrupção (ISO 37001), promovendo uma cultura de transparência e ética na administração pública.

##### 3. Capacitação para a descentralização e desconcentração de competências

- Preparar os municípios para assumirem competências descentralizadas, garantindo a eficiência na gestão dos serviços locais de educação, ação social, cultura, turismo e proteção civil.

- 
- Reforçar competências em gestão de obras públicas e fiscalização municipal, assegurando o cumprimento da legislação e boas práticas na contratação pública e empreitadas.
  - Qualificar os trabalhadores para a aplicação do Código do Procedimento Administrativo (CPA) no contexto autárquico, melhorando a relação entre a administração local e os cidadãos.

#### 4. Capacitação para a gestão, monitorização e avaliação de políticas públicas

- Desenvolver competências em avaliação de políticas públicas e definição de indicadores de desempenho, garantindo a monitorização eficaz das medidas implementadas.
- Capacitar os técnicos municipais para a gestão estratégica de projetos municipais, promovendo a boa governação e a sustentabilidade financeira das autarquias.
- Formar os trabalhadores na área do direito do emprego público, assegurando a correta aplicação da legislação na administração municipal

Como indicadores de resultados esperados, estão definidos: indicadores de realização – o número de trabalhadores elegíveis que participam nas ações de formação, e indicadores de resultados – os trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação, sendo as metas definidas em sede de candidatura.

O Plano de Formação designado “Competências e qualificações na administração local das Terras de Trás-os-Montes” é cofinanciado pela União Europeia, através do Programa Regional do Norte 2021-2027 (NORTE2030), com um investimento total de 858 909,41EUR e um Apoio Financeiro de 730.073,00EUR, tendo iniciado a execução em 2025 e um prazo de execução de 48 meses, até 2029.

#### **3.9.2 Digitalização da Administração Local**

No âmbito da Transição Digital prevê-se a elaboração de um plano que torne a região mais capacitada e melhor preparada para a modernização administrativa, para melhor servir os cidadãos e, tendo como grande preocupação, garantir a cibersegurança.

Assim, na prossecução dos objetivos traçados na linha Estratégica 2030 da Sub-região Terras de Trás-os-Montes, no âmbito da área da “Digitalização, inovação e qualificações como motores de desenvolvimento” constante da Estratégia de Desenvolvimento do Norte para o Período de Programação 2021-27 das Políticas da União Europeia torna-se necessário elencar os vetores estratégicos de atuação na área das tecnologia de informação e comunicação a serem presentes no próximo quadro de investimentos na área de Digitalização da Administração Local, que se encontram identificados e orçados para a CIM-TTM em cerca de 3.700.000,00 € (valor FEDER).

No anterior quadro comunitário foram alicerçados os investimentos na região que permitiram aumentar a proximidade entre os cidadãos e a região, bem como reorganizar o modo como as

autarquias locais pudessem gerir internamente os serviços e aplicações alojados nos Centro de Dados da CIM-TTM.

Assim, para implementação de uma estratégia a longo prazo ao nível do desenvolvimento integrado de todos os municípios como um só, importa rever e alavancar os investimentos efetuados, por forma a capacitar a administração pública local de forma mais resiliente, cibersegura e sustentável. Esta necessidade foi também identificada no Estudo Estratégico elaborado pelo IPB a pedido da CIM.

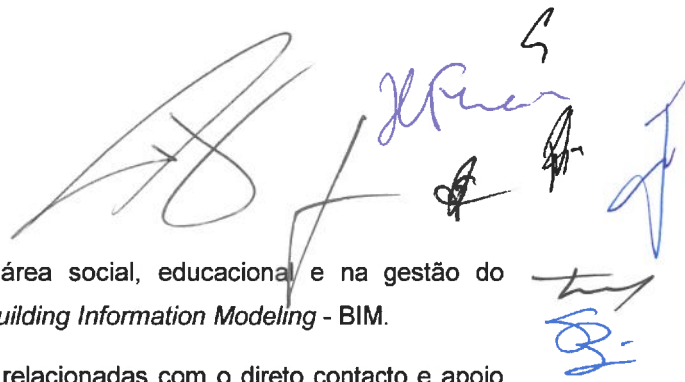
Podemos considerar como garante da universalidade de acesso à internet, a necessidade de existirem infraestruturas capazes que permitam o acesso ao ciberespaço de forma segura e permanente. Assim, pretende-se implementar um conjunto de soluções que garantam a redundância na ligação à internet em todos os municípios integrantes da CIM-TTM com recurso a soluções tecnológicas baseadas em tecnologia SDWan com recurso a conetividades de nova geração redundantes, nomeadamente através de ligações 5G, suprimindo uma necessidade efetiva de conexões físicas mais dispendiosas e tecnicamente mais difíceis de implementar.

Com esta premissa de disponibilidade integral no que concerne à conetividade às redes e à internet, bem como na necessidade de transformar a infraestrutura de rede tolerante a falhas, torna-se necessário adequar as atuais infraestruturas municipais e de centro de dados da CIM-TTM por forma a garantir a cibersegurança necessária com novas soluções de segurança perimétrica de dados, sistemas de gestão de rede atualizados, soluções de processamento de dados em Cloud privada e de virtualização de servidores e de postos de trabalho, bem como garantir a redundância de dados com sistemas de backups integrais dos dados de todos os municípios. Assim, conseguirão os municípios da CIM-TTM atingir um grau de maturidade na área da cibersegurança com estratégias de mitigação de riscos, promovendo políticas públicas para a segurança da informação, defesa e resiliência no ciberespaço.

Por forma analisar e gerir a infraestrutura de rede supramunicipal, importa ainda implementar sistemas de gestão e controlo do ciclo de vida das redes com e sem fios, garantindo uma operação análise de tráfego de rede e de controlo integral sobre a rede de *backbone* da infraestrutura de comunicações.

Com o necessário aumento da carga de processamento e de infraestrutura de rede presente no principal *DataCenter* da CIM-TTM, localizado em Mirandela, existirá a necessidade da sua adequação de funcionamento com a implementação de novos sistemas de climatização, mais seguros e ecologicamente mais eficientes, bem como o reforço das unidades de redundância de energia, sejam elas ativas ou passivas.

No que concerne aos sistemas aplicativos municipais e com as recentes alterações legislativas relacionadas com as delegações de competências municipais, importa assegurar um conjunto de novos serviços digitais que permitam assegurar a gestão das competências assimiladas pelos municípios, permitindo a utilização desses serviços por forma a facilitar e otimizar as operações



quotidianas das organizações, nomeadamente na área social, educacional e na gestão do território e dos sistemas de informação geográfica e *Building Information Modeling* - BIM.

Importa ainda implementar um conjunto de soluções relacionadas com o direto contacto e apoio ao cidadão municipal. Tendo em conta que os WebSites municipais são o principal veículo de transmissão de informação, considera-se de extrema importância aplicar os novos conceitos de *machine learning* e inteligência artificial para que o munícipe possa interagir com os temas municipais que melhor se adaptam a cada uma das suas necessidades. Ainda integrar com estes sistemas a informação resultante dos indicadores de gestão associados a plataformas *Smart*, melhorando a compreensão dos munícipes através de conteúdos multimédia.

Resumo de investimentos a realizar:

- Reorganização da infraestrutura de comunicações eletrónicas dos municípios;
- Implementação de medidas na área da cibersegurança física e digital, com consequente monitorização dos ativos de rede e de software municipal;
- Adequação dos sistemas de centro de dados da CIM-TTM;
- Novos serviços digitais ao cidadão nas áreas social, educacional e na gestão do território e dos sistemas de informação geográfica e *Building Information Modeling* – BIM;
- Aplicabilidade de conceitos de *Machine Learning* e Inteligência Artificial associados a indicadores *Smart* da região das Terras de Trás-os-Montes.

### 3.9.3 Estratégia Nacional dos Territórios Inteligentes

A CIM-TTM, como entidade intermunicipal elegível, propõe-se implementar uma Plataforma de Gestão Urbana (PGU) integrada, alinhada com a Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes (ENTI) e o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Esta candidatura contempla a aquisição e desenvolvimento de uma PGU que beneficiará os municípios da região, promovendo uma gestão mais eficiente e sustentável do território. O projeto prevê a implementação de 15 verticais essenciais para uma gestão municipal inteligente, incluindo Gestão de Ocorrências Municipais, Gestão Urbanística, Gestão de Arvoredo, Geo Vespa Velutina, Gestão de Indicadores norma ISO 37120, Gestão de Frotas Municipais, Gestão de Eventos Municipais, Gestão de Infraestruturas e Espaços Públicos, Sensorização da Cidade, Eventos Culturais, entre outros. Esta iniciativa alinha-se com os principais objetivos do Aviso, nomeadamente:

1. Promoção da coesão territorial, assegurando que os municípios das Terras de Trás-os-Montes tenham acesso a dados relevantes para a gestão do seu território;
2. Assegurar uma vasta cobertura do território com PGU, beneficiando múltiplos municípios da região;

3. Gerar um maior volume de dados e inteligência sobre o território, através da integração de múltiplos verticais.

A implementação desta PGU e dos verticais associados contribuirá para a modernização da administração local na região, promovendo a tomada de decisão baseada em dados e a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos. O projeto prevê a integração de diferentes fontes de dados, o desenvolvimento de *dashboards* e ferramentas de análise, bem como a formação e capacitação dos utilizadores. Esta candidatura representa um passo significativo na transformação digital da administração pública local nas Terras de Trás-os-Montes, promovendo uma gestão baseada em dados que responda às necessidades dos cidadãos e contribua para um desenvolvimento urbano mais sustentável e resiliente nesta região do interior de Portugal.

#### 3.9.4 Marketing Territorial

Pretende-se que ao longo do quadro comunitário 21/27 seja elaborada uma campanha de marketing territorial Terras de Trás-os-Montes, continuando a apostar no aumento da notoriedade do território das TTM através da valorização dos produtos endógenos diferenciadores da Marca “Terras de Trás-os-Montes”. Para além disso, a CIM-TTM continuará a marcar presença em diversas feiras, eventos e certames, aguardando o enquadramento financeiro proveniente do programa PROVERE.

Em 2023, foi elaborado um estudo designado de “Plano de Marketing Territorial das Terras de Trás-os-Montes” cujo objetivo geral foi “identificar e caracterizar os produtos, ações e projetos a promover dentro e fora do espaço geográfico da CIM-TTM que permitam aumentar as mais-valias económicas, sociais, culturais e ambientais do território da respetiva comunidade intermunicipal”. Quanto aos objetivos específicos ressalta-se o seguinte:

- Valorizar os fatores de identidade, autenticidade e hospitalidade de modo a atrair mais visitantes e turistas;
- Aumentar a perceção de qualidade de vida dos residentes e reforçar a capacidade de atração de novos moradores;
- Fortalecer as condições para o exercício da atividade económica de modo a atrair investimento, designadamente de natureza turística, e reforçar a competitividade dos agentes económicos já instalados.

Neste sentido, pretende-se ao longo do próximo ano utilizar os conhecimentos apurados com o referido estudo de modo a tornar o território das Terra de Trás-os-Montes mais competitivo, melhor para viver, mais atrativo para visitar e gerador de mais riqueza.

Para o desenvolvimento de ações concretas muito contribuirá o conhecimento adquirido no curso de pós-graduação em Marketing Territorial proporcionado pela CIM, no final do ano de 2025, aos técnicos da CIM e dos Municípios.

### 3.10 Cooperação Transfronteiriça e Transnacional

A cooperação transfronteiriça é um dos pilares estratégicos da atuação da CIM-TTM, que reconhece a sua localização geográfica como uma oportunidade para fortalecer relações institucionais, promover o desenvolvimento económico e social e responder de forma conjunta a desafios territoriais comuns. Nesse sentido, a CIM-TTM pretende, nos próximos anos, intensificar as relações com as entidades congéneres espanholas, aprofundando laços históricos, culturais e económicos que unem as regiões fronteiriças. Para 2026, está prevista a institucionalização da Comunidade de Trabalho Zamora – Terras de Trás-os-Montes, uma estrutura de cooperação que envolve a Diputación de Zamora e a CIM-TTM, com o apoio da Fundação Rei Afonso Henriques.

A Comunidade tem como principal missão identificar problemas e oportunidades comuns, promover o desenvolvimento conjunto e reforçar a capacidade de reivindicação política junto dos decisores de ambos os países. Através desta Comunidade de Trabalho, procura-se consolidar uma abordagem transfronteiriça que seja contínua, estruturada e capaz de gerar impacto real no território.

Para além da cooperação bilateral com Zamora, a CIM-TTM mantém uma visão aberta e estratégica no que diz respeito à cooperação transnacional, procurando integrar redes e projetos europeus que potenciem a transferência de conhecimento, a experimentação de soluções inovadoras e o acesso a financiamentos estruturantes.

Assim, a cooperação transfronteiriça e transnacional não é apenas um instrumento institucional, mas uma estratégia de desenvolvimento territorial que permite aproveitar complementaridades, criar escala, promover inovação e valorizar os recursos existentes.

#### 3.10.1 Projetos Aprovados

No âmbito do apoio financeiro disponibilizado pela União Europeia, nomeadamente através do Programa Interreg 21/27 a CIM-TTM é beneficiária de vários projetos a executar até ao fim do Quadro Comunitário. Atualmente a CIM é parceira nos seguintes projetos:

##### 3.10.1.1 AgroHub

O projeto AgroHub pretende desenvolver um programa de ações para impulsionar o ecossistema empresarial ligado à produção agrícola local e aprofundar a ótima utilização dos recursos endógenos do território transfronteiriço.

O projeto AgroHUB centra-se na criação da "comunidade AgroHUB", um ambiente colaborativo aberto à participação de todos os intervenientes na extensa cadeia de valor da produção agrícola local: produtores, empresas de transformação, marcas de garantia agrícola, cooperativas, comunidades locais, administrações públicas, entre outros. Estão previstos três programas de ação para responder às necessidades do sector, a fim de melhorar o seu posicionamento:

- Capacitar atores e agentes no domínio do património agrícola;
- Promover o empreendedorismo e a inovação nas empresas;
- Gerar uma colaboração duradoura através da cooperação (atividades de intercâmbio, eventos de colaboração com outros sectores) com uma vocação de continuidade.

O projeto AgroHub tem como objetivo impulsionar o ecossistema empresarial ligado à produção agrícola local, a fim de aproveitar ao máximo os recursos endógenos do território transfronteiriço.

O sector agroalimentar é um dos sectores chave na estrutura produtiva tanto da Região Norte de Portugal como de Castela e Leão em Espanha. As zonas fronteiriças, essencialmente rurais e periféricas, têm-se dedicado tradicionalmente à produção agrícola. Estas produções estão de tal forma enraizadas culturalmente que se tornaram um símbolo da identidade dos territórios que as produzem ("vinho do Porto" ou "vinhos de Ribera del Duero").

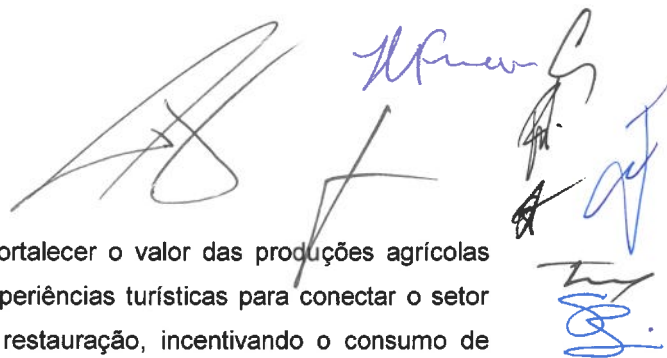
Face a este extraordinário potencial dos produtos, a estrutura empresarial e produtiva deste sector tem uma ampla margem para melhorar a sua competitividade, especializando-se para enfrentar os desafios de um mercado global. A redução deste fosso entre o produto e o sector empresarial que o sustenta é a base do projeto.

Os parceiros envolvidos no projeto são a Associação Ibérica de Municípios do Rio Douro (AIMRD), a Direção-Geral do Património Cultural da Junta de Castilla y León, a Universidade de Valladolid, a Câmara Oficial de Comércio, Indústria e Serviços de Zamora, o Instituto Politécnico de Viseu, a Comunidade Intermunicipal do Douro e a Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes.

O valor total do projeto é de 1.104.643,90€, estando atribuído à CIM-TTM o valor de 45.823,05€ de custo total elegível sendo o valor FEDER aprovado de 34.367,29€. A taxa de financiamento é de 75%.

Em 2026, prevê-se a realização de várias atividades no âmbito do referido projeto nomeadamente a realização de um intercâmbio denominado AgroTrip, destinado a aproximar produtores agrícolas através da partilha de conhecimentos, da observação de diferentes práticas produtivas e da identificação de oportunidades de cooperação. A exposição a distintas realidades agrícolas estimulará a criação de novas ideias e abordagens, incentivando o trabalho colaborativo e a construção de redes que possam evoluir para projetos conjuntos ou parcerias comerciais.

Outra das atividades a desenvolver em 2026, intitula-se "protótipos de marketing", prevê-se a criação de protótipos de marketing para valorizar produtos agrícolas locais, explorando a sua ligação com o território, sustentabilidade e tradição cultural. A ação visa desenvolver soluções personalizadas para produtores consolidados, combinando vendas virtuais e pontos de contacto diretos, com carácter experimental para avaliar o impacto na competitividade da empresa. Além disso, fortalece a capacitação empresarial dos produtores, envolvendo-os na gestão estratégica de marketing. Prevê-se ainda a realização de uma atividade denominada de "Tecendo redes" cujo



objetivo é criar alianças e redes colaborativas para fortalecer o valor das produções agrícolas locais. A estratégia envolve eventos, acordos e ou experiências turísticas para conectar o setor agrícola com os setores da distribuição, hotelaria e restauração, incentivando o consumo de produtos locais e o recurso a canais curtos de distribuição.

Por fim, será dada continuidade ao programa de “mentoring” iniciado em 2024 e que prevê a possibilidade dos produtores/empresas locais terem um mentor que lhes faculte orientação e apoio em diversas áreas por forma a favorecer o desenvolvimento de todas as potencialidades do seu negócio.

O investimento previsto para a realização destas atividades em 2026 é de 18.784,65€.

### 3.10.1.2 OET\_DURIUS

O projeto OET\_DURIUS é uma iniciativa transfronteiriça que visa recuperar as infraestruturas verdes do território Duero–Douro, promovendo a melhoria dos serviços eco sistémicos, da biodiversidade, da conectividade ecológica e da valorização deste território comum.

A intervenção concentra-se no corredor Duero–Douro — que inclui Valladolid, Zamora, Salamanca, Trás-os-Montes e o Alto Douro Vinhateiro — considerado uma área prioritária para a biodiversidade na Península Ibérica. Este corredor necessita de ações de restauro ecológico para eliminar vários estrangulamentos e pontos críticos que comprometem a sua função como ligação entre os sítios da Rede Natura. Tradicionalmente periférico, trata-se de um território onde a relação histórica entre comunidades humanas e natureza moldou paisagens culturais ricas em biodiversidade e elementos que funcionam como conectores ecológicos. Contudo, a perda populacional, o abandono de práticas tradicionais e a intensificação agrícola e pecuária colocaram em risco a viabilidade dessas paisagens.

Neste contexto, o projeto OET\_DURIUS procura afirmar-se como uma iniciativa inovadora, capaz de transferir soluções para outras regiões europeias, promovendo modelos de governação que orientem a definição e execução de estratégias de conectividade ecológica e de infraestrutura verde em áreas transfronteiriças — especialmente naquelas mais afetadas pelos desafios demográficos.

Para isso, o projeto estabelece um quadro específico para este contexto e define uma escala de planeamento e implementação assente em três ações principais:

- Ação 1 – Quantificação das bases físicas necessárias à infraestrutura verde;
- Ação 2 – Desenvolvimento de ferramentas de apoio à decisão e de estruturas de boa governação, com base na valorização dos serviços ecossistémicos, biodiversidade e conectividade ecológica, culminando numa estratégia partilhada e em vários planos de ação;

- Ação 3 – Implementação de ações-piloto que traduzem esses planos em soluções baseadas na natureza, reforçando a coerência ecológica e a prestação de serviços ecossistémicos ao longo de todo o corredor.

Assim, o OET\_DURIUS pretende estabelecer uma infraestrutura verde capaz de apoiar a adaptação às alterações climáticas e de melhorar a biodiversidade, a conectividade e os serviços ecossistémicos na área da Rede Natura abrangida pelo projeto.

São sócios do projeto a Fundación Santa Maria La Real del Patrimonio , a Asociación Ibérica de Municipios Ribereños del Duero , o Clúster de Hábitat Eficiente , a Universidad de Salamanca – Vicerrectorado de Investigación y Transferencia, a Palombar – Associação de Conservação da Natureza e do Património Rural, a Comunidade Intermunicipal do Douro, a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e o Ayuntamiento de Zamora.

O valor total do projeto é de 1.573.013,59€, estando atribuído à CIM-TTM o valor de 106.703,19€ de custo total elegível, sendo o valor FEDER aprovado de 80.027,39€. A taxa de financiamento é de 75%.

Em 2026, está prevista a conceção e implementação de elementos-piloto de infraestrutura verde em ambos os lados da fronteira. No total, serão desenvolvidas quatro ações-piloto: duas em Portugal (CIM Douro e CIM Terras de Trás-os-Montes) e duas em Espanha (Castilla y León).

Estas ações irão identificar as medidas de conservação e restauro mais adequadas para cada área de intervenção, traduzindo-se em soluções baseadas na natureza destinadas a reforçar a coerência ecológica e a assegurar a prestação de serviços ecossistémicos ao longo de todo o corredor Duero–Douro.

As intervenções incidirão tanto em contextos rurais como urbanos, incluindo a criação de infraestrutura verde orientada para a adaptação às alterações climáticas; a melhoria da conectividade ecológica em pontos de estrangulamento e o reforço da biodiversidade, da conectividade e dos serviços ecossistémicos nas áreas da Rede Natura. Deste modo, as ações-piloto funcionarão como demonstradoras de soluções que contribuem para a resiliência ecológica e climática do território transfronteiriço. Por fim, e por forma a divulgar o trabalho e os resultados obtidos será realizada a promoção/ divulgação dos pilotos.

O investimento previsto para a realização destas atividades no ano de 2026 é de 49.906.26€

### 3.10.1.3 In Genios

O espaço de cooperação Duero-Douro possui um importante património industrial e pré-industrial. Um legado que, apesar do seu valor cultural e da marca que estas atividades deixaram na identidade das comunidades locais do território, constitui uma dimensão da paisagem cultural do Duero-Douro que continua a ser pouco conhecida e que carece de um reconhecimento adequado do seu potencial como recurso turístico para o desenvolvimento territorial.

Moinhos, lagares associados à cultura de cereais, adegas e lagares de azeite ligados à produção de vinho e azeite, barcos de transporte e de pesca, obras públicas (pontes, canais, infra-estruturas ferroviárias, entre outros) e até construções religiosas dedicadas aos santos protetores das diferentes atividades produtivas (industriais e pré-industriais) e, mais recentemente, as infra-estruturas de barragens para a regulação e aproveitamento hidroelétrico, a riqueza do património industrial, que deve ser valorizada em prol de um desenvolvimento harmonioso e sustentável do território Duero-Douro.

IN\_GENIOS\_DUERO\_DOURO é um projeto de cooperação transfronteiriça que lançará as bases para o desenvolvimento do turismo industrial no território Duero-Douro, facilitará o desenvolvimento do seu ecossistema turístico associado (agentes públicos e privados) e gerará experiências piloto em torno do turismo industrial. O objetivo final é a valorização do património e da cultura industrial através das atividades turísticas, permitindo o desenvolvimento de uma oferta turística diferenciada. O plano de trabalho inclui a identificação e o mapeamento dos elementos do património industrial e pré-industrial, tangível e intangível, desta zona, a análise e a seleção das fórmulas mais adequadas para a sua valorização e a sua implementação através de ações-piloto, a fim de permitir o desenvolvimento de uma oferta turística diferenciada.

Os resultados obtidos neste processo devem ser capazes de atrair e mobilizar uma massa crítica local suficiente, especialmente no setor privado, para afirmar a continuidade das atividades de turismo industrial, designadamente:

- 1 – Estratégia transfronteiriça para a ativação do turismo industrial no Duero-Douro;
- 2 – Reforço das capacidades do território para a oferta de turismo industrial no Duero-Douro;
- 3 – Plano de comunicação e marketing para o turismo industrial no Duero-Douro;
- 4 – Experiências piloto de turismo industrial no Duero-Douro.

O valor total do projeto é de 1.158.059,84€, estando atribuído à CIM-TTM o valor de 123.876,64€ de custo total elegível. A taxa de financiamento é de 75%.

Em 2026 e no âmbito deste projeto serão produzidos vídeos promocionais do turismo industrial do Duero–Douro que permitem também valorizar o património imaterial. Paralelamente, serão desenvolvidas campanhas promocionais online e offline. Todos os materiais produzidos serão integrados e disponibilizados na página de internet do projeto.

Ainda no âmbito deste projeto será realizada uma viagem de familiarização (fam trips), destinada a profissionais do setor — como agentes de viagem, operadores turísticos, *bloggers*, *influencers* e imprensa especializada — com o objetivo de lhes dar a conhecer, a oferta de turismo industrial do destino Duero–Douro. Estas visitas promovem a experiência direta dos recursos, facilitam a sua futura divulgação e fortalecem a capacidade de promoção do destino nos mercados-alvo.

Por fim, será concluída a obra do Centro Interpretativo do Complexo Agroindustrial do Cachão e adquirido o equipamento e conteúdos necessários para operacionalizar o centro interpretativo.

O investimento previsto para a realização destas atividades no ano de 2026 é de 49.906.26€.

#### **3.10.1.4 DIH\_SE**

O projeto DIH\_SE – *Digital Innovation Hub Silver Economy Ecosistema de Investigación e Innovación* associado a Silver Economy pretende responder à necessidade de especialização das empresas do território em produtos e serviços destinados à Silver Economy, mas também proporciona uma componente social refletida na melhoria da qualidade de vida dos idosos do território, uma vez que muitos dos serviços e produtos a serem desenvolvidos pelas empresas estarão ligados à melhoria da saúde dos habitantes do território, à redução da solidão indesejada, à melhoria da oferta de produtos e/ou serviços específicos. Na área dos idosos, as empresas poderão também melhorar a qualidade de vida dos idosos do território. Em suma, tornar o território num espaço mais coeso onde as desigualdades sociais são reduzidas com base numa proposta de desenvolvimento social e sustentável e de empreendedorismo.

O projeto será implementado através de uma abordagem revolucionária e inovadora mediante a criação de um ecossistema vivo destinado às empresas do território, que fornece as condições necessárias para que as empresas do território possam, através da digitalização avançada dos processos associados à produção e comercialização dos seus produtos e serviços, satisfazer as necessidades do público que compõe a Silver Economy. Este processo de digitalização das empresas será abordado a partir das metodologias mais vanguardistas e através da utilização de tecnologias disruptivas como: Inteligência Artificial, a Internet, a abordagem *XaaS*, *Blockchain*, entre outros.

Todos os membros da parceria DIH\_SE subscrevem este objetivo, compreendendo a necessidade imperiosa de oferecer uma solução para aos habitantes do território, a maioria dos quais tem mais de 50 anos, que contribua para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Do projeto são sócios com financiamento a Diputación de Zamora, a Universidade de Burgos, a Caja Rural, o Município de Bragança e o Brigantia Ecopark. A CIM-TTM integra o projeto como sócio não financeiro.

O valor total do projeto é de 1.636.823,57€.

#### **3.10.1.5 USE4FOREST**

Na última década (2012-2022), os países do SUDOE sofreram um elevado número de incêndios, com uma média anual de 222 em Espanha, 213 em Portugal e 105 em França, situando-se entre os 5 países com o maior número de incêndios na UE (EFFIS, *European Forest Fire Information System*). O facto de nos últimos 6 anos terem ocorrido 3 das piores épocas de incêndios na UE demonstra a tendência ascendente, apontada pelos especialistas e devida, em parte, aos efeitos das alterações climáticas, uma situação agravada na área do SUDOE pelo abandono progressivo

das zonas rurais e a consequente extinção das atividades produtivas tradicionalmente ligadas à silvicultura.

Face a este desafio, é crucial adotar medidas preventivas adequadas às características do sudoeste europeu (crise demográfica, abundância de massa florestal, aumento progressivo dos extremos climáticos), cujo sucesso dependerá quer do conhecimento das condições específicas quer da demonstração *in situ* da eficácia de instrumentos inovadores, potencialmente transferíveis para outras zonas afetadas pelo mesmo problema.

Neste contexto, o projeto USE4FOREST propõe uma estratégia de prevenção de incêndios na região SUDOE através da melhoria das áreas florestais, realizada em 3 fases: conhecimento profundo das condições do problema; desenvolvimento, teste e demonstração, nos territórios participantes, de ferramentas inovadoras para a prevenção, gestão e antecipação de incêndios florestais; e a sua transferência e capitalização à escala do SUDOE. O USE4FOREST visa melhorar a capacidade de resposta das diferentes administrações, através da coordenação com organizações com vasta experiência em investigação e gestão florestal. A análise de diferentes variáveis, tais como o ambiente (vegetação, clima) e os fatores antropogénicos (populações, culturas), permitirá alcançar novas soluções e avaliar o seu impacto, eficácia e transferibilidade, a fim de desenvolver estratégias inteligentes de prevenção, nas áreas florestais de maior risco, tendo em conta os seus recursos naturais, socioeconómicos, tecnológicos e de gestão, para responder a esta necessidade de uma forma abrangente.

O valor total do projeto é de 1.573.013,59€, estando atribuído à CIM-TTM o valor de 100.000,00€ de custo total elegível, sendo o valor FEDER aprovado de 75.000,00€. A taxa de financiamento é de 75%.

No ano de 2026 prevê-se o teste de soluções inovadoras para a gestão do espaço florestal, com o objetivo de aumentar a resistência das florestas aos incêndios e de monitorizar o impacto, a eficácia e a transferibilidade destas soluções. Para isso, serão implementadas ações-piloto, que funcionam como laboratórios práticos, permitindo testar, demonstrar e comunicar práticas inovadoras de gestão florestal e prevenção de incêndios. Uma dessas ações-piloto de demonstração focar-se-á especificamente na avaliação do impacto de diferentes tipologias e densidades de vegetação florestal na proteção contra incêndios, contribuindo para identificar as melhores estratégias de resiliência em contextos reais.

Por fim, serão realizados seminários dirigidos à população e a líderes locais nos territórios de atuação, predominantemente rurais, envelhecidos e do interior com o objetivo de sensibilizar sobre o papel crucial da comunidade na prevenção, alerta precoce e mitigação segura de incêndios florestais, bem como reforçar a necessidade de modificar comportamentos que possam gerar risco de incêndio.

Para estas atividades prevê-se, em 2026 um custo de 40.580,00€.

### 3.10.1.6 Resilient Vines

O projeto Resilient Vines aborda o desafio comum de adaptar a viticultura do território rural SUDOE aos efeitos das alterações climáticas, através de práticas agro-ecológicas e sustentáveis de viticultura regenerativa, e de soluções e tecnologias inovadoras, a fim de melhorar a biodiversidade e preservar o património natural através da preservação do património natural da região SUDOE através da redução da utilização de produtos fitossanitários.

O objetivo principal do RESILIENT VINES é validar e adaptar as melhores práticas de viticultura regenerativa aos diferentes solos e climas do território SUDOE, que consagra mais de 1,6 milhões de hectares à viticultura, a fim de desenvolver estratégias e políticas regionais e de transferir os resultados obtidos para o território SUDOE, através dos Think Tanks SUDOE e de ações de formação. Este projeto visa promover a adoção pelos viticultores e pelos organismos científicos e tecnológicos das técnicas adaptadas ao território SUDOE.

As ações-piloto do projeto visam explorar a cooperação transnacional através da rede de Laboratórios Vivos, que se centrarão na avaliação da biodiversidade funcional (artrópodes, microbiologia do solo, flora e fauna úteis), na gestão agro-ecológica da vinha (cobertura vegetal) e na incorporação de tecnologias para reduzir o uso de pesticidas e pesticidas nas vinhas.

O valor total do projeto é de 1.068.750,00€, estando atribuído à CIM-TTM o valor de 110.000,00€ de custo total elegível com uma taxa de financiamento de 75%.

Para o ano de 2026 o projeto prevê a criação de Think Tanks SUDOE, fóruns regionais destinados a debater desafios comuns e influenciar políticas públicas, promovendo a adoção de técnicas de viticultura regenerativa na região SUDOE. Os seus objetivos são os seguintes: facilitar o intercâmbio de conhecimento e a inovação entre as partes interessadas e envolver os decisores políticos para impulsionar políticas que apoiem a transição para práticas vitícolas mais agroecológicas.

Será criada uma rede transfronteiriça de *Living Labs* para testar, validar e acompanhar sistemas de gestão da vinha baseados na agroecologia e na viticultura regenerativa no espaço SUDOE. Estes laboratórios funcionarão como espaços de cocriação, promovendo o intercâmbio técnico entre os parceiros do projeto e a integração das soluções nos protocolos de gestão e denominações de origem. Os resultados serão também transferidos para públicos externos através de workshops, oficinas participativas e ferramentas digitais, servindo de modelo para outras regiões.

Para realização destas atividades prevê-se, para 2026, um orçamento no valor de 11.700,00€.

### **3.10.2 Projetos candidatados**

Ainda no âmbito da 6ª convocatória do Programa Interreg, a CIM apresentou em parceria com outros parceiros candidatura a diversos projetos, para os quais aguarda decisão por parte da Unidade de Gestão do Programa. A seguir listam-se os projetos que foram candidatados fazendo referência à designação e aos parceiros envolvidos - Portugal (POCTEP) para o período 2021 – 2027:

#### **3.10.2.1 DrIH - Drone Innovation HUB – Centro de Inovação e capacitação associada a aplicações con Drones**

O objetivo geral deste projeto é impulsionar a inovação ligada à transição industrial rumo a uma Europa mais inteligente e sustentável nas zonas rurais, através da integração de drones em setores estratégicos — agroalimentar, florestal, gestão industrial e monitorização de infraestruturas. Com esta abordagem, pretende-se aumentar a eficiência na gestão de recursos, otimizar processos produtivos e disponibilizar soluções tecnológicas inovadoras para os desafios estruturais do território.

O projeto será desenvolvido em várias fases: análise das necessidades e da regulamentação, estudo do potencial dos drones e formação de pessoas e empresas no design, fabrico, manutenção e desenvolvimento de aplicações; incluindo ainda a realização de testes-piloto e a avaliação dos resultados. Como elemento central da iniciativa, serão criados o Centro DrIH em Zamora e a Estação Satélite de Bragança, que funcionarão como espaços de referência para a inovação e capacitação em aplicações com drones, garantindo o apoio às empresas e a sustentabilidade do projeto a longo prazo.

A cooperação transfronteiriça permitirá a transferência de conhecimento, o desenvolvimento de redes de inovação e a digitalização do meio rural, contribuindo para a transição industrial rumo a uma Europa mais inteligente e sustentável, em alinhamento com as políticas europeias de inovação e desenvolvimento territorial.

A candidatura é liderada pela Junta de Castilla y León, através da consejería de Indústria, comercio y empleo, servicio público de Empleo de Castilla Y león e consejería de Medio Ambiente, vivienda y ordenación del Território, Fundación General de la Universidad de Burgos, IPB – Instituto Politécnico de Bragança e CIM Terras de Trás-os-Montes.

O orçamento atribuído à CIM-TTM é de 190.921,20 €, enquanto o valor total da candidatura ascende a 1.677.656,82 €.

### **3.10.2.2 NORCYL\_Cultura – Corredor do Património Cultural do espaço Norte-Castilla y león**

O projeto NORCYL-Cultura assenta nos laços históricos, culturais e patrimoniais que unem o Norte de Portugal e Castela e Leão, territórios marcados por séculos de interações, herança comum e gestão partilhada de um património com relevância ibérica, europeia e global.

Contudo, este vasto património comum continua subaproveitado para o desenvolvimento conjunto do espaço de cooperação e para o fortalecimento de uma identidade partilhada, que importa preservar e renovar através da valorização dos seus recursos culturais — tangíveis e intangíveis. Assim, o projeto pretende impulsionar essa valorização, reforçar a cooperação transfronteiriça e promover a resiliência territorial através de setores culturais e turísticos mais fortes, sustentáveis e inovadores.

Para alcançar estes objetivos, o projeto irá concentrar a intervenção na criação de um corredor cultural transfronteiriço, capaz de representar e dinamizar, de forma integrada, os valores culturais de todo o território NORCYL, apoiando-se numa ação coordenada entre os diversos agentes do ecossistema cultural.

A candidatura é liderada pela FRAH – Fundação Rei Afonso Henriques, contando como parceiros financiados a Fundación Santa Maria la Real, Município de Braga, TPNP – Turismo do Porto e Norte de Portugal, CIM Terras de Trás-os-Montes, Fundación Las Médulas, Rota do Românico, Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, Ayuntamiento de Zamora, Fundação Cõa Parque, Fundación Siega Verde.

Como sócios não financeiros o projeto conta com o apoio do Município de Chaves, Município de Terras de Bouro, Junta de Castilla y León – Viconsejería de accion Cultural e consejería de cultura, Turismo Y deporte.

O valor total da candidatura é de 1.216171,98€

O orçamento atribuído à CIM-TTM é de 69.504,00 €

### **3.10.2.3 Sensorialiment – Melhoria da competitividade das PME agroalimentares do território**

Com o desenvolvimento do projeto Sensorialiment, pretende-se apresentar uma resposta inovadora e disruptiva aos desafios que o setor agroalimentar enfrenta na área de cooperação entre Castela e Leão e a Região Norte de Portugal. Este espaço transfronteiriço, reconhecido pela sua riqueza cultural e gastronómica, encontra-se perante um contexto de competitividade crescente e de mudanças significativas nas preferências dos consumidores.

As PME agroalimentares, que constituem um pilar essencial da economia local, precisam de se adaptar a estas transformações através da inovação e da melhoria contínua dos seus produtos.

No entanto, enfrentam limitações no acesso a ferramentas avançadas que lhes permitam compreender, monitorizar e antecipar as preferências sensoriais dos consumidores.

Neste enquadramento, o projeto pretende impulsionar o desenvolvimento das PME dos setores cárnico, lácteo e hortofrutícola através da aplicação de soluções sensoriais avançadas baseadas em neurociência e inteligência artificial (IA). Estas soluções permitirão analisar, de forma científica, as respostas sensoriais dos consumidores aos produtos agroalimentares, gerando dados rigorosos e úteis para melhorar os produtos existentes e apoiar o desenvolvimento de novos produtos.

São sócios do projeto a Junta de Castilla y León consejería de agricultura , ganadería y desarrollo rural, Ayuntamiento de Guijuelo, centro de competências do agroalimentar para o setor das carnes – TECMEAT, CIM TTM, iter investigación s.l., Diputación provincial de Salamanca, Universidad de Salamanca, IPB – Instituto Politécnico de Bragança.

São sócios sem financiamento o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial ZASNET.

#### **3.10.2.4 OETERRA – Estratégia do Observatório Ecológico do Douro para infraestruturas verdes**

O OETERRA tem como objetivo principal consolidar o Observatório Ecológico Transfronteiriço do Douro implementado no projeto OET Durius, como uma ferramenta essencial para a restauração da paisagem e da infraestrutura verde no território. Pretende promover a conectividade ecológica, reforçar a resiliência climática e assegurar uma gestão sustentável dos ecossistemas transfronteiriços.

Assente numa abordagem inovadora e integrada, o projeto combina soluções baseadas na natureza, digitalização e governação participativa. Esta estratégia garante a proteção da biodiversidade e o restauro de habitats-chave, ao mesmo tempo que reforça a conectividade ecológica através da recuperação de corredores e da renaturalização de várzeas fluviais. A integração da paisagem cultural no planeamento territorial é igualmente promovida.

Do ponto de vista tecnológico, o OETERRA introduz ferramentas como sensores de monitorização ambiental em tempo real e algoritmos de inteligência artificial, que apoiarão a tomada de decisão com base em dados científicos e otimizarão as intervenções de restauro ecológico.

No âmbito da cooperação transfronteiriça, o OETERRA amplia a atual rede de OET, fortalecendo a governança participativa e envolvendo atores locais, administrações públicas e entidades científicas num planeamento conjunto. Esta abordagem facilita a transferência de conhecimento e contribui para uma gestão mais sustentável do território. O projeto assume-se ainda como um modelo replicável a nível europeu, constituindo um quadro de referência em infraestrutura verde e adaptação climática.

O OETERRA desenvolve-se no território transfronteiriço entre Castela e Leão (Espanha) e o Norte de Portugal, uma região de elevado valor ecológico, paisagístico e patrimonial, mas sujeita a importantes desafios ambientais e socioeconómicos. Este espaço abrange áreas estratégicas do corredor Duero–Douro, caracterizado por uma combinação de habitats naturais, sistemas fluviais, áreas agrícolas e florestais, bem como património rural.

O projeto centra-se em zonas da Rede Natura 2000 e em áreas protegidas, assegurando que a restauração ecológica e a digitalização ambiental incidam sobre corredores ecológicos prioritários e ecossistemas estratégicos. Inclui também intervenções em espaços urbanos com impacto direto na população.

São sócios do projeto, Fundacion Santa Maria La Real del Patrimonio Historico, Universidad de Salamanca – Vicerrectorado de Investigación y Transferencia, Palombar – Associação de Conservação da Natureza e do Património Rural, Universidad de Valladolid, Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Zasnet, Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, Federación de las Asociaciones Forestales de CYL – Fafcyle e Ayuntamiento de Zamora (ES).

O valor total da candidatura é de 1.954.572,28€ cabendo à CIM-TTM o valor de 173.438,40€.

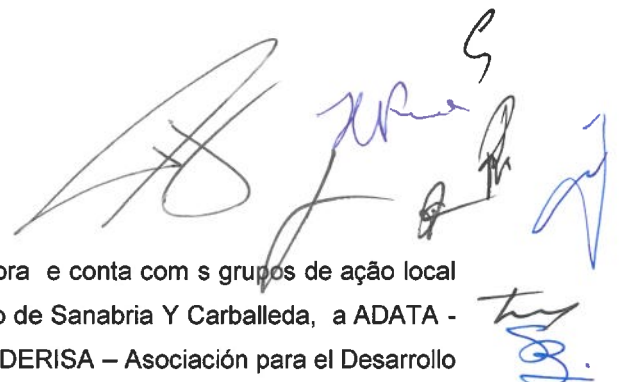
### **3.10.2.5 ZAMM TTM - Comunidade de trabalho Zamora – Trás-os-Montes**

A cooperação territorial é um meio para atingir os objetivos de coesão territorial europeia e de desenvolvimento equilibrado e sustentável. A sua ação centrar-se na seleção cuidadosa dos projetos ou iniciativas que trazem valor acrescentado ao território quando realizados em conjunto.

ZAMTTM surge num contexto de desígnio de continuidade do estabelecimento de relações entre os territórios NUTS III da Província de Zamora (Castilla y León, Espanha) e de Terras de Trás-os-Montes (Região Norte, Portugal). Constituindo-se territórios fronteiriços que partilham desafios e aspirações comuns, e perante o potencial de crescimento na formalização da cooperação transfronteiriça, o projeto preconiza a concretização de novas formas de governação por forma a dar um novo impulso na cooperação entre estes territórios.

Com base nas orientações do Tratado de Valência, o projeto preconiza a formação de um Novo Conselho Plenário, de uma Comunidade de Trabalho entre a Diputación de Zamora e a Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), de um Grupo de Trabalho entre as cidades de Zamora e Bragança, bem como de um Secretariado Técnico Conjunto.

Adicionalmente, prevê a elaboração de um conjunto de instrumentos estratégicos para a cooperação, com destaque para o Plano Estratégico de Cooperação Transfronteiriça Zamora e Terras de Trás-os-Montes, assim como um conjunto de ações de mobilização e dinamização da Ação Local transfronteiriça.



São sócios do projeto a CIM-TTM e a Diputación de Zamora e conta com s grupos de ação local ADISAC, La Voz – Asociación para el Desarrollo Integrado de Sanabria Y Carballeda, a ADATA - Asociación para el Desarrollo de Aliste, Tábara y Alba, a ADERISA – Asociación para el Desarrollo Economico Rural Integral de Sayago, Bermillo de Sayago e a Corane – Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina. Também o município de Bragança e o Ayuntamiento de Zamora, como parceiros não financeiros.

O orçamento destinado à CIM-TTM é de 262.498,00€

O valor total da candidatura é de 165.713,90€

### **3.10.2.6 TRANSTOURSOCIAL - Inovação social e inclusiva para o emprego verde e o turismo sustentável transfronteiriço no meio rural**

O projeto TRANSTOURSOCIAL procura responder a desafios estruturais do território transfronteiriço entre Portugal e Castela e Leão, como o despovoamento rural, o envelhecimento da população e a exclusão social. A iniciativa pretende contribuir para uma Europa mais social e inclusiva, promovendo a melhoria da empregabilidade, o acesso a empregos de qualidade e o desenvolvimento de infraestruturas sociais adequadas às necessidades do meio rural.

Centrado no desenvolvimento socioeconómico, na inclusão social e na sustentabilidade, o projeto propõe um modelo de desenvolvimento rural integrado que melhore a qualidade de vida das populações — especialmente das pessoas em risco de exclusão, ao mesmo tempo que preserva e valoriza o património natural.

As diferentes entidades iram atuar de forma articulada para melhorar a empregabilidade, promover a acessibilidade ao património natural, garantir a sustentabilidade ambiental, dinamizar o turismo sustentável e reforçar a educação ambiental. O objetivo final é criar um modelo replicável de desenvolvimento rural que concilie inclusão social, sustentabilidade ambiental e coesão económica, reforçando a resiliência das comunidades rurais perante os desafios demográficos e socioeconómicos.

A candidatura é liderada pelo Ayuntamiento de Valdelosa e tem como parceiros a Asociación de Familias de la Armuña “La Besana”, Universidade de Salamanca a CIM Terras de Trás-os-Montes e a Junta de Castilla Y León através da consejería de familia e Igualdad de oportunidades. Como parceiros sem financiamento participam os Servicios e Iniciativas Laborales S.L, a Diputacion de Saamanca e a Corane – Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina.

O orçamento atribuído à CIM-TTM é de 140.000,00 €, enquanto o valor total da candidatura é de 1.395.074,24€.

### 3.10.2.7 Transnatura – Restauro da natureza e adaptação às alterações climáticas

O projeto TRANSNATURA tem como objetivo restaurar ecossistemas degradados, melhorar a conectividade ecológica e promover a bio economia rural no território transfronteiriço entre Espanha e Portugal. Através da regeneração de florestas autóctones, recuperação e desenvolvimento de infraestruturas verdes, o projeto contribui para a conservação da biodiversidade e para a adaptação às alterações climáticas.

Promove-se a prática da pecuária extensiva com raças autóctones como ferramenta de gestão sustentável da paisagem, reduzindo o risco de incêndios e favorecendo a regeneração do solo. Paralelamente, são desenvolvidas estratégias para aumentar a rentabilidade das explorações agro-silvopastoris, incentivando a comercialização de produtos locais e a sua certificação em mercados transfronteiriços.

O TRANSNATURA também aposta na criação de mecanismos de compensação de carbono e de pagamentos por serviços de ecossistema, garantindo que a conservação do território se traduza em oportunidades económicas para as comunidades rurais.

Através da cooperação transfronteiriça, o projeto reforça a governança partilhada, harmonizando políticas de conservação e de desenvolvimento rural e assegurando a sustentabilidade ambiental e socioeconómica deste território comum.

São sócios do projeto Diputación provincial de León, Junta de Andalucía através da viceconsejería de sostenibilidad, medio ambiente y economia azul, CIM-TTM, Centro de Investigaciones Aplicadas al desarrollo agroforestal S.L., Universidad de Córdoba, UNIVERSIDADE DE TRÁS-OSMONTES E ALTO DOURO - (UTAD), AGUIARFLORESTA – Associação Florestal e Ambiental de Vila Pouca de Aguiar, Junta de Extremadura através da CONSEJERÍA DE GESTIÓN FORESTAL Y MUNDO RURAL, Bóreas Desarrollo y Tecnología,S.L. e Camara Municipal de Moura Empresa Municipal Moura - Herdade da Contenda.

São sócios não financeiros a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P, Junta de Castilla y León através da Consejería de Medio Ambiente Vivienda y Ordenación del Territorio e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P.

O projeto conta com um orçamento de 2.221.637,83€ cabendo à CIM-TTM 200.000,00€

### 3.10.2.8 ESGROWTH - Critérios Ambientais, Sociais e de Governação (ESG) nas PME

O projeto ESGROWTH tem como objetivo principal promover a integração dos critérios Ambientais, Sociais e de Governação (ESG) nas PME de Castela e Leão e da Região Norte de Portugal, incentivando um modelo empresarial mais sustentável e competitivo no espaço transfronteiriço. Através de uma abordagem estruturada que combina sensibilização, formação, consultoria, desenvolvimento de ferramentas metodológicas, acesso a financiamento e reforço

institucional. O projeto procura reduzir as barreiras à adoção de práticas ESG e gerar um impacto positivo na competitividade, resiliência e sustentabilidade do tecido empresarial.

Numa fase inicial, serão desenvolvidas ações de sensibilização, informação e capacitação das PME, fornecendo-lhes conhecimentos e instrumentos que facilitem a transição para modelos de negócio responsáveis. O projeto irá incluir o desenho de um programa formativo especializado para a formação de consultores ESG ou, em alternativa, a integração de módulos temáticos em cursos de licenciatura ou mestrado reconhecidos.

Será ainda implementada uma fase piloto com empresas selecionadas, aplicando metodologias ESG adaptadas à sua realidade e apoiando a sua certificação em boas práticas de sustentabilidade. Paralelamente, será reforçado o ecossistema institucional de apoio, através da criação da Oficina Transfronteiriça ESG, que funcionará como estrutura de referência, e de um Fundo de Apoio ESG, destinado a garantir a sustentabilidade financeira das empresas no seu processo de transformação.

O projeto irá promover igualmente a cooperação transfronteiriça, através da harmonização de normativas ESG, da criação de uma Rede de Colaboração Público-Privada e da institucionalização de um Fórum Anual de Cooperação ESG, consolidando um quadro de governação que assegure a continuidade das estratégias ESG em todo o território.

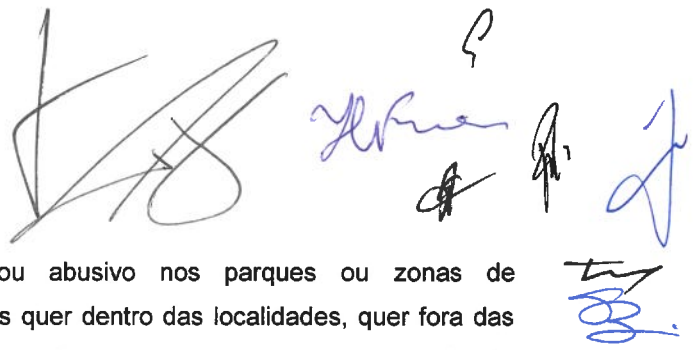
São sócios do projeto a Universidade de Valladolid, GEOECYL, AENOR, e Nervir.

A candidatura conta com um orçamento de 847.046,16€ estando destinados à CIM-TTM 35.533,35€.

### **3.11 Outras Atividades**

A Lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, marcou o início do maior processo de descentralização autárquico da democracia portuguesa, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. Mais concretamente o artigo 27.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, atribuiu aos municípios a competência para regular, fiscalizar, instruir e decidir os procedimentos contraordenacionais rodoviários em matéria de estacionamento nas vias e espaços públicos sob jurisdição municipal, para além dos destinados a parques ou zonas de estacionamento.

A 31 de outubro de 2022, foi publicado o Decreto-Lei n.º 76/2022, de 31 de outubro, que habilitou a delegação de competências atribuídas às câmaras municipais no domínio do estacionamento público nas entidades intermunicipais e nas associações de municípios de fins específicos, que abrangem a respetiva circunscrição. Este diploma veio permitir aos municípios delegar nas Comunidades Intermunicipais que integram as competências previstas na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, mais concretamente a competência para instruir e decidir os procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves



relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo nos parques ou zonas de estacionamento, vias e nos demais espaços públicos quer dentro das localidades, quer fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal, incluindo a aplicação de coimas e custas.

Nestes termos, sete dos nove municípios integrantes da CIM-TTM, designadamente, os Municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, delegaram na CIM-TTM a referida competência por considerarem que a delegação das competências previstas no artigo 27.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, promoverá a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações, a racionalização dos recursos disponíveis e a uniformidade de procedimentos administrativos, designadamente na instrução dos processos de contraordenação e na decisão do processo e aplicação de coimas e custas, e ganhos significativos em termos de eficiência de recursos humanos e financeiros. Encontra-se a decorrer o processo de delegação de competências do Município de Mirandela na CIM TTM também sobre esta matéria.

Handwritten notes in black and blue ink, including the letters 'G', 'A', 'f', and 'tuy', along with various scribbles and symbols.

## 4 Orçamento

O orçamento da receita e da despesa tem o valor de 18.979.132,49€ que se traduz na transferência do Orçamento do Estado prevista, nas receitas provenientes de Fundos Comunitários e de candidaturas já aprovadas, bem como na comparticipação dos Municípios para a execução da estratégia desta entidade.

#### 4.1 Apresentação Global do Orçamento para 2026

A previsão das receitas e despesas para o próximo ano é apresentada na Tabela 1, onde se encontram discriminados os valores pelos dois grandes agrupamentos de classificação orçamental: correntes e capital.

Tabela 1. Resumo do Orçamento para 2026

Classificação Orçamental			Total
Descrição	Correntes	Capital	
Receitas	11.308.471,29 €	7.670.661,20 €	18.979.132,49 €
Despesas	11.308.471,29 €	7.670.661,20 €	18.979.132,49 €


O Princípio do Equilíbrio Orçamental determina, em sede de elaboração do orçamento, que o mesmo preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas, devendo as receitas correntes ser, pelo menos, iguais às despesas correntes. Pela observação do quadro, conclui-se que este preceito se mantém presente.

##### 4.1.1 Orçamento da Receita

O Orçamento da Receita é composto por Receitas Correntes e Receitas de Capital. A Tabela 2 demonstra a composição da Receita Corrente onde se conclui que a mesma se divide em três grandes rubricas:

- Transferências correntes (Estado): corresponde à transferência esperada a efetuar do Orçamento de Estado, do Fundo Ambiental, do Fundo para o Serviço Público de Transportes, da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, do Fundo Florestal Permanente e da Direção Geral do Tesouro e Finanças;
- Transferências correntes (FEDER, FSE e outras): corresponde ao cofinanciamento comunitário das operações já aprovadas;
- Transferências dos Municípios: corresponde à contrapartida nacional dos projetos supramunicipais a executar/desenvolver pela CIM-TTM, valores para execução do novo concurso para a Rede Municipal e Intermunicipal de Transportes.

Tabela 2. Receitas Correntes



DESCRIPTIVO	2026
<i>Receitas Correntes</i>	
Rendimentos de Propriedade/Taxa Multas	100,00 €
Transferências do Estado	3.583.131,84 €
Transferências correntes (FEDER + FSE + Outras)	2.244.230,81 €
Transferências correntes (Municípios)	5.463.358,98 €
Outras	17.649,66 €
<b>TOTAL</b>	<b>11.308.471,29 €</b>

Na Tabela 3 apresenta-se a constituição das Receitas de Capital. Mediante a sua análise conclui-se que a receita de capital total prevista é de 7.670.661,20€, proveniente da rubrica de Transferências de Capital (FEDER, FSE + Outras), que corresponde ao cofinanciamento da despesa de natureza capitalística a apresentar no âmbito das candidaturas aprovadas e da transferência da contrapartida nacional proveniente dos Municípios integrantes da CIM-TTM.

Tabela 3. Receitas de Capital

DESCRIPTIVO	2026
<i>Transferências Capital</i>	
Transferências de Capital (FEDER + FSE + Outras)	6.591.159,27 €
Municípios da CIM-TTM	1.079.501,93 €
<b>Total</b>	<b>7.670.661,20 €</b>

#### 4.1.2 Orçamento da Despesa

O Orçamento da Despesa é composto por Despesa Corrente e Despesa de Capital. A Tabela 4 expõe as grandes rubricas que estão inseridas nas Despesas Correntes.

Tabela 4. Despesas Correntes

DESCRITIVO	2026
Assembleia Intermunicipal	7.500,00 €
<i>Despesas Correntes</i>	
Despesas com pessoal	781.967,00 €
Aquisição de bens	26.303,00 €
Aquisição de serviços	8.919.700,52 €
Juros e outros encargos	2,00 €
Transferências correntes	1.572.497,77 €
Subsídios	1,00 €
Outras despesas correntes	500,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>11.308.471,29 €</b>

Da análise da Tabela 4, importa fazer uma breve descrição das despesas associadas a cada grande rubrica:

– Despesa com Pessoal – corresponde às remunerações certas e permanentes, abonos variáveis e eventuais e encargos da entidade para com a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações dos postos de trabalho constantes do Mapa de Pessoal.

– Aquisição de bens – prevê-se uma despesa de 26.303,00€, a qual corresponde essencialmente à aquisição de combustíveis, de material de escritório, material de transporte, prémios, condecorações e ofertas (para o Campeonato de Jogos Tradicionais), ferramentas e utensílios e livros e documentação técnica.

– Aquisição de serviços – estão previstos os projetos a executar pela CIM-TTM, bem como, a locação operacional para uma viatura. Prevê-se a promoção do território da CIM-TTM, através da presença em feiras temáticas, nacionais e internacionais, bem como a elaboração de material promocional e aquisição de serviços de publicidade e divulgação. Também estão contempladas verbas necessárias para a os procedimentos relacionados com a área dos transportes.

– Transferências correntes – Privadas – está contemplada verba referente aos passes escolares no valor de 1.350.500,00€.

– Transferências correntes – Administração Local – prevê-se o valor a transferir para as associações de municípios de fins específicos, designadamente a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana e a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste

Transmontano, no âmbito da cedência dos recursos humanos afetos à Estrutura de Apoio Técnico constituída para o desempenho das competências atribuídas à CIM-TTM.

A Tabela 5 demonstra a composição das Despesas de Capital, verificando-se que as mesmas apresentam um valor total previsto de 7.670.661,20€. No essencial, trata-se de despesas com construções diversas, material de transporte, equipamento de informática, *software*, equipamento administrativo, equipamento básico e artigos e objetos de valor.

**Tabela 5. Despesas de Capital**

<b>DESCRIPTIVO</b>	<b>2026</b>
<i>Aquisição de bens de capital</i>	
Investimentos	
Edifícios	55.679,13 €
Construções diversas	45.000,00 €
Material de Transporte	45.000,00 €
Equipamento de informática	1.751.159,57 €
<i>Software</i> informático	2.452.969,93 €
Equipamento administrativo	2.000,00 €
Equipamento básico	3.281.949,57 €
Artigos e objetos de valor	36.900,00 €
Investimentos incorpóreos	1,00 €
Outros Investimentos	1,00 €
Locação Financeira	1,00 €
<b>Total</b>	<b>7.670.661,20 €</b>

#### **4.2 Plano Plurianual de Investimentos**

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) reflete as despesas fixas, bem como as previsionais para execução do concurso para a Rede Municipal e Intermunicipal de transportes e dos projetos já aprovados.

#### **4.3 Recursos Humanos/Mapa de Pessoal**

A Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) estabelece os princípios e orientações no domínio da gestão de pessoal e da disciplina relativa aos mapas de pessoal. Nesta conformidade, procedeu-se à elaboração de um Mapa de Pessoal, documento que acompanha a proposta de Orçamento e que contém a indicação do número de postos de trabalho de que a entidade necessita para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizadas em função da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam; dentro de cada carreira e/ou

categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular. O Mapa de Pessoal é aprovado pela Assembleia Intermunicipal, sob proposta do Conselho Intermunicipal, e tornado público por afixação no órgão ou serviço e inserção na página eletrónica.

Qualquer recrutamento a efetuar no ano de 2026 ficará condicionado à caracterização dos postos de trabalho necessários para a execução das atividades, os quais constam no Mapa de Pessoal anexo ao presente Orçamento. As verbas relativas a despesas com pessoal, inscritas na proposta de Orçamento, cobrem os encargos com remunerações dos trabalhadores que se mantêm em exercício de funções na CIM-TTM, bem como a dos novos recrutamentos de pessoal, previstos no Mapa de Pessoal.

Assim, o Mapa de Pessoal contempla o Secretariado Executivo Intermunicipal a que corresponde o Primeiro Secretário, treze Técnicos Superiores nas áreas da Comunicação, Engenharia Florestal, Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação, Marketing, Engenharia e Gestão Industrial, Engenharia Eletrotécnica, Direito, Turismo e Gestão e Administração Pública, por tempo indeterminado. Inclui dois técnicos em regime de mobilidade, um proveniente do Instituto Politécnico de Bragança e outro da Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano. Inclui ainda três postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo nas áreas de Gestão e Administração Pública (vertente dos transportes), Design Gráfico e Sociologia.

Em 2026, prevê-se a criação de dois postos de trabalho por tempo indeterminado na área de Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação e na área de Gestão e Administração Pública (vertente dos transportes). Prevê-se um lugar para um docente em cedência de interesse público ou Técnico Superior da área de ensino em regime de Mobilidade. Prevê-se ainda a criação de dois postos de trabalho para Técnicos Superiores, um na área de Direito e outro de preferência na área de Solicitadoria para ficar subjacente ao serviço de tramitação das contraordenações, ambos a termo resolutivo certo. Na carreira/categoria de Assistente Técnico prevê-se a criação de um posto de trabalho, em regime de mobilidade. Estes recursos têm como objetivo a capacitação da CIM-TTM para executar as diferentes tarefas de que é responsável.

Para além dos postos de trabalho constantes no Mapa de Pessoal, a CIM-TTM é apoiada por uma equipa técnica, composta por sete Técnicos Superiores provenientes das Associações de Municípios de fins específicos da área geográfica da CIM-TTM, designadamente, da Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (AMTF-NT) e da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT). Esta equipa continuará a estar afeta em 50% para executar competências atribuídas à CIM-TTM enquanto Organismo Intermédio no âmbito da delegação de competências da Autoridade de Gestão do Programa Regional do Norte 2030 no período previsível de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2029. Um desses técnicos encontra-se cedido a 95%, pela AMTQT, da área de Engenharia Civil, para apoiar na área dos Transportes em virtude da CIM-TTM ter assumido a responsabilidade de Autoridade de

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page. There are several distinct signatures, including one that appears to be 'G' and another that looks like 'Zhu'.

Transportes Intermunicipal e Municipal. Para além disso, prevê-se a inclusão de mais três técnicos, a afetar a 50%. Neste sentido, esses Técnicos Superiores são afetos à CIM-TTM, em regime de mobilidade interna a órgãos ou serviços, tal como disposto no artigo 92.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

As despesas com o pessoal referido no parágrafo anterior, não são refletidas na verba da rubrica de pessoal, uma vez que as remunerações e respetivas contribuições associadas são pagas pelos serviços de origem, ou seja, pelas associações de municípios de fins específicos (AMTQT e AMTF-NT), ficando a cargo da CIM-TTM a transferência para essas associações da verba correspondente à afetação das despesas desses técnicos, por via de transferências correntes.

Aos trabalhadores são asseguradas condições em termos de segurança, higiene e saúde no trabalho, de formação e garantia de promoção, conforme possibilidade legal e respetivo desempenho. Sendo estas áreas de extrema relevância para o bom desempenho profissional e pessoal dos trabalhadores da CIM-TTM, encontra-se prevista no orçamento verba capaz de cobrir as despesas necessárias à prestação destes serviços.



## MAPA DE PESSOAL 2026

Conteúdo funcional (artigo 88.º n.º 2 da LTFP): Técnicos Superiores: Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores. Assistentes Técnicos: Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços

Atividade / área	Núcleo	Contrato de trabalho em funções públicas				OBS
		Termo resolutivo certo	Por tempo indeterminado	A Prover		
		Provido	A prover	Provido	A Prover	
Secretariado Executivo Intermunicipal	CIM			1		Em Comissão de Serviço proveniente do Ministério da Coesão
Comunicação	CIM			2		1 provido em regime de Mobilidade proveniente do IPB
Florestal	CIM			1		
Informática	CIM			2	1	
Marketing	CIM			2		1 provido em regime de Mobilidade proveniente da AMITFNT
Docente	CIM				1	Em cedência de Interesse Público/Mobilidade
Eng e Gestão Industrial	CIM			1		
Eng Eletrotécnica	CIM			1		
Direto	CIM		1	1		
Turismo	CIM			1		
Gestão e Adm. Pública/Contabilidade	CIM			3		
Gestão e Adm. Pública/Transportes	CIM	1			1	
Design Gráfico	CIM	1				
Sociologia	CIM	1				
Técnico Superior	CIM		1			
Assistente Técnico	CIM				1	Em regime de Mobilidade
<b>TOTAL</b>		<b>3</b>	<b>2</b>	<b>15</b>	<b>4</b>	

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word "Krew" and various stylized marks.

## 5 Anexos

5  
A

Handwritten signature in blue ink.

RESUMO DO ORÇAMENTO

9  
 R  
 A  
 J  
 S

ENTIDADE  
 Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2026

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes .....	11.308.471,29	Correntes .....	11.308.471,29
De capital .....	7.670.661,20	De capital .....	7.670.661,20
Outras .....			
Total	18.979.132,49	Total	18.979.132,49
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	18.979.132,49	Total Geral	18.979.132,49

Em 10 de 12 de 2025

*[Handwritten signature]*


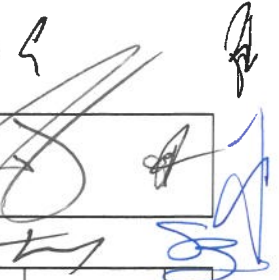
Em \_\_\_ de \_\_\_ de \_\_\_

*[Handwritten signature]*

9

~~A~~ J

W  
P

ENTIDADE	RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	APROVAÇÕES :
----------	------------------------------------	--------------

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2026

RECEITAS	MONTANTE	%
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		
01 IMPOSTOS DIRECTOS		
02 IMPOSTOS INDIRECTOS		
03 CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GER		
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	50,00	0.0
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	50,00	0.0
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.290.721,63	59.5
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES		
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.649,66	0.1
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>11.308.471,29</b>	<b>59.6</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO		
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.670.661,20	40.4
11 ACTIVOS FINANCEIROS		
12 PASSIVOS FINANCEIROS		
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>7.670.661,20</b>	<b>40.4</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>18.979.132,49</b>	<b>100.0</b>


DESPESAS	MONTANTE	%
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		
01 DESPESAS COM O PESSOAL	785.967,00	4.1
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	8.949.503,52	47.2
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	2,00	0.0
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.572.497,77	8.3
05 SUBSÍDIOS	1,00	0.0
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500,00	0.0
<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>11.308.471,29</b>	<b>59.6</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	7.670.661,20	40.4
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		
09 ACTIVOS FINANCEIROS		
10 PASSIVOS FINANCEIROS		
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		
<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>7.670.661,20</b>	<b>40.4</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>18.979.132,49</b>	<b>100.0</b>

5  
A  
K  
E

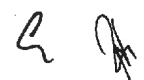



ENTIDADE Cim Das Terras de Trás - Os - Montes	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2026
--	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	R E C E I T A S C O R R E N T E S	11.308.471,29
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	50,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	50,00
04.02.01	JUROS DE MORA	50,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	50,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	50,00
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	50,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.290.721,63
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5.827.362,65
06.03.01	ESTADO	3.583.131,84
06.03.01.99	OUTRAS	3.583.131,84
06.03.01.99.01	DGAL	440.345,00
06.03.01.99.02	OUTRAS	1,00
06.03.01.99.03	FUNDO AMBIENTAL	1.629.614,50
06.03.01.99.04	FUNDO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES	120.421,34
06.03.01.99.05	AUTORIDADE NACIONAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL	18.450,00
06.03.01.99.06	FUNDO FLORESTAL PERMANENTE	23.800,00
06.03.01.99.07	DIREÇÃO GERAL DO TESOURO E FIMANÇAS	1.350.500,00
06.03.06	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	2.244.230,81
06.03.06.01	FEDER (CORRENTE)	898.326,22
06.03.06.02	FSE (CORRENTE)	912.061,50
06.03.06.03	OUTRAS ( CORRENTE)	433.843,09
06.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	5.463.358,98
06.05.01	CONTINENTE	5.463.358,98
06.05.01.01	MUNICÍPIOS	5.463.358,98
06.05.01.01.01	MUNICÍPIO DE ALFANDEGA DA FÉ	332.976,63
06.05.01.01.02	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	736.199,80
06.05.01.01.03	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	792.394,91
06.05.01.01.04	MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO	503.186,15
06.05.01.01.05	MUNICÍPIO DE MIRANDELA	1.039.256,54
06.05.01.01.06	MUNICÍPIO DE MOGADOURO	679.780,25
06.05.01.01.07	MUNICÍPIO DE VILA FLOR	406.470,42
06.05.01.01.08	MUNICÍPIO DE VIMIOSO	329.421,53
06.05.01.01.09	MUNICÍPIO DE VINHAIS	643.672,75
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.649,66
08.01	OUTRAS	17.649,66
08.01.99	OUTRAS	17.649,66
08.01.99.99	DIVERSAS	17.649,66
	R E C E I T A S D E C A P I T A L	7.670.661,20
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.670.661,20
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	6.591.159,27
10.03.07	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	6.591.159,27
10.03.07.01	FEDER (CAPITAL)	4.770.742,39
10.03.07.02	FSE	1,00
10.03.07.03	OUTRAS (CAPITAL)	1.820.415,88
10.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1.079.501,93
10.05.01	CONTINENTE	1.079.501,93
10.05.01.01	MUNICÍPIOS	1.079.501,93
10.05.01.01.01	MUNICÍPIO DE ALFANDEGA DA FÉ	78.263,89
10.05.01.01.02	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	200.031,71
10.05.01.01.03	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	138.500,10
10.05.01.01.04	MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO	95.535,92
10.05.01.01.05	MUNICÍPIO DE MIRANDELA	149.726,92
10.05.01.01.06	MUNICÍPIO DE MOGADOURO	125.222,23
10.05.01.01.07	MUNICÍPIO DE VILA FLOR	79.667,24
10.05.01.01.08	MUNICÍPIO DE VIMIOSO	85.820,40
10.05.01.01.09	MUNICÍPIO DE VINHAIS	126.733,52
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>		<b>18.979.132,49</b>

Em 10 de 12 de 2025  


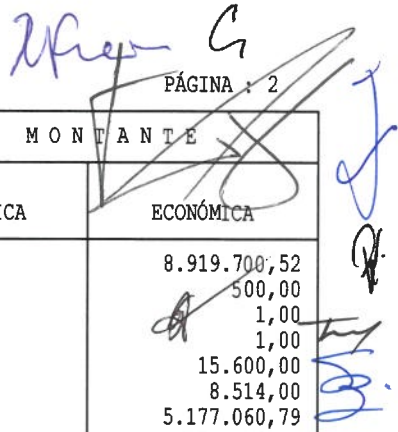
Em \_\_\_ de \_\_\_ de \_\_\_  
\_\_\_\_\_

ENTIDADE Cim Das Terras de Trás - Os - Montes	ORÇAMENTO DA DESPESA ( POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA )	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2026
--	--	----------------------------------

PÁGINA : 1


C O D Í G O S		D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÓMICA		ORGÂNICA	ECONÓMICA
01		ADMINISTRAÇÃO	18.979.132,49	
01.01		ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL	7.500,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		7.500,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		4.000,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		4.000,00
	01.02.13.02	OUTROS		4.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		3.500,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		3.500,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		3.500,00
01.02		CONSELHO INTERMUNICIPAL	18.971.632,49	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		11.300.971,29
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		781.967,00
	01.01.02	ÓRGÃOS SOCIAIS		600.382,25
	01.01.03	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA		46.170,62
	01.01.03.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		89.616,03
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		89.616,03
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		276.646,79
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		276.646,79
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		62.964,30
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		62.964,30
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		1,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		13.851,24
	01.01.14	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL		32.256,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		78.876,27
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		34.002,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		28.000,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		6.000,00
	01.02.13.02	OUTROS		1,00
	01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		1,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		147.582,75
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		1,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		1,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		141.579,75
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		141.579,75
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		16.082,78
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		125.496,97
	01.03.09	SEGUROS		6.000,00
	01.03.09.01	SEGURO DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		6.000,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		1,00
	01.03.10.99	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		1,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		8.946.003,52
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		26.303,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		4.000,00
	02.01.02.02	GASÓLEO		4.000,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		1,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		1,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		500,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		500,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		17.300,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		500,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		500,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		1,00
	02.01.21	OUTROS BENS		3.000,00



CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		8.919.700,52
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		500,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		1,00
	02.02.04.01	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS - GERAL		1,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		15.600,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		8.514,00
	02.02.10	TRANSPORTES		5.177.060,79
	02.02.10.01	ICENTICA + TP		1.502.472,90
	02.02.10.03	TRANSPORTES		3.277.175,94
	02.02.10.05	ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, COM OU SEM CONDUTOR		3.500,00
	02.02.10.99	OUTROS		393.911,95
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		3.500,00
	02.02.12	SEGUROS		2.000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		40.000,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		732.086,33
	02.02.14.18	ELABORAÇÃO DE CANDIDATURAS PR NORTE 2030		50.000,00
	02.02.14.20	AGROHUB		3.653,10
	02.02.14.21	USE4FOREST		4.000,00
	02.02.14.22	PIPSE		21.525,00
	02.02.14.23	AÇÕES COLETIVAS		87.837,38
	02.02.14.24	TMQ - TRÁS-OS-MONTES QUALIFICA		291.995,85
	02.02.14.99	OUTROS		273.075,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		456.819,41
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		32.528,90
	02.02.17	PUBLICIDADE		181.923,96
	02.02.17.01	JOGOS TRADICIONAIS		1.000,00
	02.02.17.02	PROMOÇÃO D'GUSTAR AS TTM		3.500,00
	02.02.17.03	0110 OET DURIUS 2 E		7.112,08
	02.02.17.04	AGENDA CULTURAL INTERMUNICIPAL		20.000,00
	02.02.17.05	USE4FOREST		5.000,00
	02.02.17.06	CADASTRA E CAPACITA		6.562,26
	02.02.17.07	PUBLICAÇÕES EM DRE		1.000,00
	02.02.17.08	0247 IN GENIOS DUERO DOURO 2 E		6.600,00
	02.02.17.09	AÇÕES COLETIVAS		100.074,12
	02.02.17.10	TMQ - TRÁS-OS-MONTES QUALIFICA		14.575,50
	02.02.17.11	RESILIENT VINES		4.000,00
	02.02.17.99	OUTROS		12.500,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		2.218.466,13
	02.02.20.02	PROVERE		1,00
	02.02.20.07	JOGOS TRADICIONAIS		11.500,00
	02.02.20.09	AGROHUB		15.214,45
	02.02.20.10	USE4FOREST		42.380,00
	02.02.20.11	0247 IN GENIOS DUERO DOURO 2 E		5.654,00
	02.02.20.12	PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS/EVENTOS		383.452,15
	02.02.20.13	INFORMÁTICA		628.150,00
	02.02.20.14	TURISMO INELIGENTE		110.000,00
	02.02.20.15	TERRITÓRIOS INTELIGENTES		73.800,00
	02.02.20.16	ECOPISTA DO TUA		90.000,00
	02.02.20.17	DIGITALIZAÇÃO DA ADM. LOCAL		23.031,75
	02.02.20.18	PIPSE		318.115,96
	02.02.20.19	RIBTTM		20.000,00
	02.02.20.20	TMQ - TRÁS-OS-MONTES QUALIFICA		12.841,20
	02.02.20.21	RESILIENT VINES		2.500,00
	02.02.20.22	AÇÕES COLETIVAS		329.587,73
	02.02.20.99	OUTROS		152.237,89
	02.02.21	UTILIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTES		700,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		50.000,00
	02.02.25.02	OUTROS SERVIÇOS - OUTROS		50.000,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		2,00
	03.03	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA		2,00
	03.03.05	MATERIAL DE TRANSPORTE		1,00
	03.03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		1,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.572.497,77

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
ORGÂNICA	ECONÓMICA			
	04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		1.350.500,00
	04.01.02	PRIVADAS		1.350.500,00
	04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		1,00
	04.03.09	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS- PARTICIPAÇÃO COMUNIT		1,00
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		221.996,77
	04.05.01	CONTINENTE		221.996,77
	04.05.01.01	MUNICÍPIOS		8,00
	04.05.01.01.01	ALFANDEGA DA FÉ		1,00
	04.05.01.01.02	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		1,00
	04.05.01.01.03	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS		1,00
	04.05.01.01.04	MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO		1,00
	04.05.01.01.05	MUNICÍPIO DE MIRANDELA		1,00
	04.05.01.01.07	MUNICÍPIO DE VILA FLOR		1,00
	04.05.01.01.08	MUNICÍPIO VIMIOSO		1,00
	04.05.01.01.09	MUNICÍPIO VINHAIS		1,00
	04.05.01.04	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS		221.988,77
	04.05.01.04.02	AMTQT		182.457,36
	04.05.01.04.03	AMTFNT		39.530,41
	04.05.01.04.99	OUTRAS ASSOCIAÇÕES		1,00
	05	SUBSÍDIOS		1,00
	05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		1,00
	05.01.03	PRIVADAS		1,00
	05.01.03.01	AGÊNCIA DE ENERGIA TRÁS-OS-MONTES - (AE-TM)		1,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		500,00
	06.02	DIVERSAS		500,00
	06.02.03	OUTRAS		500,00
	06.02.03.05	OUTRAS		500,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		7.670.661,20
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		7.670.661,20
	07.01	INVESTIMENTOS		7.670.660,20
	07.01.03	EDIFÍCIOS		55.679,13
	07.01.03.99	OUTROS		55.679,13
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		45.000,00
	07.01.04.01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		45.000,00
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTE		45.000,00
	07.01.06.01	MATERIAL DE TRANSPORTE - VIATURA		45.000,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		1.751.159,57
	07.01.07.14	DIGITALIZAÇÃO DA ADM. LOCAL		1.749.159,57
	07.01.07.99	OUTROS		2.000,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		2.452.969,93
	07.01.08.08	REDE INTERMUNICIPAL DE BIBLIOTECAS DAS TTM		46.310,73
	07.01.08.09	TURISMO INTELIGENTE		56.079,06
	07.01.08.10	TERRITÓRIOS INTELIGENTES		793.350,00
	07.01.08.11	DIGITALIZAÇÃO DA ADM. LOCAL		1.396.437,14
	07.01.08.12	AÇÃO CLIMÁTICA		66.543,00
	07.01.08.99	OUTRO		94.250,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		2.000,00
	07.01.09.99	OUTRO		2.000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		3.281.949,57
	07.01.10.02	OUTRO		3.281.949,57
	07.01.10.02.01	EQUIPAMENTO BÁSICO - GERAL		2.000,00
	07.01.10.02.02	DIGITALIZAÇÃO DA ADM. LOCAL		401.502,95
	07.01.10.02.03	TERRITÓRIOS INTELIGENTES		879.450,00
	07.01.10.02.04	PROTEÇÃO CIVIL		1.890.636,08
	07.01.10.02.05	AÇÃO CLIMÁTICA		108.360,54
	07.01.12	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR		36.900,00
	07.01.13	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS		1,00
	07.01.13.01	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS-GERAL		1,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		1,00
	07.01.15.05	OUTROS INVESTIMENTOS		1,00
	07.02	LOCAÇÃO FINANCEIRA		1,00

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	07.02.02	HABITAÇÕES- LOCAÇÃO FINANCEIRA		1,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS				18.979.132,49

Em 10 de 12 de 2025  


Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL  
Cim Das Terras de Itás - Os - Montes

Pág. : 1  
Ano : 2026

Tipo de Orçamento : DA RECEITA E DA DESPESA Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO Desagregar : S EIVOS

Rubrica	Designação	Períodos anteriores	Orçamento 2026 Período	Soma	Plano orçamental plurianual			
					2027	2028	2029	
R3	Receita corrente		11.308.471,29	11.308.471,29	12.470.631,65	12.171.615,45	12.039.329,62	14.455.081,54
04	Taxas, multas e outras penalidades		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
0402	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
040201	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
	JUROS DE MORA		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
	Rendimentos de propriedade		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
0502	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
050201	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R5	Transferências e subsídios correntes		11.290.721,63	11.290.721,63	12.452.883,99	12.153.868,79	12.021.584,97	14.437.337,88
R51	Transferências correntes		11.290.721,63	11.290.721,63	12.452.883,99	12.153.868,79	12.021.584,97	14.437.337,88
R511	Administrações Públicas		5.827.362,65	5.827.362,65	4.311.540,01	3.905.821,13	3.666.430,44	3.626.950,13
R5111	Administração Central - Estado							
	Português							
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		5.827.362,65	5.827.362,65	4.311.540,01	3.905.821,13	3.666.430,44	3.626.950,13
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		5.827.362,65	5.827.362,65	4.311.540,01	3.905.821,13	3.666.430,44	3.626.950,13
060301	ESTADO		3.583.131,84	3.583.131,84	3.593.698,46	3.604.518,63	3.615.598,45	3.626.944,14
06030199	OUTRAS		3.583.131,84	3.583.131,84	3.593.698,46	3.604.518,63	3.615.598,45	3.626.944,14
0603019901	DGAL		440.345,00	440.345,00	450.911,62	461.731,79	472.811,61	484.157,30
0603019902	OUTRAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0603019903	FUNDO AMBIENTAL		1.629.614,50	1.629.614,50	1.629.614,50	1.629.614,50	1.629.614,50	1.629.614,50
0603019904	FUNDO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES		120.421,34	120.421,34	120.421,34	120.421,34	120.421,34	120.421,34
0603019905	AUTORIDADE NACIONAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL		18.450,00	18.450,00	18.450,00	18.450,00	18.450,00	18.450,00
0603019906	FUNDO FLORESTAL PERMANENTE		23.800,00	23.800,00	23.800,00	23.800,00	23.800,00	23.800,00
0603019907	DIREÇÃO GERAL DO TESOUREIRO E FIMAMCAS		1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00
060306	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS		2.244.230,81	2.244.230,81	717.841,55	301.302,50	50.831,99	5,99
06030601	FEDER (CORRENTE)		898.326,22	898.326,22	387.297,26	12.495,41	3,99	3,99
06030602	FSE (CORRENTE)		912.061,50	912.061,50	307.631,79	277.069,59	50.827,00	1,00
06030603	OUTRAS ( CORRENTE)		433.843,09	433.843,09	22.912,50	11.737,50	1,00	1,00
	Administração Local		5.463.358,98	5.463.358,98	8.141.343,98	8.248.047,66	8.355.154,53	10.810.387,75
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		5.463.358,98	5.463.358,98	8.141.343,98	8.248.047,66	8.355.154,53	10.810.387,75
0605	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		5.463.358,98	5.463.358,98	8.141.343,98	8.248.047,66	8.355.154,53	10.810.387,75
060501	CONTINENTE		5.463.358,98	5.463.358,98	8.141.343,98	8.248.047,66	8.355.154,53	10.810.387,75
06050101	MUNICÍPIOS		5.463.358,98	5.463.358,98	8.141.343,98	8.248.047,66	8.355.154,53	10.810.387,75
0605010101	MUNICÍPIO DE ALFANDEGA DA FÉ		332.976,63	332.976,63	485.912,19	491.913,24	497.848,67	636.635,21
0605010102	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		736.199,80	736.199,80	1.051.646,20	1.061.778,86	1.071.284,34	1.308.430,54
0605010103	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS		792.394,91	792.394,91	1.222.159,19	1.238.596,58	1.255.284,97	1.632.359,67
0605010104	MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO		503.186,15	503.186,15	762.277,48	772.816,59	783.471,83	1.025.529,15
0605010105	MUNICÍPIO DE MIRANDELA		1.039.256,54	1.039.256,54	1.532.197,46	1.554.368,05	1.577.128,20	2.084.179,94
0605010106	MUNICÍPIO DE MOGADOURO		679.780,25	679.780,25	1.034.528,80	1.049.016,00	1.063.703,43	1.396.166,83
0605010107	MUNICÍPIO DE VILA FLOR		406.470,42	406.470,42	612.694,65	621.041,13	628.463,84	821.454,27
0605010108	MUNICÍPIO DE VIMIOSO		329.421,53	329.421,53	470.394,64	475.788,99	480.991,75	606.410,80
0605010109	MUNICÍPIO DE VINHAIS		643.672,75	643.672,75	969.533,37	982.722,22	996.007,50	1.239.221,34
	Outras receitas correntes		17.649,66	17.649,66	17.647,66	17.646,66	17.644,65	17.643,66
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		17.649,66	17.649,66	17.647,66	17.646,66	17.644,65	17.643,66
0801	OUTRAS		17.649,66	17.649,66	17.647,66	17.646,66	17.644,65	17.643,66
08019999	DIVERSAS		17.649,66	17.649,66	17.647,66	17.646,66	17.644,65	17.643,66
R9	Receita de capital		7.670.661,20	7.670.661,20	702.999,18	100.253,00	100.253,00	100.253,00
R91	Transferências e subsídios de capital		7.670.661,20	7.670.661,20	702.999,18	100.253,00	100.253,00	100.253,00
R911	Transferências de capital		7.670.661,20	7.670.661,20	702.999,18	100.253,00	100.253,00	100.253,00
R9111	Administrações Públicas		7.670.661,20	7.670.661,20	702.999,18	100.253,00	100.253,00	100.253,00
R91111	Administração Central - Estado		6.591.159,27	6.591.159,27	512.334,27	3,00	3,00	3,00
	Português							
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		6.591.159,27	6.591.159,27	512.334,27	3,00	3,00	3,00

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL  
Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

Pág. : 2  
Ano : 2026

Tipo de Orçamento : DA RECEITA E DA DESPESA Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS Tipo de Visualização : APENAS MOVIMENTO Desagregação S Euros

Rubrica	Designação	Períodos anteriores	Orçamento 2026 Período	Soma	Plano orçamental plurianual				
					2027	2028	2029	2030	
R9115	1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	6.591.159,27	6.591.159,27	512.334,27	3,00	3,00	3,00	
	100307	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	6.591.159,27	6.591.159,27	512.334,27	3,00	3,00	3,00	
	10030701	FEDER (CAPITAL)	1,00	1,00	512.332,27	1,00	1,00	1,00	
	10030702	FSE	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
	10030703	OUTRAS (CAPITAL)	1.820.415,88	1.820.415,88	1,00	1,00	1,00	1,00	
	10	10050101	Administração Local	1.079.501,93	1.079.501,93	190.664,91	100.250,00	100.250,00	100.250,00
		10050102	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.079.501,93	1.079.501,93	190.664,91	100.250,00	100.250,00	100.250,00
		10050103	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1.079.501,93	1.079.501,93	190.664,91	100.250,00	100.250,00	100.250,00
		10050104	CONTINENTE	1.079.501,93	1.079.501,93	190.664,91	100.250,00	100.250,00	100.250,00
		10050105	MUNICÍPIOS	1.079.501,93	1.079.501,93	190.664,91	100.250,00	100.250,00	100.250,00
		10050106	MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ	78.263,89	78.263,89	13.823,20	7.268,34	7.268,34	7.268,34
		10050107	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	200.031,71	200.031,71	35.330,21	18.573,89	18.573,89	18.573,89
		10050108	MUNICIPIO DE MACEDO DE	138.500,10	138.500,10	22.384,06	12.862,46	12.862,46	12.862,46
		10050109	CAVALEIROS	95.535,92	95.535,92	16.873,85	8.872,39	8.872,39	8.872,39
10050110		MUNICIPIO DE MIRANDA DO DOURO	149.726,92	149.726,92	26.445,22	13.905,09	13.905,09	13.905,09	
D1	01010105	MUNICIPIO DE MIRANDELA	125.222,23	125.222,23	22.117,13	11.629,35	11.629,35	11.629,35	
	01010106	MUNICIPIO DE MOGADOURO	73.667,24	73.667,24	14.071,07	7.398,67	7.398,67	7.398,67	
	01010107	MUNICIPIO DE VILA FLOR	85.820,40	85.820,40	15.157,86	7.970,11	7.970,11	7.970,11	
	01010108	MUNICIPIO DE VIMIOSO	126.733,52	126.733,52	22.384,06	11.769,70	11.769,70	11.769,70	
	01010109	MUNICIPIO DE VINHAIS	18.979.132,49	18.979.132,49	13.173.630,83	12.271.868,45	12.133.582,62	14.555.334,54	
	01010110	Receita efetiva [1]	18.979.132,49	18.979.132,49	13.173.630,83	12.271.868,45	12.133.582,62	14.555.334,54	
	01010111	Receita não efetiva [2]	11.308.471,29	11.308.471,29	12.470.631,65	12.171.615,45	12.039.329,62	14.555.081,54	
	01010112	Despesa corrente	785.967,00	785.967,00	746.834,49	768.456,67	790.712,51	813.821,03	
	01010113	Despesas com o pessoal	600.382,25	600.382,25	555.482,35	571.179,11	587.346,77	603.999,47	
	01010114	Remunerações Certas e Permanentes	600.382,25	600.382,25	555.482,35	571.179,11	587.346,77	603.999,47	
D11	0102	ADMINISTRAÇÃO	600.382,25	600.382,25	555.482,35	571.179,11	587.346,77	603.999,47	
	0101	CONSELHO INTERMUNICIPAL	600.382,25	600.382,25	555.482,35	571.179,11	587.346,77	603.999,47	
	010101	DESPESAS COM O PESSOAL	600.382,25	600.382,25	555.482,35	571.179,11	587.346,77	603.999,47	
	010102	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	600.382,25	600.382,25	555.482,35	571.179,11	587.346,77	603.999,47	
	010103	ORGÃOS SOCIAIS	600.382,25	600.382,25	555.482,35	571.179,11	587.346,77	603.999,47	
	010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA	46.170,62	46.170,62	47.555,74	48.982,41	50.451,88	51.965,44	
	01010301	PESSOAL EM FUNÇÕES	89.616,03	89.616,03	30.360,85	31.271,68	32.209,83	33.176,13	
	010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	276.646,79	276.646,79	284.946,19	293.494,58	302.299,42	311.368,40	
	01010401	PESSOAL EM FUNÇÕES	276.646,79	276.646,79	284.946,19	293.494,58	302.299,42	311.368,40	
	010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	62.964,30	62.964,30	64.853,23	66.798,83	68.802,79	70.866,87	
D12	010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
	010111	REPRESENTAÇÃO	13.851,24	13.851,24	14.266,78	14.694,78	15.135,62	15.589,69	
	010113	SUBSÍDIO DE REFECÇÃO	32.256,00	32.256,00	32.256,00	32.256,00	32.256,00	32.256,00	
	010114	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	78.876,27	78.876,27	81.242,56	83.679,83	86.190,23	88.775,94	
	010115	Abonos Variáveis ou Eventuais	38.002,00	38.002,00	39.022,00	40.072,60	41.154,72	42.269,30	
	010116	ADMINISTRAÇÃO	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	
	010117	ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	
	010118	DESPESAS COM O PESSOAL	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	
	010119	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	
	010120	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	
D13	0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL	34.002,00	34.002,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	
	010201	DESPESAS COM O PESSOAL	34.002,00	34.002,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	
	010202	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	34.002,00	34.002,00	35.022,00	36.072,60	37.154,72	38.269,30	
	010204	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	34.002,00	34.002,00	35.022,00	36.072,60	37.154,72	38.269,30	
	010213	AJUDAS DE CUSTO	28.000,00	28.000,00	28.840,00	29.705,20	30.596,36	31.514,25	
	01021302	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	6.000,00	6.000,00	6.180,00	6.365,40	6.556,36	6.753,05	
	010214	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
	01021401	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
	01021402	Segurança social	147.582,75	147.582,75	152.330,14	157.204,96	162.211,02	167.352,26	

Tipo de Orçamento : DA RECEITA E DA DESPESA		Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS		Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO		Desagregar : S		Euros	
Rubrica	Designação	Períodos anteriores	Orçamento 2026 Período	Soma	2027	2028	2029	2030	
01	ADMINISTRAÇÃO		147.582,75	147.582,75	152.330,14	157.204,96	162.211,02	167.352,26	
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		147.582,75	147.582,75	152.330,14	157.204,96	162.211,02	167.352,26	
	DESPESAS COM O PESSOAL		147.582,75	147.582,75	152.330,14	157.204,96	162.211,02	167.352,26	
0103	SEGURANÇA SOCIAL		147.582,75	147.582,75	152.330,14	157.204,96	162.211,02	167.352,26	
010302	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
010304	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		141.579,75	141.579,75	145.827,14	150.203,96	154.708,02	159.349,26	
01030502	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFF)		141.579,75	141.579,75	145.827,14	150.203,96	154.708,02	159.349,26	
0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		16.082,78	16.082,78	16.565,26	17.062,22	17.574,09	18.101,31	
0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		125.496,97	125.496,97	129.261,88	133.139,74	137.133,93	141.247,95	
010309	SEGUROS		6.000,00	6.000,00	6.500,00	7.000,00	7.500,00	8.000,00	
01030901	SEGURO DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		6.000,00	6.000,00	6.500,00	7.000,00	7.500,00	8.000,00	
010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
01031099	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
D2	Aquisição de bens e serviços		8.949.503,52	8.949.503,52	10.144.137,76	9.816.639,96	9.655.033,08	12.040.599,32	
01	ADMINISTRAÇÃO		8.949.503,52	8.949.503,52	10.144.137,76	9.816.639,96	9.655.033,08	12.040.599,32	
0101	ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL		3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	
020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	
02	CONSELHO INTERMUNICIPAL		8.946.003,52	8.946.003,52	10.140.637,76	9.813.139,96	9.651.533,08	12.037.099,32	
0201	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		8.946.003,52	8.946.003,52	10.140.637,76	9.813.139,96	9.651.533,08	12.037.099,32	
020102	AQUISIÇÃO DE BENS		26.303,00	26.303,00	28.503,00	28.703,00	28.903,00	29.103,00	
02010202	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		4.000,00	4.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	
020104	GASÓLEO		4.000,00	4.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	
020107	LIMPEZA E HIGIENE		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	
020112	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	
020115	PREMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		17.300,00	17.300,00	18.500,00	18.700,00	18.900,00	19.100,00	
020117	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	
020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	
020120	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
020121	OUTROS BENS		3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		8.919.700,52	8.919.700,52	10.112.134,76	9.784.436,96	9.622.630,08	12.007.996,32	
020203	CONSERVAÇÃO DE BENS		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	
020204	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
02020401	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS - GERAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
020206	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		15.600,00	15.600,00	15.600,00	15.600,00	15.600,00	15.600,00	
020209	COMUNICAÇÕES		8.514,00	8.514,00	8.514,00	8.514,00	8.514,00	8.514,00	
020210	TRANSPORTES		5.177.060,79	5.177.060,79	7.903.596,33	8.012.473,17	8.128.256,55	10.589.214,25	
02021001	ICENTICA + TP		1.502.472,90	1.502.472,90	1.629.614,50	1.629.614,50	1.629.614,50	1.629.614,50	
02021003	TRANSPORTES		3.277.175,94	3.277.175,94	5.730.376,96	5.839.253,80	5.956.037,18	8.415.998,88	
02021005	ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, COM OU SEM CONDUTOR		3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	
02021099	OUTROS		393.911,95	393.911,95	540.104,87	540.104,87	540.104,87	540.104,87	
020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	
020212	SEGUROS		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	
020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		40.000,00	40.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	
020214	ESTUDOS, PARCERES, PROECTOS E CONSULTADORIA		732.086,33	732.086,33	360.210,08	79.182,75	50.001,00	50.001,00	
02021418	ELABORAÇÃO DE CANDIDATURAS PR NORTE 2030		50.000,00	50.000,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
02021420	AGROHUB		3.653,10	3.653,10	21.525,00	29.181,75			
02021421	USE4FOREST		4.000,00	4.000,00					
02021422	PIPSE		21.525,00	21.525,00					
02021423	AÇÕES COLETIVAS		87.837,38	87.837,38	45.759,08				

Pág. : 4  
 Ano : 2026

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL  
 Cím Das Terras de Trás - Os - Montes

Tipologia de Dotação : DA RECEITA E DA DESPESA

Tipologia de Dotação : DOTACÕES INICIAIS

Tipologia de Dotação : APENAS C/ MOVIMENTO

Desagregar : S

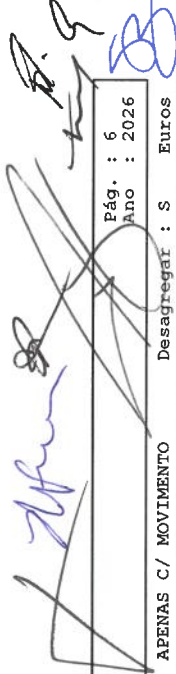
Rubrica	Designação	Períodos anteriores	Orçamento 2026 Período	Soma	Plano orçamental plurianual		
					2027	2028	2029
02021424	TMQ - TRÁS-OS-MONTES QUALIFICA		291.995,85	291.995,85	242.925,00	50.000,00	20.000,00
02021499	OUTROS		273.075,00	273.075,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
020215	FORMAÇÃO		456.819,41	456.819,41	164.416,47	171.185,88	64.796,47
020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		32.528,90	32.528,90	12.928,90	2.000,00	2.000,00
020217	PUBLICIDADE		181.923,96	181.923,96	40.100,00	37.800,00	38.400,00
02021701	JOGOS TRADICIONAIS		1.000,00	1.000,00	1.100,00	1.200,00	1.400,00
02021702	PROMOÇÃO D'GUSTAR AS TTM		3.500,00	3.500,00	4.000,00	5.000,00	6.000,00
02021703	0110 OET DUROS 2 E		7.112,08	7.112,08	20.000,00	20.000,00	20.000,00
02021704	AGENDA CULTURAL INTERMUNICIPAL		5.000,00	5.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
02021705	USE4FOREST		6.562,26	6.562,26	1.000,00	1.000,00	1.000,00
02021706	CADASTRA E CAPACITA		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
02021707	PUBLICAÇÕES EM DRE		6.600,00	6.600,00	100.074,12	100.074,12	100.074,12
02021708	0247 IN GENIOS DUERO_DOURO_2_E		14.575,50	14.575,50	4.000,00	4.000,00	4.000,00
02021709	AÇÕES COLETIVAS		12.500,00	12.500,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
02021710	TMQ - TRÁS-OS-MONTES QUALIFICA		2.218.466,13	2.218.466,13	1.523.067,98	1.370.580,16	1.230.961,06
02021711	RESILIENT VINES		1,00	1,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
02021799	OUTROS		11.500,00	11.500,00	12.500,00	12.500,00	13.100,00
0202200	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		15.214,45	15.214,45	12.500,00	12.500,00	12.500,00
02022002	PROVERE		42.380,00	42.380,00	358.454,86	311.563,57	299.903,17
02022007	JOGOS TRADICIONAIS		5.654,00	5.654,00	628.150,00	628.150,00	628.150,00
02022009	AGROHUB		383.452,15	383.452,15	180.000,00	180.000,00	180.000,00
02022010	USE4FOREST		23.031,75	23.031,75	69.095,25	114.472,13	20.000,00
02022011	0247 IN GENIOS DUERO_DOURO_2_E		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
02022012	AÇÃO EM FEIRAS/EVENTOS		12.841,20	12.841,20	10.650,00	10.650,00	10.650,00
02022013	INFORMÁTICA		2.500,00	2.500,00	3.036,56	3.036,56	3.036,56
02022014	INFORMÁTICA		323.587,73	323.587,73	40.007,90	40.007,90	40.007,90
02022015	TURISMO INTELIGENTE		152.237,89	152.237,89	700,00	700,00	700,00
02022016	TERRITÓRIOS INTELIGENTES		73.800,00	73.800,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00
02022018	ECOPISTA DO TUA		90.000,00	90.000,00	69.095,25	114.472,13	20.000,00
02022019	DIGITALIZAÇÃO DA ADM. LOCAL		318.115,96	318.115,96	146.673,41	20.000,00	20.000,00
02022020	PIFSE		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
02022021	RIETTM		12.841,20	12.841,20	10.650,00	10.650,00	10.650,00
02022022	RESILIENT VINES		2.500,00	2.500,00	3.036,56	3.036,56	3.036,56
02022022	AÇÕES COLETIVAS		323.587,73	323.587,73	40.007,90	40.007,90	40.007,90
02022099	OUTROS		152.237,89	152.237,89	700,00	700,00	700,00
020221	UTILIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE		700,00	700,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
020225	TRANSPORTES		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
02022502	OUTROS SERVIÇOS		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
01	Juros e outros encargos		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
0102	ADMINISTRAÇÃO		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
03	CONSELHO INTERMUNICIPAL		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
0303	JUROS E OUTROS ENCARGOS		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
030305	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
030306	MATERIAL DE TRANSPORTE		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
D4	TRANSFERÊNCIAS E subsídios correntes		1.572.498,77	1.572.498,77	1.579.157,40	1.586.016,82	1.593.082,03
D41	Transferências correntes		1.572.497,77	1.572.497,77	1.579.156,40	1.586.015,82	1.593.081,03
D411	Administrações Públicas		221.997,77	221.997,77	228.656,40	235.515,82	242.581,03
D4112	Administração Central - Outras entidades		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
01	ADMINISTRAÇÃO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0403	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
040309	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS- PARTICIPAÇÃO COMUNIT		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
D4115	Administração Local		221.996,77	221.996,77	228.656,40	235.515,82	242.581,03
01	ADMINISTRAÇÃO		221.996,77	221.996,77	228.656,40	235.515,82	242.581,03
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		221.996,77	221.996,77	228.656,40	235.515,82	242.581,03
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		221.996,77	221.996,77	228.656,40	235.515,82	242.581,03

*[Handwritten signature]*

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL  
Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

Pág. : 5  
Ano : 2026

Tipo de Orçamento : DA RECEITA E DA DESPESA		Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS		Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO		Desagregar : S		Exercício	
Rubrica	Designação	Períodos anteriores	Orçamento 2026 Período	Soma	2027	2028	2029	2030	
0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		221.996,77	221.996,77	228.656,40	235.515,82	242.581,03	249.858,19	
040501	CONTINENTE		221.996,77	221.996,77	228.656,40	235.515,82	242.581,03	249.858,19	
04050101	MUNICÍPIOS		8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	
0405010101	ALFANDEGA DA FÉ		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
0405010102	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
0405010103	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
0405010104	MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
0405010105	MUNICÍPIO DE MIRANDELA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
0405010107	MUNICÍPIO DE VILA FLOR		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
0405010108	MUNICÍPIO VIMIOSO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
0405010109	MUNICÍPIO VINHAIS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
04050104	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS		221.988,77	221.988,77	228.648,40	235.507,82	242.573,03	249.850,19	
0405010402	AMTQT		182.457,36	182.457,36	187.931,08	193.569,01	199.376,08	205.357,37	
0405010403	AMTNT		39.530,41	39.530,41	40.716,32	41.937,81	43.198,95	44.491,82	
0405010499	OUTRAS ASSOCIAÇÕES		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
D414	Outras		1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	
01	ADMINISTRAÇÃO		1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	
0401	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	
0401	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	
D42	PRIVADAS		1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	1.350.500,00	
01	Subsídios Correntes		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
05	SUBSÍDIOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
0501	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
050103	PRIVADAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
05010301	AGÊNCIA DE ENERGIA TRÁS-OS-MONTES - (AE-TM)		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
D5	Outras despesas correntes		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	
01	ADMINISTRAÇÃO		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	
0602	DIVERSAS		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	
060203	OUTRAS		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	
06020305	OUTRAS		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	
D6	Despesa de capital		7.670.661,20	7.670.661,20	7.670.661,20	7.670.661,20	7.670.661,20	7.670.661,20	
01	Aquisição de bens de capital		7.670.661,20	7.670.661,20	7.670.661,20	7.670.661,20	7.670.661,20	7.670.661,20	
0102	ADMINISTRAÇÃO		7.670.661,20	7.670.661,20	7.670.661,20	7.670.661,20	7.670.661,20	7.670.661,20	
07	CONSELHO INTERMUNICIPAL		7.670.661,20	7.670.661,20	7.670.661,20	7.670.661,20	7.670.661,20	7.670.661,20	
0701	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		7.670.661,20	7.670.661,20	7.670.661,20	7.670.661,20	7.670.661,20	7.670.661,20	
070103	EDIFÍCIOS		55.679,13	55.679,13	55.679,13	55.679,13	55.679,13	55.679,13	
07010399	OUTROS		55.679,13	55.679,13	55.679,13	55.679,13	55.679,13	55.679,13	
070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	
07010401	VIADUTOS, ARRUMAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	
070106	MATERIAL DE TRANSPORTE		45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	
07010601	MATERIAL DE TRANSPORTE - VIATURA		45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	
070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		1.751.159,57	1.751.159,57	1.751.159,57	1.751.159,57	1.751.159,57	1.751.159,57	
07010714	DIGITALIZAÇÃO DA ADM. LOCAL		1.749.159,57	1.749.159,57	1.749.159,57	1.749.159,57	1.749.159,57	1.749.159,57	
07010799	OUTROS		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	
070108	SOFTWARE INFORMÁTICO		2.452.969,93	2.452.969,93	2.452.969,93	2.452.969,93	2.452.969,93	2.452.969,93	
07010808	REDE INTERMUNICIPAL DE BIBLIOTECAS DAS TTM		46.310,73	46.310,73	46.310,73	46.310,73	46.310,73	46.310,73	
07010809	TURISMO INTELIGENTE		56.079,06	56.079,06	56.079,06	56.079,06	56.079,06	56.079,06	
07010810	TERRITÓRIOS INTELIGENTES		793.350,00	793.350,00	793.350,00	793.350,00	793.350,00	793.350,00	
07010811	DIGITALIZAÇÃO DA ADM. LOCAL		1.396.437,14	1.396.437,14	1.396.437,14	1.396.437,14	1.396.437,14	1.396.437,14	
			296.445,74	296.445,74	296.445,74	296.445,74	296.445,74	296.445,74	
			308.300,44	308.300,44	308.300,44	308.300,44	308.300,44	308.300,44	
			306.300,44	306.300,44	306.300,44	306.300,44	306.300,44	306.300,44	
			2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	
			390.695,74	390.695,74	390.695,74	390.695,74	390.695,74	390.695,74	
			46.310,73	46.310,73	46.310,73	46.310,73	46.310,73	46.310,73	
			56.079,06	56.079,06	56.079,06	56.079,06	56.079,06	56.079,06	
			793.350,00	793.350,00	793.350,00	793.350,00	793.350,00	793.350,00	
			1.396.437,14	1.396.437,14	1.396.437,14	1.396.437,14	1.396.437,14	1.396.437,14	
			2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	
			94.250,00	94.250,00	94.250,00	94.250,00	94.250,00	94.250,00	


  
 Pág. : 6
   
 Ano : 2026

**ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL**  
 Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

Rubrica	Designação	Periodos anteriores	Orçamento 2026 Período	Soma	Plano orçamental plurianual			
					2027	2028	2029	2030
07010812	ACÇÃO CLIMÁTICA		66.543,00	66.543,00	94.250,00	94.250,00	94.250,00	94.250,00
07010899	OUTRO		94.250,00	94.250,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
07010999	OUTRO		3.281.949,57	3.281.949,57	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
070110	EQUIPAMENTO BÁSICO		3.281.949,57	3.281.949,57	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
07011002	OUTRO		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
0701100201	EQUIPAMENTO BÁSICO - GERAL		401.502,95	401.502,95	1,00	1,00	1,00	1,00
0701100202	DIGITALIZAÇÃO DA ADM. LOCAL		879.450,00	879.450,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0701100203	TERRITÓRIOS INTELIGENTES		1.890.636,08	1.890.636,08	1,00	1,00	1,00	1,00
0701100204	PROTEÇÃO CIVIL		108.360,54	108.360,54	1,00	1,00	1,00	1,00
0701100205	ACÇÃO CLIMÁTICA		36.900,00	36.900,00	1,00	1,00	1,00	1,00
070112	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
070113	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
07011301	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS-GERAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
070115	OUTROS INVESTIMENTOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
07011505	OUTROS INVESTIMENTOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0702	LOCAÇÃO FINANCEIRA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
070202	HABITAÇÕES- LOCAÇÃO FINANCEIRA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Despesa efetiva [4]		18.979.132,49	18.979.132,49	13.173.630,83	12.271.868,45	12.139.582,62	14.555.334,54
	Despesa não efetiva [5]							
	Despesa total [6] = [4] + [5]		18.979.132,49	18.979.132,49	13.173.630,83	12.271.868,45	12.139.582,62	14.555.334,54
	Saldo total [3] - [6]							
	Saldo global [1] - [4]							

Tipo de Orçamento : DA RECEITA E DA DESPESA      Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS      Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO      Desagregar : S      Euros



